

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária Euclidense FM				
Nome Fantasia:	EUCLIDENSE FM	CNPJ:	47.063.475/0001-90		
Endereço de Sede:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Nome do representante legal:	Helder Macedo e Lima				
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	10° S 32' 32"			
	Longitude:	38° W 59' 49"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



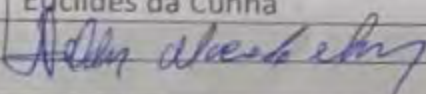
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

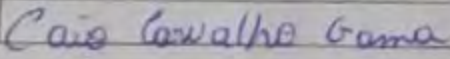
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

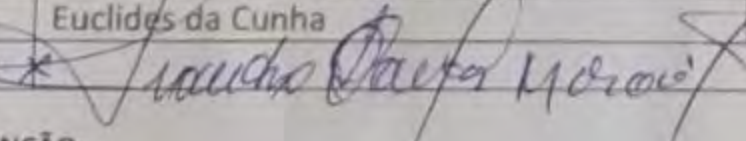
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Helder Macedo e Lima				
Cargo:	Diretor Geral		Tit. Eleitor:	018760640531	
RG/data de nascimento:	03.246.717-68 18/06/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	350.107.205-82
Endereço:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Caio Carvalho Gama				
Cargo:	Diretor Administrativo		Tit. Eleitor:	1568866390507	
RG/data de nascimento:	21.213.366-72 18/06/1999	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	069.824.775-25
Endereço:	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, Casa 170, Carnaíba				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Liandro Dantas de Moraes				
Cargo:	Diretor de Operações		Tit. Eleitor:	003126410523	
RG/data de nascimento:	18.275.730-4 16/10/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	075.611.248-64
Endereço:	Rua D. Pedro II, nº 795, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637


PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, Euclides da Cunha/BA, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, devidamente representada neste ato por seu Diretor Geral, **Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA.

OUTORGADOS: Dra. **Alice Lorena de Barros Santos**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 105.901 e no CPF sob nº 063.217.278-90, endereço eletrônico alicesantosadvogada@gmail.com, residente e domiciliada na Av. Bernardino de Campos, nº 534, Apto. 704, Centro, Amparo/SP, CEP 13900-400 e **Douglas Luiz da Silva**, engenheiro eletricista, inscrito no CREA/DF sob nº 22504/D-DF e no CPF sob nº 717.834.741-49, endereço eletrônico dccengenharia2@gmail.com e celular nº 61 98625-5102.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os profissionais acima qualificados, a quem confere(m) amplos poderes para representa-la junto ao **Ministério das Comunicações, Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, Casa Civil da Presidência da República e Congresso Nacional** para tratar de todo e qualquer assunto relacionado à **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, podendo pedir ou requerer vista processual, cópia de processo ou qualquer outro documento de interesse da Outorgante, solicitar a designação e representá-la em audiências ou reuniões, assinar qualquer manifestação da entidade, tais como ofícios, requerimentos, recursos, protocolar, peticionar e acessar os processos de interesse da Outorgada, através do sistema eletrônico **CADSEI, Gov.br** ou qualquer outro que venha a ser disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e/ou Anatel, e quaisquer outros atos permitidos pela legislação aplicável, para o fiel cumprimento do presente mandato, em especial para representá-la em processo de Outorga, a ser distribuído quando publicado Edital que inclua o município de **Euclides da Cunha/BA**.

Euclides da Cunha (BA), 10 de junho de 2022.


Helder Macedo e Lima
CPF nº 350.107.205-82



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

NÃO PLASTIFICAR



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Francilda Ul. de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2006

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[🏠 Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

e-jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

NÃO PLASTIFICAR



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Francilda Ul. de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2006

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[🏠 Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

e-jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Francilda M. de Almeida

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e7316

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Francilda M. de Almeida Leite

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e7316

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

0101-6

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



Liandro Dantas de Moraes

ASSINATURA DO TITULAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/legislação/lei-7116-83-44394691-4952997-156>

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

18.275.730-4

2ª via

DATA DE
EXPEDIÇÃO

11/02/2015

NOME

LIANDRO DANTAS DE MORAIS

FILIAÇÃO

JOSE RIBEIRO DE MORAIS
ALZIRA DANTAS DE MORAIS

NATURALIDADE

EUCLIDES DA CUNHA - BA

DATA DE NASCIMENTO

16/10/1965

DOC ORIGEM

RIBEIRA DO POMBAL-BA RIBEIRA DO POMBAL CC:LVº5B /FLS.71 /
Nº01941

GPF

075611248/64

Caetano Paulo Filho
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório TRGO.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR

e43e10ar-5fb1-4639-89b5-495299e731637

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

0101-6

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



Liandro Dantas de Moraes

ASSINATURA DO TITULAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/legislação/assinatura/44394696-49529e731637>

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

18.275.730-4

2ª via

DATA DE
EXPEDIÇÃO

11/02/2015

NOME

LIANDRO DANTAS DE MORAIS

FILIAÇÃO

JOSE RIBEIRO DE MORAIS
ALZIRA DANTAS DE MORAIS

NATURALIDADE

EUCLIDES DA CUNHA - BA

DATA DE NASCIMENTO

16/10/1965

DOC ORIGEM

RIBEIRA DO POMBAL-BA RIBEIRA DO POMBAL CC:LVº5B /FLS.71 /
Nº01941

GPF

075611248/64

Caetano Paulo Filho
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório TRGO.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR

e43e10ar-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, DE EUCLIDES DA CUNHA, BAHIA.

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, constituída conforme ata de Assembleia Geral de Fundação, realizada em 11 de abril de 2022, e será devidamente registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Euclides da Cunha/BA.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM utilizará como denominação fantasia “EUCLIDENSE FM”, reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas Leis vigentes no Território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, tem por objetivo promover a atenção e apoio à sociedade, na orientação para o encaminhamento de documentos e propostas, procurando dar apoio para a solução de seus problemas, de forma prática e objetiva, bem como executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e ainda:

I – Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais e culturais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para ao aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão

03/03
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Pessoas e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escritório Autorizado



José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

dos associados.

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais, e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações, a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II – DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados de forma gratuita, as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido o formulário próprio na Sede da Associação, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, e aprovados em Assembleia Geral.

Art. 6º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores: formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II - Contribuintes ou Efetivos: todos os Associados admitidos na forma estatutária e que tenham sido aprovados em Assembleia Geral, pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas da área de execução do Serviço.
- III – Honorários: pessoas físicas ou jurídicas de notório valor e relevante atuação em prol da Associação, que forem aceitos como tais pela Assembleia Geral.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) direito às pessoas físicas, de votar e serem votados para os cargos de direção, quando em dia com suas obrigações associativas, desde que atendam ao disposto no § 2º do artigo 12, e às pessoas jurídicas, o direito de votar para os cargos diretivos, por meio de seu representante, quando em dia com suas obrigações associativas;
- b) direito de voz e voto a todos os associados nas instâncias deliberativas;
- c) dever de manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral;



- d) dever de cumprir todas as exigências previstas no Estatuto, bem como respeitar as deliberações da Assembleia Geral, zelando pelo patrimônio moral e material da Associação, colocando a Diretoria a par de situações que coloquem em risco a autonomia e bem-estar da Entidade;

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada, mediante requerimento dirigido à Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa e ao contraditório ao associado em questão e especial o disposto no parágrafo único do art. 57 do Código Civil Brasileiro

Parágrafo único – Será permitido o desligamento do associado da entidade por ato voluntário, não tendo mais qualquer compromisso com a Associação, a partir do protocolo.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, dia 15 de abril, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada 4 (quatro) anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Geral da Associação ou no mínimo por um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária, será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, e, a partir do início da execução do Serviço, no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário, e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias, durante a programação da emissora, devendo contar data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após, com



qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas disposições contidas no §1º.

§4º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis, ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações, filiados a pelo menos seis meses, respeitando as disposições do §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, órgão executivo e administrativo, será formada por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§1º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições do artigo 11 deste Estatuto, e poderá convocar novas eleições a partir de três meses anteriores ao vencimento do mandato

§2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e maiores de 18 (dezoito) anos, ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I - Da diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II - De cada Dirigente:

- a) Ao **Diretor Geral** compete: representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria, assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos, e participar das reuniões do Conselho Comunitário.
- b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e

José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação, assinando conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Diretor Geral todos os documentos concernentes à vida financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à tesouraria, secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

- c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais e qualitativos, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações ao Serviço de Radiodifusão; promover a integração da comunidade com o Serviço prestado.

§1º – Em caso de ausência ou impedimento temporário de algum membro da Diretoria, a substituição será feita pelo Diretor Geral, quanto aos demais dirigentes, e pelo Diretor Administrativo, quanto ao Diretor Geral.

§2º - Em caso de vacância de qualquer dos cargos, por qualquer motivo, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária, no prazo de 90 (noventa) dias, para eleição para o cargo vago, em complementação do mandato em vigor.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo 5 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu Regimento Interno, e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, com sua avaliação. Sua constituição será obrigatória antes do início da efetiva execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

IV – DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas se entregues até o início da Assembleia Geral de eleição, a qualquer membro da Diretoria, para apresentação aos Associados.

§1º - É vedada a participação de Associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração;

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos, por aclamação, ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



V – DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI – DA FONTE DE RECURSO, DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

Parágrafo único – Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes, em atendimento ao §1º do artigo 11 deste Estatuto.

Art. 19 - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade sem fins econômicos congênere, definida em Assembleia.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

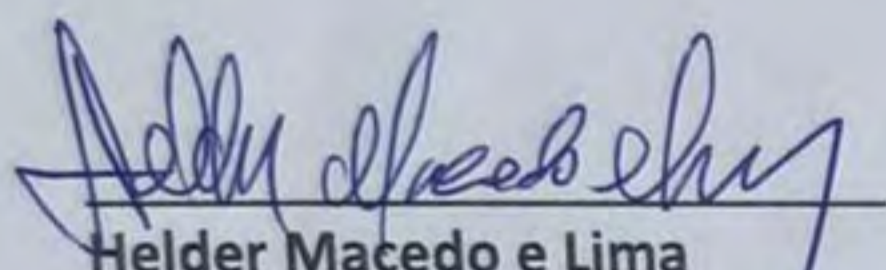
28/10/2023
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA - BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Representante Autorizada

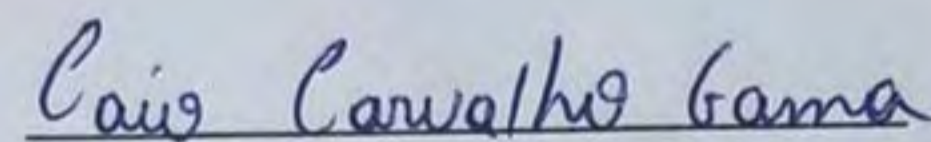


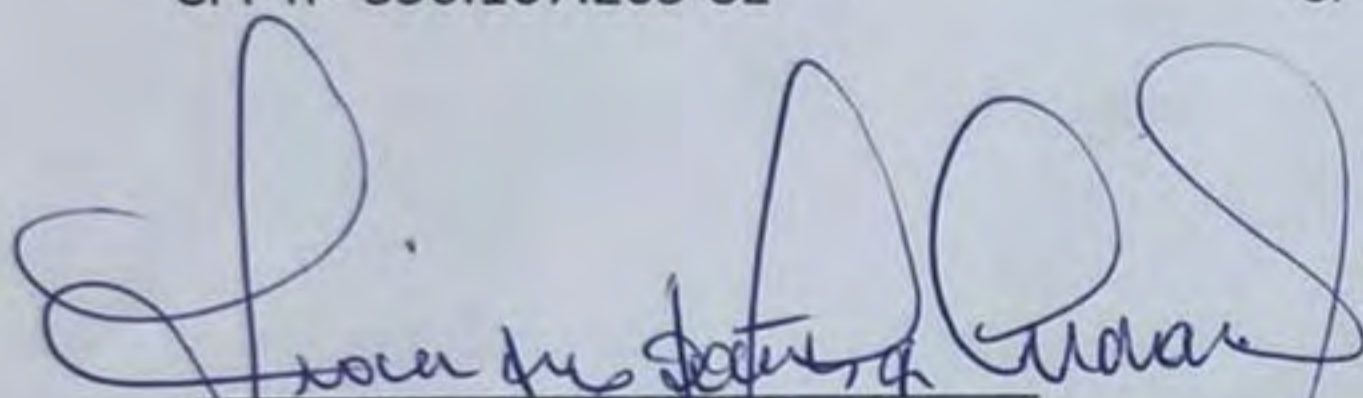
José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

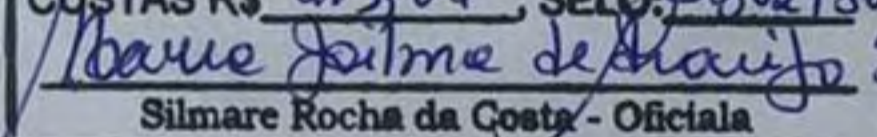
Art. 21 - O presente estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, elaborado de acordo com a Lei nº 9.612/1998, Portarias MCOM nº 4.334/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, e Código Civil Brasileiro, foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2022, e entra em vigor na data de sua averbação no registro de Pessoas Jurídicas.

Euclides da Cunha (BA), 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral
CPF nº 350.107.205-82


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo
CPF nº 069.824.775-25


Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações
CPF nº 075.611.248-64

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 17, fls 4048, sob nº 1754
E. DA CUNHA 25 DE abril DE 2022
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 88029808-3

Silmare Rocha da Costa - Oficiala

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,


05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

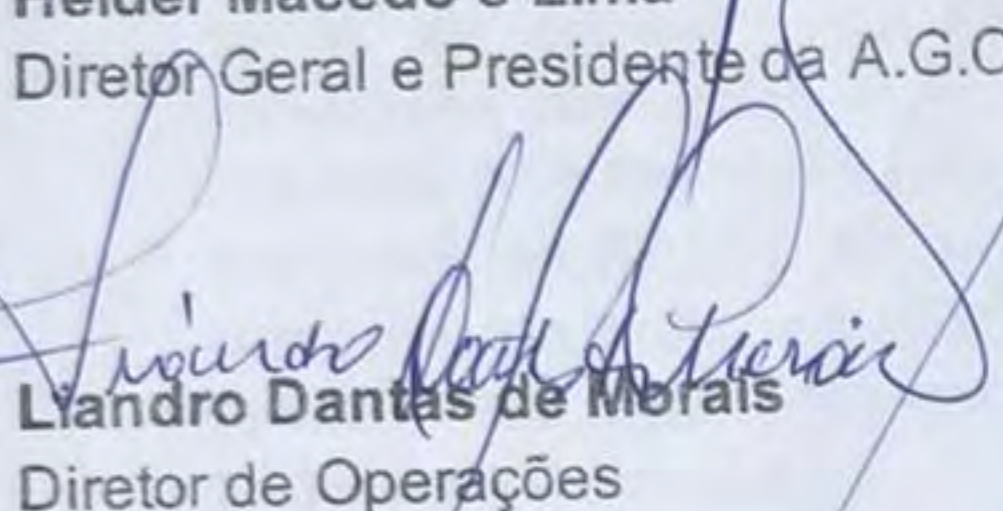
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

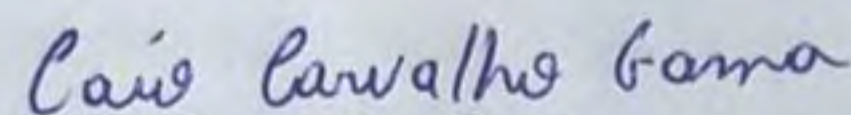


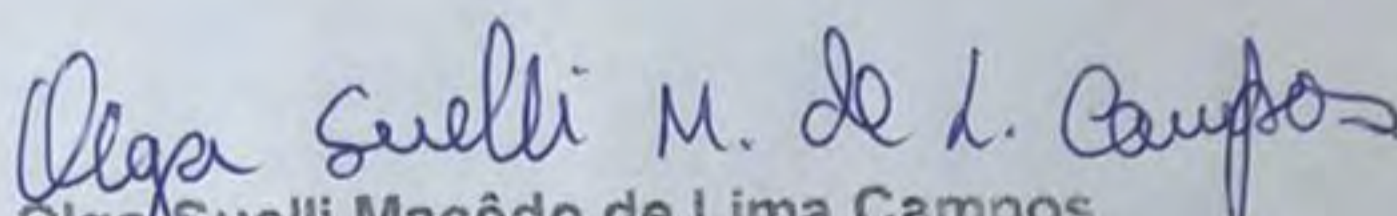
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.

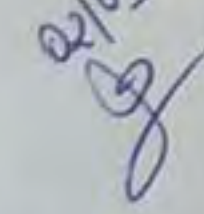
Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

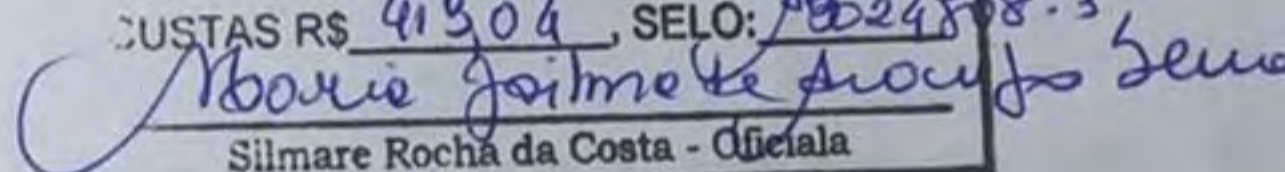

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo



Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

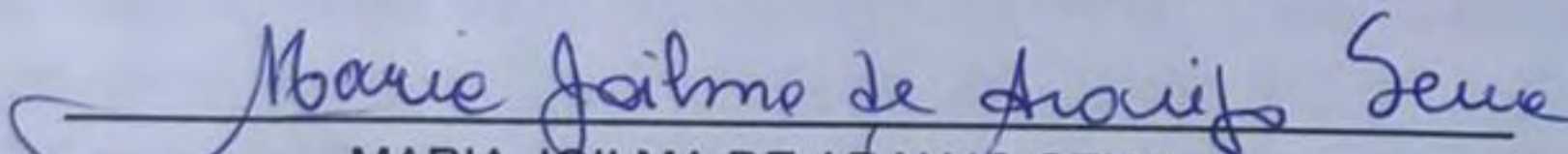
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,


05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

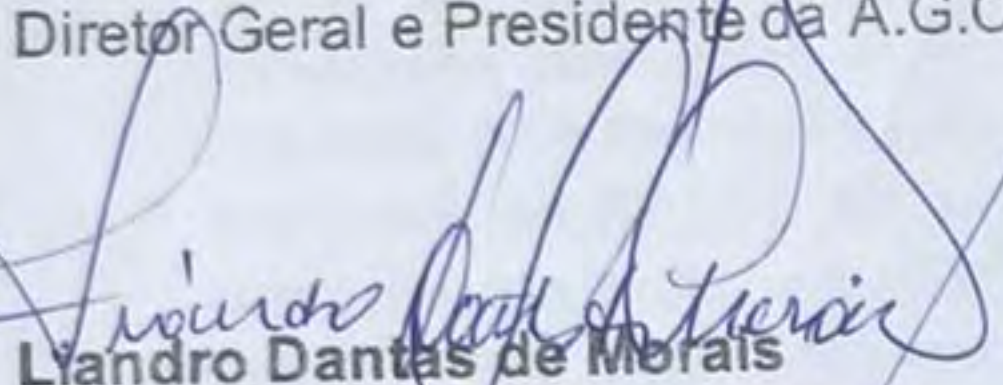
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

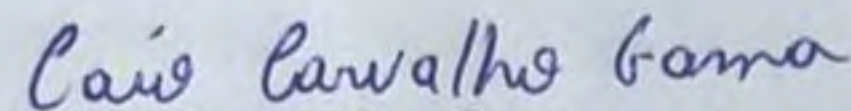


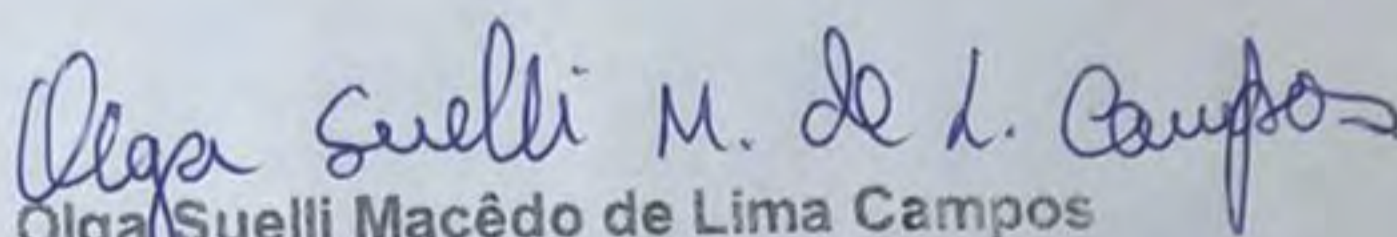
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.

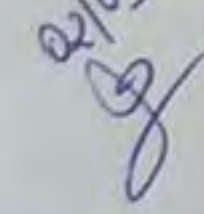
Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

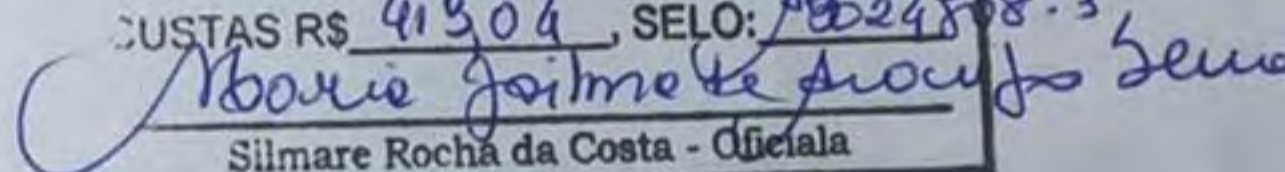

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo



Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

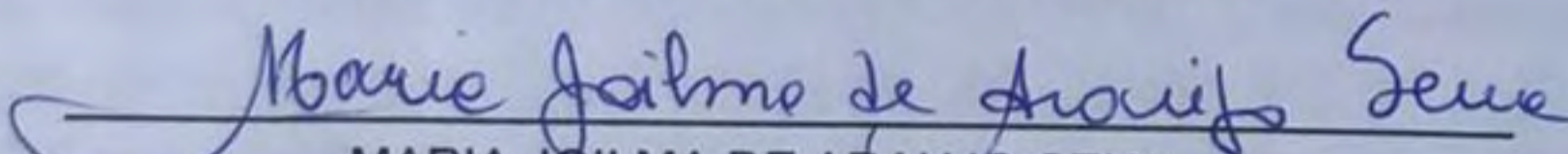
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade



José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE


COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0

**SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE**

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

23/01/2023
571819641

- BANCO DO BRASIL -

16:02:02
0480

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

CLIENTE: MINERACAO ITAVERDE LTDA

AGENCIA: 4279-X

CONTA: 00000077707-2

DOCUMENTO: 012303

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO

Codigo de Barras

89910000001-0

000000001010-3

95523161882-9

20491824325-0

Data do pagamento

23/01/2023

NRO de Referencia

1722022

Competencia MM/AAAA

01/2023

Data de Vencimento

30/01/2023

CNPJ

47063475/0001-9

Valor Principal

100,00

Valor em Dinheiro

100,00

Valor em Cheque

0,00

Valor Total

100,00

NR. AUTENTICACAO

B. 427. BCD. 63D. B24. BR 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

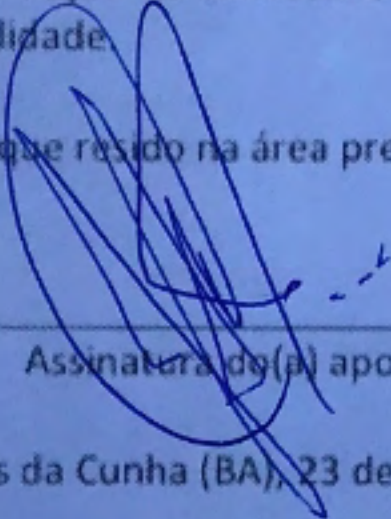
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	José Alberto de Macêdo Campos				
Endereço:	Povoado Araças, nº 2				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
RG:	0371913144	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	569.730.125-15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM CNPJ nº 47.063.475/0001-90**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura de(a) apoiador(a)

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03463633

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



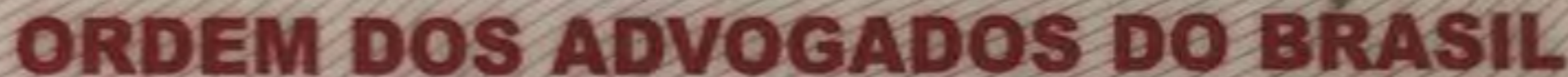
ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original
<https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

JOSÉ ALBERTO DE MACÊDO CAMPOS

FILIAÇÃO

MANOEL LIMA CAMPOS
OLGA DE MACEDO CAMPOS

NATURALIDADE

CIPÓ-BA

RG

0371913144 - SSP-BA

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO

04/04/1967

CPF

569.730.125-15

VIA

EXPEDIDO EM

01

05/09/2014

LUIZ VIANA QUEIROZ
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

18786



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

943e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Nome do Cliente:
MAYCEL LIMA CAMPOS
CPF: 010.892.388-16
Endereço:
PO ANACÁS 2
CENTRO-SERRA BRANCA/SERRA BRANCA/EUCLEDES DA CUNHA
4840-000 EUCLEDES DA CUNHA BA

Código de Nota Fiscal
1449046

Código de Cliente
33759347



Nota Fiscal de Energia Elétrica - Lei 10.848 de 20/04/2003
Documento para controle de consumo
Requisitos para emissão de Nota Fiscal
Nota Fiscal de Energia Elétrica - Lei 10.848 de 20/04/2003
Formulário de emissão de Nota Fiscal - Lei 10.848 de 20/04/2003

REF. MÊNSUAL
01/2023

TOTAL A PAGAR R\$
56,33

VENCIMENTO
17/01/2023

CLASSIFICAÇÃO: 01 RESIDENCIAL RESIDENCIAL

Tipo de Fornecimento: Casa Média - 01000000

Calcular e imprimir a sua fatura por e-mail, clicando no QR Code ou no link em branco

DADOS DE LEITURAS		LEITURA ANTERIOR 12/12/2022		LEITURA ATUAL 10/01/2023		Nº DE CUB 29		PRÓXIMA LEITURA 09/02/2023	
TIPO DA FATURA	PERÍODO	QUANT.	PREÇO UNIT. COM FREG. REG.	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo TUDO	01/01	10,00	0,00000000	34,00	1,00	34,00	0,00	34,00	0,00
Consumo TE	01/01	10,00	0,00000000	19,30	0,00	19,30	0,00	19,30	0,00
Consumo M	01/01	10,00	0,00000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL									

Consumo TUDO

Consumo TE

Consumo M

Consumo S

Consumo D

Consumo N

Consumo P

Consumo Q

Consumo R

Consumo T

Consumo U

Consumo V

Consumo W

Consumo X

Consumo Y

Consumo Z

Consumo AA

Consumo AB

Consumo AC

Consumo AD

Consumo AE

Consumo AF

Consumo AG

Consumo AH

Consumo AI

Consumo AJ

Consumo AK

Consumo AL

Consumo AM

Consumo AN

Consumo AO

Consumo AP

Consumo AQ

Consumo AR

Consumo AS

Consumo AT

Consumo AU

Consumo AV

Consumo AW

Consumo AX

Consumo AY

Consumo AZ

Consumo BA

Consumo BB

Consumo BC

Consumo BD

Consumo BE

Consumo BF

Consumo BG

Consumo BH

Consumo BI

Consumo BJ

Consumo BK

Consumo BL

Consumo BM

Consumo BN

Consumo BO

Consumo BP

Consumo BQ

Consumo BR

Consumo BS

Consumo BT

Consumo BU

Consumo BV

Consumo BW

Consumo BX

Consumo BY

Consumo BZ

Consumo CA

Consumo CB

Consumo CC

Consumo CD

Consumo CE

Consumo CF

Consumo CG

Consumo CH

Consumo CI

Consumo CJ

Consumo CK

Consumo CL

Consumo CM

Consumo CN

Consumo CO

Consumo CP

Consumo CQ

Consumo CR

Consumo CS

Consumo CT

Consumo CU

Consumo CV

Consumo CW

Consumo CX

Consumo CY

Consumo CZ

Consumo DA

Consumo DB

Consumo DC

Consumo DD

Consumo DE

Consumo DF

Consumo DG

Consumo DH

Consumo DI

Consumo DJ

Consumo DK

Consumo DL

Consumo DM

Consumo DN

Consumo DO

Consumo DP

Consumo DQ

Consumo DR

Consumo DS

Consumo DT

Consumo DU

Consumo DV

Consumo DW

Consumo DX

Consumo DY

Consumo DZ

Consumo EA

Consumo EB

Consumo EC

Consumo ED

Consumo EE

Consumo EF

Consumo EG

Consumo EH

Consumo EI

Consumo EJ

Consumo EK

Consumo EL

Consumo EM

Consumo EN

Consumo EO

Consumo EP

Consumo EQ

Consumo ER

Consumo ES

Consumo ET

Consumo EU

Consumo EV

Consumo EW

Consumo EX

Consumo EY

Consumo EZ

Consumo FA

Consumo FB

Consumo FC

Consumo FD

Consumo FE

Consumo FF

Consumo FG

Consumo FH

Consumo FI

Consumo FJ

Consumo FK

Consumo FL

Consumo FM

Consumo FN

Consumo FO

Consumo FP

Consumo FQ

Consumo FR

Consumo FS

Consumo FT

Consumo FU

Consumo FV

Consumo FW

Consumo FX

Consumo FY

Consumo FZ

Consumo GA

Consumo GB

Consumo GC

Consumo GD

Consumo GE

Consumo GF

Consumo GG

Consumo GH

Consumo GI

Consumo GJ

Consumo GK

Consumo GL

Consumo GM

Consumo GN

Consumo GO

Consumo GP

Consumo GQ

Consumo GR

Consumo GS

Consumo GT

Consumo GU

Consumo GV

Consumo GW

Consumo GX

Consumo GY

Consumo GZ

Consumo HA

Consumo HB

Consumo HC

Consumo HD

Consumo HE

Consumo HF

Consumo HG

Consumo HH

Consumo HI

Consumo HJ

Consumo HK

Consumo HL

Consumo HM

Consumo HN

Consumo HO

Consumo HP

Consumo HQ

Consumo HR

Consumo HS

Consumo HT

Consumo HU

Consumo HV

Consumo HW

Consumo HX

Consumo HY

Consumo HZ

Consumo IA

Consumo IB

Consumo IC

Consumo ID

Consumo IE

Consumo IF

Consumo IG

Consumo IH

Consumo II

Consumo IJ

Consumo IK

Consumo IL

Consumo IM

Consumo IN

Consumo IO

Consumo IP

Consumo IQ

Consumo IR

Consumo IS

Consumo IT

Consumo IU

Consumo IV

Consumo IW

Consumo IX

Consumo IY

Consumo IZ

Consumo JA

Consumo JB

Consumo JC

Consumo JD

Consumo JE

Consumo JF

Consumo JG

Consumo JH

Consumo JI

Consumo JJ

Consumo JK

Consumo JL

Consumo JM

Consumo JN

Consumo JO

Consumo JP

Consumo JQ

Consumo JR

Consumo JS

Consumo JT

Consumo JU

Consumo JV

Consumo JW

Consumo JX

Consumo JY

Consumo JZ

Consumo KA

Consumo KB

Consumo KC

Consumo KD

Consumo KE

Consumo KF

Consumo KG

Consumo KH

Consumo KI

Consumo KJ

Consumo KK

Consumo KL

Consumo KM

Consumo KN

Consumo KO

Consumo KP

Consumo KQ

Consumo KR

Consumo KS

Consumo KT

Consumo KU

Consumo KV

Consumo KW

Consumo KX

Consumo KY

Consumo KZ

Consumo LA

Consumo LB

Consumo LC

Consumo LD

Consumo LE

Consumo LF

Consumo LG

Consumo LH

Consumo LI

Consumo LJ

Consumo LK

Consumo LL

Consumo LM

Consumo LN

Consumo LO

Consumo LP

Consumo LQ

Consumo LR

Consumo LS

Consumo LT

Consumo LU

Consumo LV

Consumo LW

Consumo LX

Consumo LY

Consumo LZ

Consumo MA

Consumo MB

Consumo MC

Consumo MD

Consumo ME

Consumo MF

Consumo MG

Consumo MH

Consumo MI

Consumo MJ

Consumo MK

Consumo ML

Consumo MM

Consumo MN

Consumo MO

Consumo MP

Consumo MQ

Consumo MR

Consumo MS

Consumo MT

Consumo MU

Consumo MV

Consumo MW

Consumo MX

Consumo MY

Consumo MZ

Consumo NA

Consumo NB

Consumo NC

Consumo ND

Consumo NE

Consumo NF

Consumo NG

Consumo NH

Consumo NI

Consumo NJ

Consumo NK

Consumo NL

Consumo NM

Consumo NN

Consumo NO

Consumo NP

Consumo NQ

Consumo NR

Consumo NS

Consumo NT

Consumo NU

Consumo NV

Consumo NW

Consumo NX

Consumo NY

Consumo NZ

Consumo OA

Consumo OB

Consumo OC

Consumo OD

Consumo OE

Consumo OF

Consumo OG

Consumo OH

Consumo OI

Consumo OJ

Consumo OK

Consumo OL

Consumo OM

Consumo ON

Consumo OO

Consumo OP

Consumo OQ

Consumo OR

Consumo OS

Consumo OT

Consumo OU

Consumo OV

Consumo OW

Consumo OX

Consumo OY

Consumo OZ

Consumo PA

Consumo PB

Consumo PC

Consumo PD

Consumo PE

Consumo PF

Consumo PG

Consumo PH

Consumo PI

Consumo PJ

Consumo PK

Consumo PL

Consumo PM

Consumo PN

Consumo PO

Consumo PP

Consumo PQ

Consumo PR

Consumo PS

Consumo PT

Consumo PU

Consumo PV

Consumo PW

Consumo PX

Consumo PY

Consumo PZ

Consumo QA

Consumo QB

Consumo QC

Consumo QD

Consumo QE

Consumo QF

Consumo QG

Consumo QH

Consumo QI

Consumo QJ

Consumo QK

Consumo QL

Consumo QM

Consumo QN

Consumo QO

Consumo QP

Consumo QQ

Consumo QR

Consumo QS

Consumo QT

Consumo QU

Consumo QV

Consumo QW

Consumo QX

Consumo QY

Consumo QZ

Consumo RA

Consumo RB

Consumo RC

Consumo RD

Consumo RE

Consumo RF

Consumo RG

Consumo RH

Consumo RI

Consumo RJ

Consumo RK

Consumo RL

Consumo RM

Consumo RN

Consumo RO

Consumo RP

Consumo RQ

Consumo RR

Consumo RS

Consumo RT

Consumo RU

Consumo RV

Consumo RW

Consumo RX

Consumo RY

Consumo RZ

Consumo SA

Consumo SB

Consumo SC

Consumo SD

Consumo SE

Consumo SF

Consumo SG

Consumo SH

Consumo SI

Consumo SJ

Consumo SK

Consumo SL

Consumo SM

Consumo SN

Consumo SO

Consumo SP

Consumo SQ

Consumo SR

Consumo SS

Consumo ST

Consumo SU

Consumo SV

Consumo SW

Consumo SX

Consumo SY

Consumo SZ

Consumo TA

Consumo TB

Consumo TC

Consumo TD

Consumo TE

Consumo TF

Consumo TG

Consumo TH

Consumo TI

Consumo TJ

Consumo TK

Consumo TL

Consumo TM

Consumo TN

Consumo TO

Consumo TP

Consumo TQ

Consumo TR

Consumo TS

Consumo TT

Consumo TU

Consumo TV

Consumo TW

Consumo TX

Consumo TY

Consumo TZ

Consumo UA

Consumo UB

Consumo UC

Consumo UD

Consumo UE

Consumo UF

Consumo UG

Consumo UH

Consumo UI

Consumo UJ

Consumo UK

Consumo UL

Consumo UM

Consumo UN

Consumo UO

Consumo UP

Consumo UQ

Consumo UR

Consumo US

Consumo UT

Consumo UY

Consumo UZ

Consumo VA

Consumo VB

Consumo VC

Consumo VD

Consumo VE

Consumo VF

Consumo VG

Consumo VH

Consumo VI

Consumo VJ

Consumo VK

Consumo VL

Consumo VM

Consumo VN

Consumo VO

Consumo VP

Consumo VQ

Consumo VR

Consumo VS

Consumo VT

Consumo VU

Consumo VV

Consumo VW

Consumo VX

Consumo VY

Consumo VZ

Consumo WA

Consumo WB

Consumo WC

Consumo WD

Consumo WE

Consumo WF

Consumo WG

Consumo WH

Consumo WI

Consumo WJ

Consumo WK

Consumo WL

Consumo WM

Consumo WN

Consumo WO

Consumo WP

Consumo WQ

Consumo WR

Consumo WS

Consumo WT

Consumo WU

Consumo WV

Consumo WW

Consumo WX

Consumo WY

Consumo WZ

Consumo XA

Consumo XB

Consumo XC

Consumo XD

Consumo XE

Consumo XF

Consumo XG

Consumo XH

Consumo XI

Consumo XJ

Consumo XK

Consumo XL

Consumo XM

Consumo XN

Consumo XO

Consumo XP

Consumo XQ

Consumo XR

Consumo XS

Consumo XT

Consumo XU

Consumo XV

Consumo XW

Consumo XX

Consumo XY

Consumo XZ

Consumo YA

Consumo YB

Consumo YC

Consumo YD

Consumo YE

Consumo YF

Consumo YG

Consumo YH

Consumo YI

Consumo YJ

Consumo YK

Consumo YL

Consumo YM

Consumo YN

Consumo YO

Consumo YP

Consumo YQ

Consumo YR

Consumo YS

Consumo YT

Consumo YU

Consumo YV

Consumo YW

Consumo YX

Consumo YY

Consumo YZ

Consumo ZA

Consumo ZB

Consumo ZC

Consumo ZD

Consumo ZE

Consumo ZF

Consumo ZG

Consumo ZH

Consumo ZI

Consumo ZJ

Consumo ZK

Consumo ZL

Consumo ZM

Consumo ZN

Consumo ZO

Consumo ZP

Consumo ZQ

Consumo ZR

Consumo ZS

Consumo ZT

Consumo ZU

Consumo ZV

Consumo ZW

Consumo ZX

Consumo ZY

Consumo ZZ

RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS
RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS	RECEBIDOS

ATENÇÃO! APÓS 30/01/2023, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Valor

Este documento NÃO substitui aviso de cobrança anterior e NÃO contempla decisão em processo judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do serviço, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 19 da INEA nº 14/Anatel. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Fornecido pelo sistema de faturamento - Cuiabá de Distribuição de Energia Elétrica - Companhia de Eletricidade do Estado de Mato Grosso do Sul - COELBA. Este documento não substitui o aviso de cobrança anterior e NÃO contempla decisão em processo judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do serviço, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 19 da INEA nº 14/Anatel. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

01/2023

CÓDIGO DO CLIENTE 33759347

VENCIMENTO 17/01/2023

TOTAL A PAGAR R\$ 56,33

Para cadastrar sua conta em débito automático, utilize o código do cliente

838300000004 563300300000 033759347219 019209457534



Fale com a gente! | Nossos Canais de Atendimento

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

INFORMAÇÕES IMPORTANTES



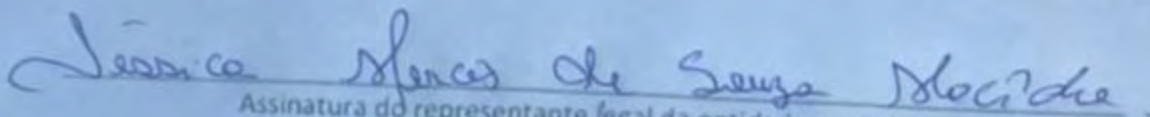
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

NEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	J M de Souza Macedo (empresário individual)			
Endereço:	Av. Ruy Barbosa, nº 18	CNPJ:	40.658.202/0001-40	
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP: 48500-000
Nome do representante legal:	Jéssica Mercês de Souza Macedo			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, CNPJ nº 47.063.475/0001-90, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:

Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no CNPJ, da ata de eleição, termo de posse ou contrato social da entidade, que indique o representante legal da declarante (em qualquer caso, deve estar válido e devidamente registrado). No caso de empresário individual, deve apresentar também documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.658.202/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/02/2021
NOME EMPRESARIAL J M DE SOUZA MACEDO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) J M DE SOUZA MACEDO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO AV RUY BARBOSA	NÚMERO 18	COMPLEMENTO *****
CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JEL.LIMA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (75) 9115-1318/ (75) 9192-0291	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/01/2023 às 11:45:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO



BA

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1840585212

NOME
JESSICA MERCES DE SOUZA MACEDO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2152998251 SSP BA

CPF DATA NASCIMENTO
051.217.085-13 16/07/1991

FILIAÇÃO
AGENOR JOAO DE MACEDO

MARIA JUSSARA MERCES
DE SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
PERMISSÃO ☐ B

Nº REGISTRO
07310942918

VALIDADE
30/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
31/07/2019

OBSERVAÇÕES

A ;

Jessica Soares de Souza Macedo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FEIRA DE SANTANA, BA

DATA EMISSÃO
09/08/2019

Rodrigo Pimentel de Souza Lima
ASSINATURA DO EMISSOR

55470041968
BA710161550

BAHIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

10 32 32S 38 59 49W

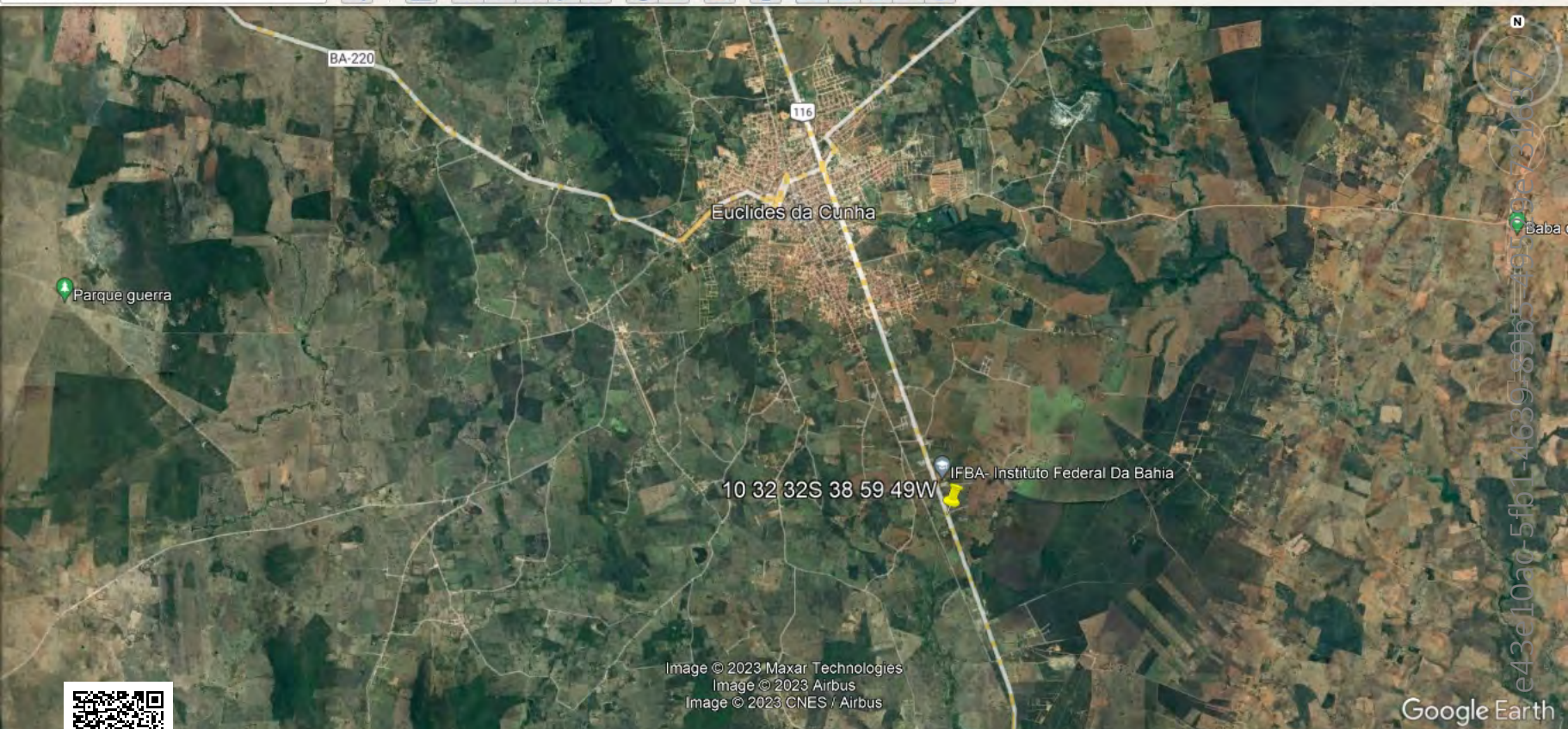


Image © 2023 Maxar Technologies
Image © 2023 Airbus
Image © 2023 CNES / Airbus

Google Earth

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Data das imagens: 10/7/2022

10°31'55,91"S 39°03'46,22"O elev 427 m

altitude do ponto de visão 17,65 km

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 172
Número do Processo: 531150027362023

5/6/23 10:11 PM

Página 1 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.002736/2023	172	10S3232	38W5949	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
2.14	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.000097/2001	0	10S3132	39W0024	RAQ	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE EUCLIDES DA CUNHA BA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.001442/1998	2	10S3031	39W0059	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53000.056648/2012	2	10S3031	39W0059	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
10.56	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.031883/2021	0	10S2650	38W5947	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ARACAS
22.09	PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	53000.019866/2004	0	10S2334	39W0747	ARQCD I	ASSOCIACAO VIDA NOVA
32.05	BA	QUIJINGUE	53640.001886/1998	4	10S4500	39W1200	ARQDE F	FUNDACAO PADRE FRANCA (F.P.F.)
32.85	BA	QUIJINGUE	53115.038435/2021	0	10S4513	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA TRIUNFO -ACT
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.016735/2005	0	10S4514	39W1224	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53900.019259/2015	0	10S4514	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.052657/2011	37	10S4514	39W1224	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
34.14	BA	QUIJINGUE	53000.058576/2008	0	10S4534	39W1263	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA TRIUNFO
---	BA	MONTE SANTO	53000.022241/2011	32	10S2619	39W1950	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA / MONTE SANTO -BA

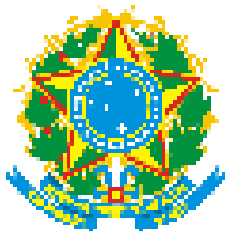


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 172
Número do Processo: 531150027362023

5/6/23 10:11 PM

Página 2 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
38.42	BA	MONTE SANTO	53115.002999/2021	0	10S2616	39W1954	ARQCD I	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO E CULTURA DE MONTE SANTO BAHIA - ACCMSBA
38.49	BA	MONTE SANTO	53115.010851/2021	0	10S2556	39W1950	CDI	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO E CULTURA DE MONTE SANTO BAHIA - ACCMSBA
38.53	BA	MONTE SANTO	53000.000867/2001	10	10S2616	39W1958	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA / MONTE SANTO -BA
38.53	BA	MONTE SANTO	53000.066287/2007	32	10S2616	39W1958	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA / MONTE SANTO -BA
38.56	BA	MONTE SANTO	53000.021111/2004	32	10S2629	39W2003	ARQDE F	ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA MONTESSANTENSE
38.62	BA	MONTE SANTO	53000.026891/2011	32	10S2610	39W1959	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ALTAR DO SERTAO
39.63	BA	MONTE SANTO	53640.000745/1999	10	10S2630	39W2040	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVOADO PEDRA VERMELHA
41.60	BA	CÍCERO DANTAS	53000.054529/2006	0	10S3300	38W3700	ARQCD I	NUCLEO DE PEQUENOS PRODUTORES DE SAO JOAO DA FORTALEZA
42.19	BA	BANZAE	53000.008554/2008	25	10S3447	38W3647	FLD	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE BANZAE/BAHIA
Nº de Linhas: 0								



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96.

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM.

Assunto: FASE DE HABILITAÇÃO.

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução da fase de habilitação, relacionado ao requerimento de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM** localizada de **Euclides da Cunha/BA**, em razão do Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União em 01/12/2022, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, constatou-se que as coordenadas geográficas 10° S 32' 32" / 38° W 59' 49", indicadas pela interessada:

- a) atendem ao disposto no § 1º, art. 22, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, consolidada pela Portaria nº 9.018/2023, pois estão situadas no município de **Euclides da Cunha/BA** (evento SEI nº 10891068) e, segundo declaração da interessada, atendem à padronização GPS-WGS84 (evento SEI nº 10886374); e
- b) atendem ao disposto no art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, consolidada pela Portaria nº 9.018/2023, visto que guardam uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (evento SEI nº 10891070).

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restituam-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de habilitação.

Brasília, 06 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 10/05/2023, às 19:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 11/05/2023, às 08:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Amaral do Amaral, Engenheiro**, em 11/05/2023, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10891070** e o código CRC **C8E0EBB9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10891070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Aberto por Cidadão

Aprovado 023.151

Aberto em
30/01/2023

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, Euclides da Cunha/BA, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, devidamente representada neste ato por seu Diretor Geral, **Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA.

OUTORGADOS: Dra. **Alice Lorena de Barros Santos**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 105.901 e no CPF sob nº 063.217.278-90, endereço eletrônico alicesantosadvogada@gmail.com, residente e domiciliada na Av. Bernardino de Campos, nº 534, Apto. 704, Centro, Amparo/SP, CEP 13900-400 e **Douglas Luiz da Silva**, engenheiro eletricista, inscrito no CREA/DF sob nº 22504/D-DF e no CPF sob nº 717.834.741-49, endereço eletrônico dccengenharia2@gmail.com e celular nº 61 98625-5102.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os profissionais acima qualificados, a quem confere(m) amplos poderes para representa-la junto ao **Ministério das Comunicações, Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, Casa Civil da Presidência da República e Congresso Nacional** para tratar de todo e qualquer assunto relacionado à **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, podendo pedir ou requerer vista processual, cópia de processo ou qualquer outro documento de interesse da Outorgante, solicitar a designação e representá-la em audiências ou reuniões, assinar qualquer manifestação da entidade, tais como ofícios, requerimentos, recursos, protocolar, peticionar e acessar os processos de interesse da Outorgada, através do sistema eletrônico **CADSEI, Gov.br** ou qualquer outro que venha a ser disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e/ou Anatel, e quaisquer outros atos permitidos pela legislação aplicável, para o fiel cumprimento do presente mandato, em especial para representá-la em processo de Outorga, a ser distribuído quando publicado Edital que inclua o município de **Euclides da Cunha/BA**.

Euclides da Cunha (BA), 10 de junho de 2022.


Helder Macedo e Lima
CPF nº 350.107.205-82



Participar de edital de RADCOM
Aberto por **Cidadão**

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher dados da empresa *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Campo de resposta AJAX
Fistel

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Qualificação da entidade

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia EUCLIDENSE FM	Telefone para contato (75) 99921-9987
--------------------------------	--



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

E-mail

alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal

Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP

48500-000

Logradouro

BR-116, km 13

Número

s/nº

Bairro

Nossa Senhora da Conceição

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede

Não

CEP para correspondência

48500-000

Logradouro

Rua Joaquim Santana Lima

Número

161

Bairro

Centro

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Navegação

Navegação

Ir para a próxima etapa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher quadro de diretores *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Qualificação da entidade

Dirigentes

Copiar dados do solicitante
para este diretor

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Copiar dados do solicitante para este diretor -

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Copiar dados do solicitante
para este diretor

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações
CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Retorno CPFLight

{"Logradouro":"BERNARDINO

DE

CAMPOS","NomeUnidadeAdministrativa":"AMPARO","DataAtualizacao":"20220311","Exercício liberal ou autÃ

sem vÃnculo de

emprego","SituacaoCadastral":0,"Estrangeiro":"N","Nome":"ALICE

LORENA DE BARROS

SANTOS","NomeMunicipioNaturalidade":"SAO

PAULO","UnidadeAdministrativa":812401,"OcupacaoPrincipal":241,"NumeroLogradouro":5

LORENA DE BARROS

SANTOS","UFMunicipioNaturalidade":"SP","Complemento":"APTO

704","Bairro":"CENTRO","Cep":13900400,"Municipio":"AMPARO","ResidenteExterior":5,"N

Número de dirigentes

3

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Navegação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Navegação

Ir para a próxima etapa

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

0101-6

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



Liandro Dantas de Moraes

ASSINATURA DO TITULAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/legisla/legisla/assinatura/44394696-49529e731637>

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

18.275.730-4

2ª via

DATA DE EXPEDIÇÃO

11/02/2015

NOME

LIANDRO DANTAS DE MORAIS

FILIAÇÃO

JOSE RIBEIRO DE MORAIS
ALZIRA DANTAS DE MORAIS

NATURALIDADE

EUCLIDES DA CUNHA - BA

DATA DE NASCIMENTO

16/10/1965

DOC ORIGEM

RIBEIRA DO POMBAL-BA RIBEIRA DO POMBAL CC:LVº5B /FLS.71 /
Nº01941

GPF

075611248/64

Caetano Paulo Filho
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório TRGO.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Francilda M.ª de Oliveira Leite

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Francilda M.ª de Oliveira Leite

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

NÃO PLASTIFICAR



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS

SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Travilda Ul. de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2006

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

e-jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Travilda Ul.º de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2006

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

e-jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher documentos *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	---	----------------------------------

Endereço de acesso ao
edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	--

Qualificação da entidade

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)
Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Navegação

Navegação
Ir para a próxima etapa

Recurso



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, DE EUCLIDES DA CUNHA, BAHIA.

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, constituída conforme ata de Assembleia Geral de Fundação, realizada em 11 de abril de 2022, e será devidamente registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Euclides da Cunha/BA.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM utilizará como denominação fantasia “EUCLIDENSE FM”, reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas Leis vigentes no Território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, tem por objetivo promover a atenção e apoio à sociedade, na orientação para o encaminhamento de documentos e propostas, procurando dar apoio para a solução de seus problemas, de forma prática e objetiva, bem como executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e ainda:

I – Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais e culturais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para ao aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão

03/03
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Pessoas e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escritório Autorizado



José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

dos associados.

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais, e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações, a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II – DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados de forma gratuita, as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido o formulário próprio na Sede da Associação, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, e aprovados em Assembleia Geral.

Art. 6º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores: formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II - Contribuintes ou Efetivos: todos os Associados admitidos na forma estatutária e que tenham sido aprovados em Assembleia Geral, pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas da área de execução do Serviço.
- III – Honorários: pessoas físicas ou jurídicas de notório valor e relevante atuação em prol da Associação, que forem aceitos como tais pela Assembleia Geral.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) direito às pessoas físicas, de votar e serem votados para os cargos de direção, quando em dia com suas obrigações associativas, desde que atendam ao disposto no § 2º do artigo 12, e às pessoas jurídicas, o direito de votar para os cargos diretivos, por meio de seu representante, quando em dia com suas obrigações associativas;
- b) direito de voz e voto a todos os associados nas instâncias deliberativas;
- c) dever de manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral;



- d) dever de cumprir todas as exigências previstas no Estatuto, bem como respeitar as deliberações da Assembleia Geral, zelando pelo patrimônio moral e material da Associação, colocando a Diretoria a par de situações que coloquem em risco a autonomia e bem-estar da Entidade;

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada, mediante requerimento dirigido à Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa e ao contraditório ao associado em questão e especial o disposto no parágrafo único do art. 57 do Código Civil Brasileiro

Parágrafo único – Será permitido o desligamento do associado da entidade por ato voluntário, não tendo mais qualquer compromisso com a Associação, a partir do protocolo.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, dia 15 de abril, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada 4 (quatro) anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Geral da Associação ou no mínimo por um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária, será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, e, a partir do início da execução do Serviço, no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário, e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias, durante a programação da emissora, devendo contar data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após, com



qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas disposições contidas no §1º.

§4º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis, ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações, filiados a pelo menos seis meses, respeitando as disposições do §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, órgão executivo e administrativo, será formada por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§1º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições do artigo 11 deste Estatuto, e poderá convocar novas eleições a partir de três meses anteriores ao vencimento do mandato

§2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e maiores de 18 (dezoito) anos, ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I – Da diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II – De cada Dirigente:

- a) Ao **Diretor Geral** compete: representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria, assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos, e participar das reuniões do Conselho Comunitário.
- b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e

José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação, assinando conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Diretor Geral todos os documentos concernentes à vida financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à tesouraria, secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

- c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais e qualitativos, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações ao Serviço de Radiodifusão; promover a integração da comunidade com o Serviço prestado.

§1º – Em caso de ausência ou impedimento temporário de algum membro da Diretoria, a substituição será feita pelo Diretor Geral, quanto aos demais dirigentes, e pelo Diretor Administrativo, quanto ao Diretor Geral.

§2º - Em caso de vacância de qualquer dos cargos, por qualquer motivo, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária, no prazo de 90 (noventa) dias, para eleição para o cargo vago, em complementação do mandato em vigor.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo 5 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu Regimento Interno, e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, com sua avaliação. Sua constituição será obrigatória antes do início da efetiva execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

IV – DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas se entregues até o início da Assembleia Geral de eleição, a qualquer membro da Diretoria, para apresentação aos Associados.

§1º - É vedada a participação de Associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração;

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos, por aclamação, ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA




COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Iolima de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Iolima de Araújo Sena
Escriturante Autorizada

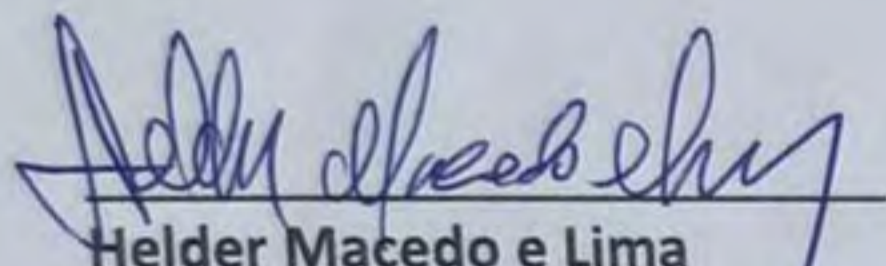
Maria Joilma de Araújo Se
Escrevente Autônoma

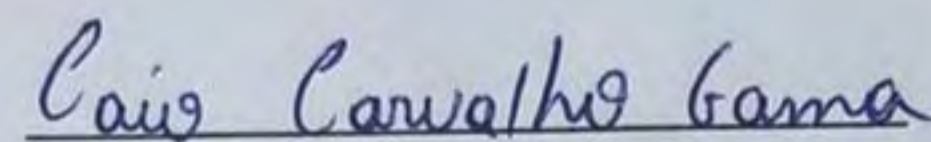
Mar 1997

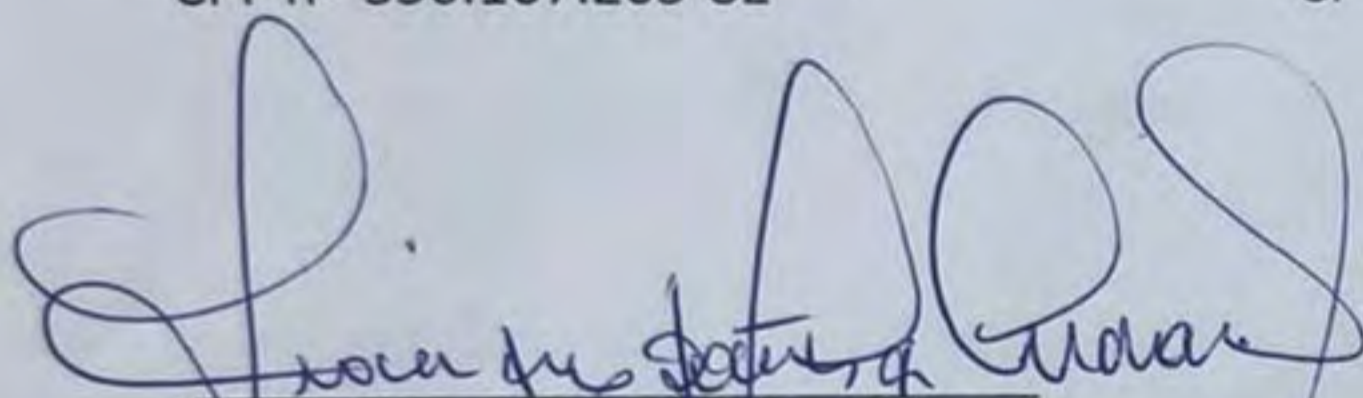


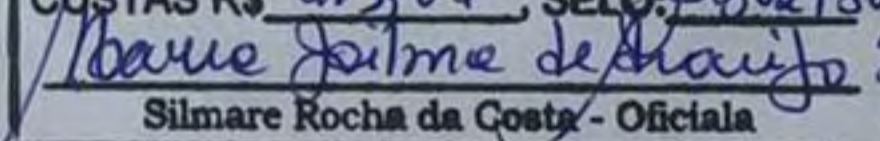
Art. 21 - O presente estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, elaborado de acordo com a Lei nº 9.612/1998, Portarias MCOM nº 4.334/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, e Código Civil Brasileiro, foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2022, e entra em vigor na data de sua averbação no registro de Pessoas Jurídicas.

Euclides da Cunha (BA), 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral
CPF nº 350.107.205-82


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo
CPF nº 069.824.775-25


Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações
CPF nº 075.611.248-64

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 17, fls 4048, sob nº 1754
E. DA CUNHA 25 DE abril DE 2022
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 88029808-3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,


05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

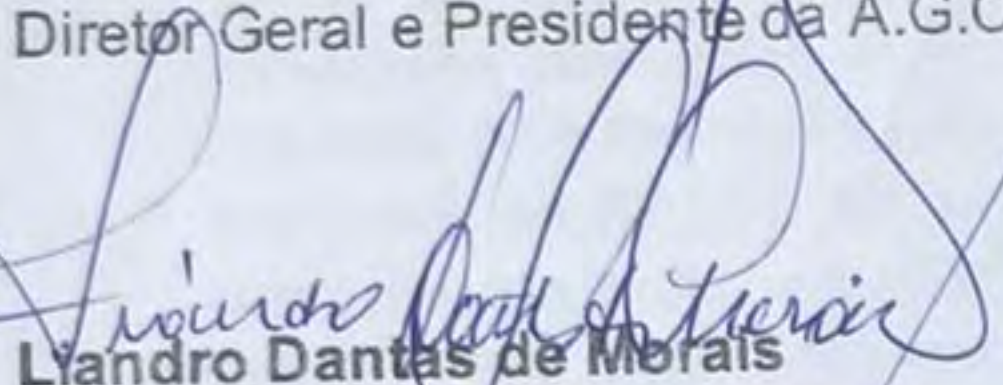
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

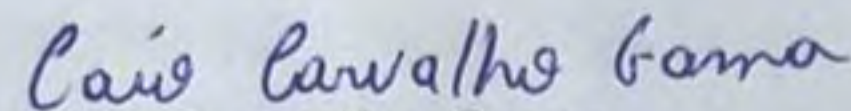


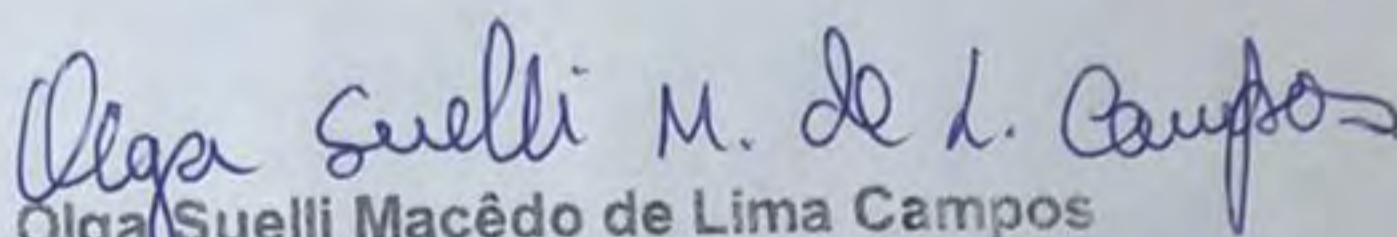
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.

Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.

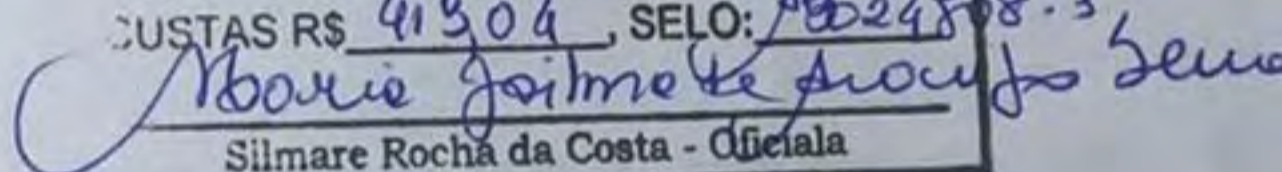

Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.


Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações

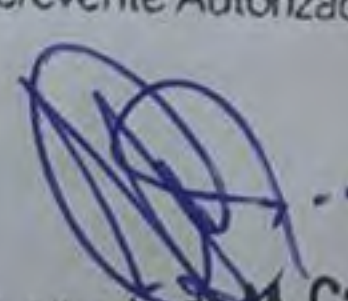

Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo


Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

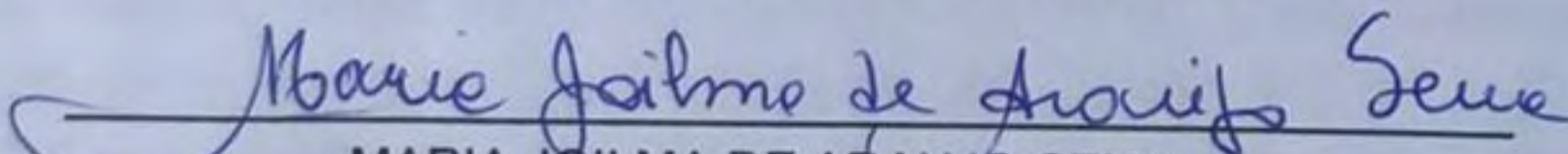
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade



José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE


COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0

**SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE**

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

23/01/2023
571819641

- BANCO DO BRASIL -

16:02:02
0480

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA
CLIENTE: MINERACAO ITAVERDE LTDA
AGENCIA: 4279-X CONTA: 00000077707-2
DOCUMENTO: 012303

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89910000001-0 00000001010-3
95523161882-9 20491824325-0
Data do pagamento 23/01/2023
NRQ de Referencia 1722022
Competencia MM/AAAA 01/2023
Data de Vencimento 30/01/2023
CNPJ 47063475/0001-9
Valor Principal 100,00
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR. AUTENTICACAO

B. 427. BCD. 63D. B24. BR 1



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,


05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

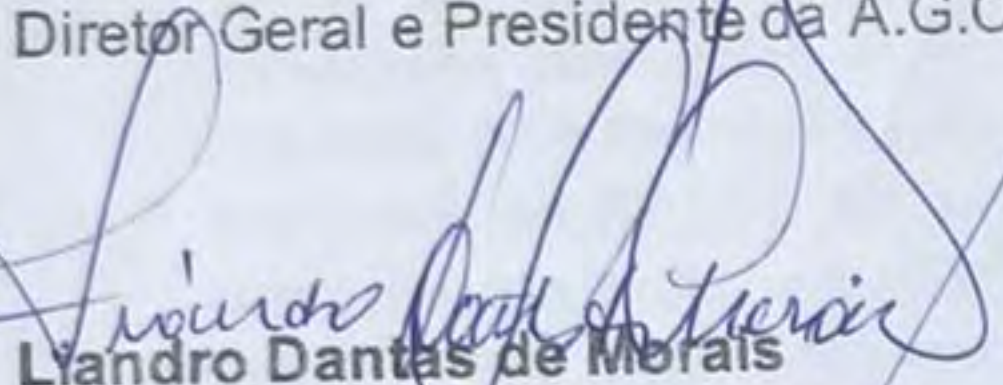
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

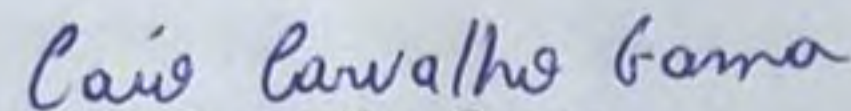


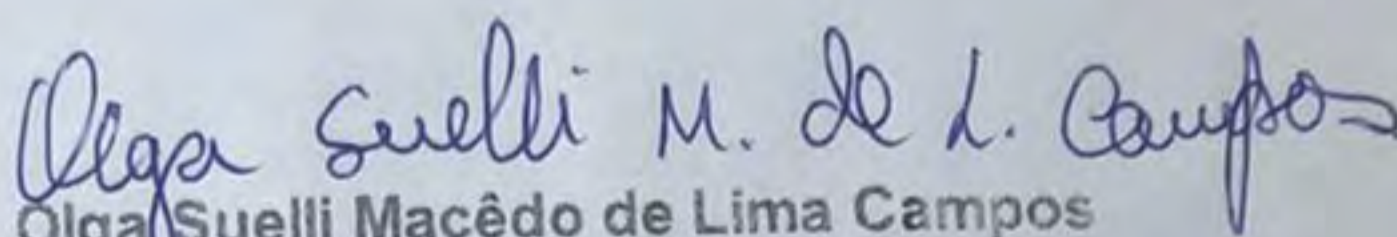
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.

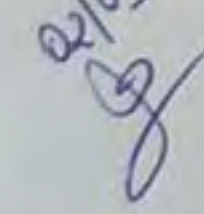
Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

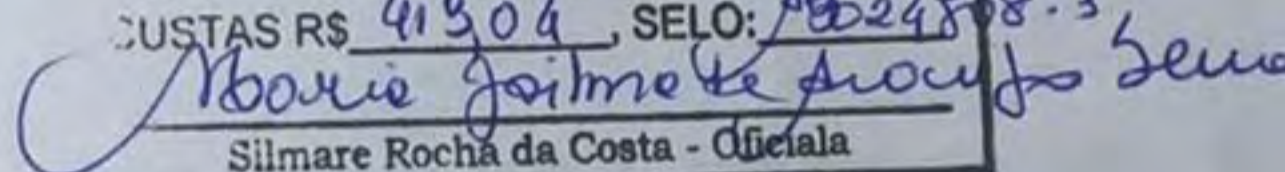

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo



Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

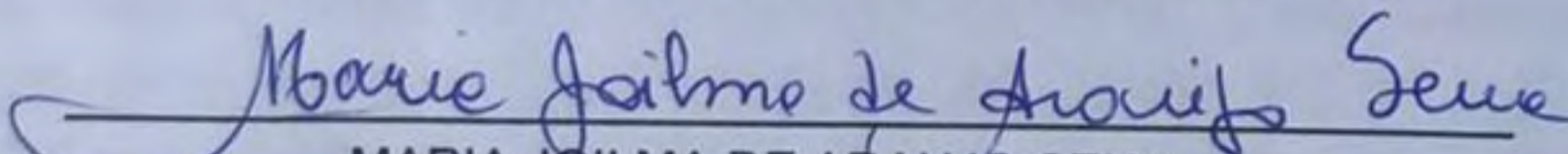
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher manifestações *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	---	----------------------------------

Endereço de acesso ao
edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	--

Qualificação da entidade

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Navegação

Ir para a próxima etapa

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

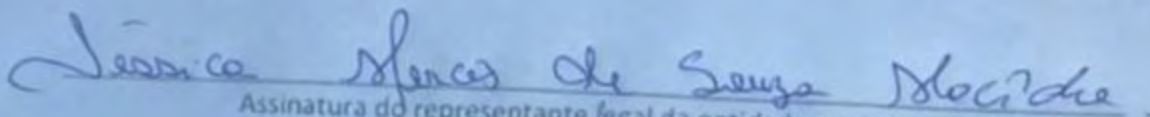
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

NEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	J M de Souza Macedo (empresário individual)			
Endereço:	Av. Ruy Barbosa, nº 18	CNPJ:	40.658.202/0001-40	
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP: 48500-000
Nome do representante legal:	Jéssica Mercês de Souza Macedo			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, CNPJ nº 47.063.475/0001-90, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:

Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no CNPJ, da ata de eleição, termo de posse ou contrato social da entidade, que indique o representante legal da declarante (em qualquer caso, deve estar válido e devidamente registrado). No caso de empresário individual, deve apresentar também documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.658.202/0001-40 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 01/02/2021</div>
<div>NOME EMPRESARIAL J M DE SOUZA MACEDO</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) J M DE SOUZA MACEDO</div>		<div>PORTE ME</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)</div>		
<div>LOGRADOURO AV RUY BARBOSA</div>	<div>NÚMERO 18</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 48.500-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA</div>
<div>UF BA</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JEL.LIMA@HOTMAIL.COM</div>		
<div>TELEFONE (75) 9115-1318/ (75) 9192-0291</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/01/2023 às 11:45:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARRIÉIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



BA

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1840585212

NOME
JESSICA MERCES DE SOUZA MACEDO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2152998251 SSP BA

CPF DATA NASCIMENTO
051.217.085-13 16/07/1991

FILIAÇÃO
AGENOR JOAO DE MACEDO

MARIA JUSSARA MERCES
DE SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
PERMISSÃO ☐ B

Nº REGISTRO
07310942918

VALIDADE
30/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
31/07/2019

OBSERVAÇÕES

A ;

Jessica Merces de Souza Macedo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FEIRA DE SANTANA, BA

DATA EMISSÃO
09/08/2019

Rodrigo Pimentel de Souza Lima
ASSINATURA DO EMISSOR

55470041968
BA710161550

BAHIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

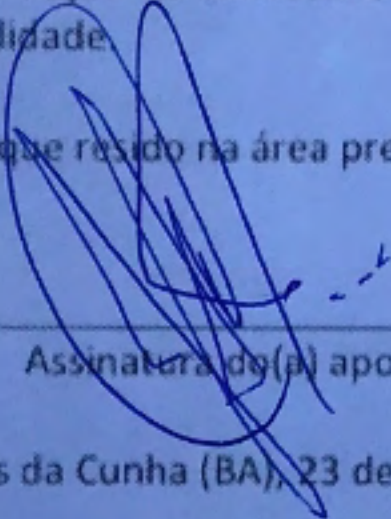
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	José Alberto de Macêdo Campos				
Endereço:	Povoado Araças, nº 2				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
RG:	0371913144	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	569.730.125-15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM CNPJ nº 47.063.475/0001-90**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do(a) apoiador(a)

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03463633

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original
<https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

JOSÉ ALBERTO DE MACÊDO CAMPOS

FILIAÇÃO

MANOEL LIMA CAMPOS
OLGA DE MACEDO CAMPOS

NATURALIDADE

CIPÓ-BA

RG

0371913144 - SSP-BA

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO

04/04/1967

CPF

569.730.125-15

VIA

EXPEDIDO EM

01 05/09/2014

Luiz Viana Queiroz
LUIZ VIANA QUEIROZ
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

18786



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://intelig-autenticidade.natura.camara.org.br/C43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Revisar solicitação *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Campo de resposta AJAX
Fistel
{"dadosArray":[""]}

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Requerimento de outorga
Requerimento_de_outorga2869306051106853267.pdf

Requerimento de outorga assinado
1 - Requerimento Outorga.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Endereço de acesso ao
edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Qualificação da entidade

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia	Telefone para contato
EUCLIDENSE FM	(75) 99921-9987

E-mail
alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal
Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede
Não

CEP para correspondência
48500-000

Logradouro
Rua Joaquim Santana Lima

Número
161

Bairro
Centro

UF
BA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Dirigentes

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82
Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01



Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações
CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Número de dirigentes

3

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Manifestações de MEIs
I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas
F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Navegação
Enviar para análise

Recurso

Análise



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Qualificação da Entidade					
Razão Social:	Associação Comunitária Euclidense FM				
Nome Fantasia	EUCLIDENSE FM	CNPJ	47.063.475/0001-90		
Endereço da sede:	BR-116, km 13, nº s/nº				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Nome do Representante Legal	Helder Macedo e Lima				
Endereço eletrônico (email)	alicesantosadvogada@gmail.com				
Endereço de correspondência	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço de correspondência	BR-116, km 13, nº s/nº				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS-84)	Latitude: GGº MM" SS' (N/S)			10º 32' 32" S	
	Longitude: GGº MM" SS' (W/E)			038º 59' 49" W	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de , relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Helder Macedo e Lima				
Cargo:	Diretor Geral		Título de eleitor:	0187 6064 0531	
RG:	03.246.717-68	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	350.107.205-82
Endereço	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Caio Carvalho Gama				
Cargo:	Diretor Administrativo		Título de eleitor:	1568 6639 0507	
RG:	21.213.366-72	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	069.824.775-25
Endereço	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, nº s/nº				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Liandro Dantas de Moraes				
Cargo:	Diretor de Operações		Título de eleitor:	0031 2641 0523	
RG:	18.275.730-4	Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	075.611.248-64
Assinatura:	Rua D. Pedro II, nº 795				



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária Euclidense FM				
Nome Fantasia:	EUCLIDENSE FM	CNPJ:	47.063.475/0001-90		
Endereço de Sede:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Nome do representante legal:	Helder Macedo e Lima				
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	10° S 32' 32"			
	Longitude:	38° W 59' 49"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

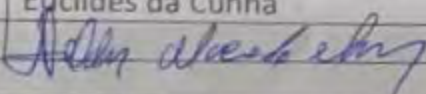


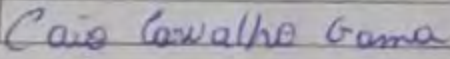
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

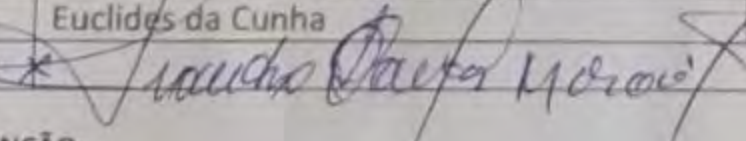
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Helder Macedo e Lima				
Cargo:	Diretor Geral		Tit. Eleitor:	018760640531	
RG/data de nascimento:	03.246.717-68 18/06/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	350.107.205-82
Endereço:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Caio Carvalho Gama				
Cargo:	Diretor Administrativo		Tit. Eleitor:	1568866390507	
RG/data de nascimento:	21.213.366-72 18/06/1999	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	069.824.775-25
Endereço:	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, Casa 170, Carnaíba				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Liandro Dantas de Moraes				
Cargo:	Diretor de Operações		Tit. Eleitor:	003126410523	
RG/data de nascimento:	18.275.730-4 16/10/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	075.611.248-64
Endereço:	Rua D. Pedro II, nº 795, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Tarefa Automática

Status Processo
Aprovado 023.151

Gerar processo no SEI *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

SOLICITAÇÃO COM AJUSTES REALIZADOS

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Protocolo Nº Processo SEI
264359.0022965/2023 53115002736202396

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Ajustes solicitados

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Requerimento de outorga assinado
1 - Requerimento Outorga.pdf

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Qualificação da entidade

CNPJ

47.063.475/0001-90

Razão Social

Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia

EUCLIDENSE FM

Telefone para contato

(75) 99921-9987

E-mail

alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal

Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP

48500-000

Logradouro

BR-116, km 13

Número

s/nº

Bairro

Nossa Senhora da Conceição

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede

Não

CEP para correspondência

48500-000

Logradouro

Rua Joaquim Santana Lima

Número

161

Bairro

Centro

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Dirigentes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82
Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Recurso

Análise

Retorno com o erro de
geração do processo SEI

Resposta ao solicitante

Ajustes necessários

Resposta ao solicitante
(recurso)

Aprovações

Comunicação interna

Comentários internos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por **Tarefa Automática**

Status Processo
Aprovado 023.151

Represar solicitações *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Nº Processo SEI
53115002736202396

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Editais de participação

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Prazo de inscrição 30/01/2023	Canal 200
Endereço de acesso ao edital https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020		
ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação	

Qualificação da entidade

Nome fantasia
EUCLIDENSE FM

Dirigentes

Data de Nascimento	18/06/1965
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Data de Nascimento	18/06/1999
CEP	48500-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Data de Nascimento	16/10/1965
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por **Rosiane Caixeta da Silva**

Status Processo
Aprovado 023.151

Cadastrar processo no RADCOM Web *Ciclo: 1*

Aberto em
31/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

SOLICITAÇÃO COM AJUSTES REALIZADOS

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Protocolo Nº Processo SEI
264359.0022965/2023 53115.002736/2023-96

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Ajustes solicitados

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Requerimento de outorga assinado
1 - Requerimento Outorga.pdf

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Qualificação da entidade

CNPJ

47.063.475/0001-90

Razão Social

Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia

EUCLIDENSE FM

Telefone para contato

(75) 99921-9987

E-mail

alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal

Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP

48500-000

Logradouro

BR-116, km 13

Número

s/nº

Bairro

Nossa Senhora da Conceição

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede

Não

CEP para correspondência

48500-000

Logradouro

Rua Joaquim Santana Lima

Número

161

Bairro

Centro

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Dirigentes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82
Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Recurso

Análise

Aprovações

Analista da COSID responsável pelo cadastro
Rosiane Caixeta da Silva

Comunicação interna

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Comentários internos
processo cadastrado no
radcomweb



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização

Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas

Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96

Referência: 264359.0022965/2023 (gov.br)

Interessado: Associação Comunitária Euclidense FM

Assunto: Inserção de documentos no SEI

Certifico que o documento Requerimento de Outorga Assinado (SEI nº10886374) foi inserido no processo, manualmente, na data de 03/05/2023, mas foi entregue pelo solicitante, na data 30/01/2023, conforme Extrato 264359.0022965/2023 (SEI nº10929926). A inserção manual, posterior, foi necessária por ter ocorrido falha na integração da plataforma Gov.br com o SEI-MCOM, fato que impediu que o citado documento fosse inserido no processo, de forma automática.

Brasília, 29 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ricardo Gomes Igino, Assistente Técnico**, em 29/05/2023, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10929929** e o código CRC **AD9A73B1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96


Documento nº 10929929



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa

Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento

Gerência de Licitação

Data/Hora: 07/06/2023 13:38:54

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	BA	Município:	Euclides da Cunha
Município		Canal	Frequência
Euclides da Cunha		200	87,9

Usuário: - Data: 07/06/2023 Hora: 13:38:54

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/04/2022	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO ROD BR 116		NÚMERO KM13		COMPLEMENTO *****	
CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL		MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR			TELEFONE (71) 3500-7130		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2023 às 13:36:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CNPJ: **47.063.475/0001-90**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:51:37 do dia 07/06/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/Consulta/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.063.475/0001-90
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDEN
Endereço: ROD BR 16 / ZONA RURAL / EUCLIDES DA CUNHA / BA / 48500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/06/2023 a 30/06/2023

Certificação Número: 2023060102584578256136

Informação obtida em 07/06/2023 14:52:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CNPJ: 47.063.475/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 22:00:36 do dia 22/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/08/2023.

Código de controle da certidão: **6F81.6EC5.48FA.BA2B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.063.475/0001-90

Certidão nº: 25626975/2023

Expedição: 07/06/2023, às 14:54:02

Validade: 04/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.063.475/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96.

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.

Assunto: Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10946152).

Brasília, 07 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/06/2023, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946262** e o código CRC **3EC9E900**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10946262



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTU

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

☒ Atom

☒ CSV

☒ PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Helder Macedo e Lima


Adicionar filtro Campo


Todos

Opções


☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Caio Carvalho Gama

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liandro Dantas de Moraes

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

47063475000190

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

✓ Aplicar

↺ Limpar

💾 Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

35010720582

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

06982477525

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

07561124864

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 103232Lon: 385949Raio: Raio (km)

Adicionar filtro Campo

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 07 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/06/2023, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946265** e o código CRC **B357A2A4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10946265



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible][illegible][illegible]

TRANSFORME DRAINIEREN	

V C E H

					dBd			,	m			,	m					,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	---	---

[illegible]

				,	m			,		dB			,		dB			,				
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	--	--

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \text{____} - 20 \log \text{____} = \text{____} \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

[illegible]

						-				
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

[illegible][illegible][illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

--

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CHECKLIST

Município/UF: EUCLIDES DA CUNHA/BA

Processo nº: **53115.002736/2023-96** CNPJ: 47063475000190

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**Nº do edital/ano: **172/2022 publicado no DOU de 01/12/2022****Prazo de inscrição: de 02/12/2022 a 30/01/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10945905)**

1. Data de postagem/SEI: 30/01/2023
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10886374)
4. Estatuto Social: (10660418) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10660419) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (10660420) para o período de 11/04/2022 a 10/04/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10660412) (10660414) (10660416)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima	018760640531 18/06/1965	José Dantas Lima Maria Conceição Macedo Lima	35010720582	Não
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama	156866390507 18/06/1999	José Carlos Costa da Gama Marinalva Barboza de Carvalho	06982477525	Não
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes	003126410523 16/10/1965	José Ribeiro de Moraes Alzira Dantas de Moraes	07561124864	Não

8. Manifestações em apoio: (10660422) (10660423)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10660421)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10946152) e Fiscaliza (10946265)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10946262)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes):
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10946152)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10946152)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10946152)
- 11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10946152)

OBSERVAÇÕES:**07/06/2023** - A documentação da fase de habilitação está completa. Convocar a Entidade para a fase de instrução.**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8º, alínea "b"**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8º, alínea "a"**

administrativo e cargos: **Art. 12**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

a) Denominação, fins e sede: **Arts. 1º e 2º**

b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Arts. 5º e 9º**

c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8º**

d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 17**

e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Arts. 10 a 14**

f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Arts. 18 e 19**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 11**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9º**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11, §1º**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (pg. 1 - 10946152)

2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 10946152)

2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 10946152)

2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 10946152)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10946262)

3. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10946152) e Fiscaliza (10946265)

4. Anexo 6/ART: **Solicitar.**

OBSERVAÇÕES:

07/06/2023 - A Entidade não tem concorrência direta na localidade, neste Edital, e deverá ser convocada à fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/06/2023, às 15:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946070** e o código CRC **A13DC9D1**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 15654/2023/MCOM

Brasília, 07 de junho de 2023.

Ao Senhor

HELDER MACEDO E LIMA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** (CNPJ nº 47.063.475/0001-90)

Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro

48.500-000 - Euclides da Cunha/BA

Assunto: PROCESSO nº 53115.002736/2023-96. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em razão do Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.
2. Conforme arts. 278 e 279 da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.
3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 280, parágrafo único da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023.
4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.
5. Tendo em vista as disposições da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023, de acordo com os artigos 289 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:
 - 5.1. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (10946269).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 290, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Anexo XLIV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV da mesma Portaria (art. 290, § 2º).
6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 292, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos for motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 292. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informamos ainda, que a comunicação por esta plataforma está se encerrando aqui, e que a partir deste momento as solicitações feitas por este ministério serão tratadas diretamente no SUPER, por correspondência eletrônica **para os e-mails informados no ato do cadastro da petição** e as comunicações de resposta deverão ser efetuadas diretamente pelo Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://www.gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/06/2023, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946305** e o código CRC **125CEB3B**.

Anexos:

- Anexo 6 da Portaria - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (10946269).

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

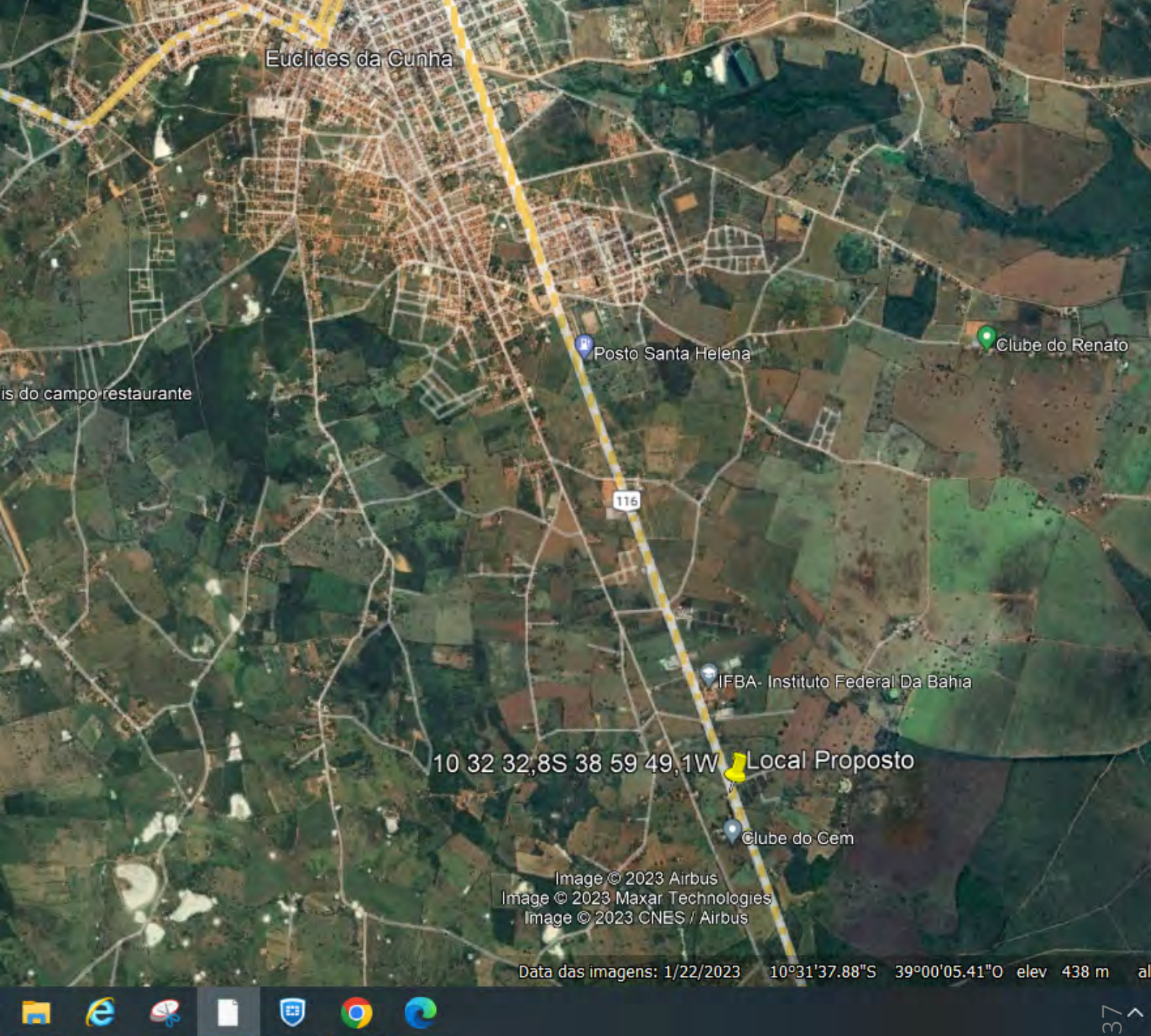
Documento nº 10946305



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Data das imagens: 1/22/2023 10°31'37.88"S 39°00'05.41"O elev 438 m al



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

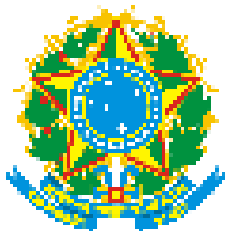
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637 >



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 172
Número do Processo: 531150027362023

7/5/23 2:25 PM

Página 1 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.002736/2023	172	10S3232	38W5949	EXINST	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
2.14	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.000097/2001	0	10S3132	39W0024	RAQ	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE EUCLIDES DA CUNHA BA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.001442/1998	2	10S3031	39W0059	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53000.056648/2012	2	10S3031	39W0059	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
10.56	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.031883/2021	0	10S2650	38W5947	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ARACAS
22.09	PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	53000.019866/2004	0	10S2334	39W0747	ARQCD I	ASSOCIACAO VIDA NOVA
32.05	BA	QUIJINGUE	53640.001886/1998	4	10S4500	39W1200	ARQDE F	FUNDACAO PADRE FRANCA (F.P.F.)
32.85	BA	QUIJINGUE	53115.038435/2021	0	10S4513	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA TRIUNFO -ACT
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.016735/2005	0	10S4514	39W1224	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53900.019259/2015	0	10S4514	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.052657/2011	37	10S4514	39W1224	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
34.14	BA	QUIJINGUE	53000.058576/2008	0	10S4534	39W1263	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA TRIUNFO
---	BA	MONTE SANTO	53115.012909/2023	208	10S2641	39W1947	EMA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO, EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E FOMENTO A RADIOFUSAO DO SERTAO - ADC SERTAO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

DESPACHO**Processo nº: 53115.002736/2023-96.****Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM.****Assunto: OFÍCIO N° 15654/2023/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 10946305)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM**, na localidade de **EUCLIDES DA CUNHA/BA**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	10970679, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	10970679, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	10970679, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	10970679, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	10970679, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	10970679, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	10970679, pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	10970680 10970681	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação , em anexo.	10970679 10996975 10996971	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	10970679 10996975 10996971			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (CORE_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 05 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/07/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 06/07/2023, às 08:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 06/07/2023, às 08:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10996979** e o código CRC **BDBF4169**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10996979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

**Correios AR****AVISO DE
RECEBIMENTO**VIA POSTAL
12/06/2023**DESTINATÁRIO**ASS COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
HELDER MACEDO E LIMA
RUA JOAQUIM SANTANA LIMA, 161 CENTRO
48500-000 - EUCLIDES DA CUNHA - BA

YJ470108742BR



53115002736/2023-96 OF 15654 COREC/CGAJ

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPOU CGOU COREC MCOM
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA DF**TENTATIVA DE ENTREGA**1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h**DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO(OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)**

- MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**
-
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> 5 RECUSADO |
| <input type="checkbox"/> 2 ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> 6 NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> 3 NÃO EXISTE O NÚMERO | <input type="checkbox"/> 7 AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> 4 DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> 8 FALECIDO |
| <input type="checkbox"/> 9 OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

8921872P

ASSINATURA DO RECEBEDORX *Helmerio Macedo Long***NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR****DATA DA ENTREGA**

20/06/23

Nº DOC. DE IDENTIDADE

11230534



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/04/2022
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO ROD BR 116	NÚMERO KM13	COMPLEMENTO *****
---------------------------------	-----------------------	-----------------------------

CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA	UF BA
--------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR	TELEFONE (71) 3500-7130
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/08/2023** às **08:20:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



CNPJ: **47.063.475/0001-90**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 08:25:03 do dia 16/08/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)
<https://p10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.063.475/0001-90
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDEN
Endereço: ROD BR 16 / ZONA RURAL / EUCLIDES DA CUNHA / BA / 48500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/08/2023 a 14/09/2023

Certificação Número: 2023081606311513134166

Informação obtida em 16/08/2023 08:25:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/E43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CNPJ: 47.063.475/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:25:59 do dia 16/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/02/2024.

Código de controle da certidão: **58E8.56BC.B596.2F26**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.063.475/0001-90

Certidão nº: 41422216/2023

Expedição: 16/08/2023, às 08:28:11

Validade: 12/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.063.475/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11063345).

Brasília, 16 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 09:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063348** e o código CRC **59127D8A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063348



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTU

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas


Filtros

- ☒ Situação
-
- ☒ Tipo
-
-
- ☒ Tipo de inspeção
-
-
- ☒ Identificação da não Outorgada
-
-

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Caio Carvalho Gama

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liandro Dantas de Moraes

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

47063475000190

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

35010720582

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

06982477525

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

07561124864


Adicionar filtro


Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

 Limpar


 Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 103232


Lon: 385949


Raio: Raio (km)


Adicionar filtro Campo

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 16 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063373** e o código CRC **41B783B8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063373



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CHECKLIST

Município/UF: EUCLIDES DA CUNHA/BA

Processo nº: **53115.002736/2023-96** CNPJ: 47063475000190

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**Nº do edital/ano: **172/2022 publicado no DOU de 01/12/2022****Prazo de inscrição: de 02/12/2022 a 30/01/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10945905)**

1. Data de postagem/SEI: 30/01/2023
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10886374)
4. Estatuto Social: (10660418) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10660419) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (10660420) para o período de 11/04/2022 a 10/04/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10660412) (10660414) (10660416)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima	018760640531 18/06/1965	José Dantas Lima Maria Conceição Macedo Lima	35010720582	Não
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama	156866390507 18/06/1999	José Carlos Costa da Gama Marinalva Barboza de Carvalho	06982477525	Não
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes	003126410523 16/10/1965	José Ribeiro de Moraes Alzira Dantas de Moraes	07561124864	Não

8. Manifestações em apoio: (10660422) (10660423)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10660421)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10946152) e Fiscaliza (10946265)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10946262)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes):
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10946152)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10946152)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10946152)
- 11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10946152)

OBSERVAÇÕES:**07/06/2023** - A documentação da fase de habilitação está completa. Convocar a Entidade para a fase de instrução.**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8º, alínea "b"**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8º, alínea "a"**

administrativo e cargos: **Art. 12**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

a) Denominação, fins e sede: **Arts. 1º e 2º**

b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Arts. 5º e 9º**

c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8º**

d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 17**

e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Arts. 10 a 14**

f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Arts. 18 e 19**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 11**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9º**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11, §1º**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (pg. 1 - 11063345)

2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 11063345)

2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 11063345)

2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 11063345)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11063348)

3. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 11063345) e Fiscaliza (11063373)

4. Anexo 6/ART: (10970679)

OBSERVAÇÕES:

07/06/2023 - A Entidade não tem concorrência direta na localidade, neste Edital, e deverá ser convocada à fase de instrução.

16/08/2023 - Processo instruído. Encaminhar para a Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063376** e o código CRC **3B4C19F9**.



NOTA TÉCNICA Nº 13562/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 53115.002736/2023-96.
Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** em autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em atendimento ao Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 30/01/2023 (processo público gerado), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: BR 116, KM 13 - Nossa Senhora da Conceição Coordenadas geográficas: 10°32'32"S de latitude e 38°59'49"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: BR 116, KM 13 - Nossa Senhora da Conceição

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 30/01/2023.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10886374)



2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10660418)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10660419)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10660420)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10660412) (10660414) (10660416)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(10660422) (10660423)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(10660421)
8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10970679) Despacho (10996979)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(pg. 1 - 11063345)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(pgs. 2/3 - 11063345)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(pg. 4 - 11063345)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(pg. 5 - 11063345)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(pg. 6 - 11063345)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(11063373) (11063372)



Ita-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Portaria GM-MCOMnº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (10996979), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10996975).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme o Despacho (11063348).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 13:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063458** e o código CRC **C1F53117**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11063460)
- Minuta de Exposição de Motivos (11063462)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063458



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINUTA

MINUTA DE
PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural na localidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/08/2023, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063460** e o código CRC **95481E44**.



MINUTA

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.**Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/08/2023, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063462** e o código CRC **2C38B4C4**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96

Interessado: Associação Comunitária Euclidense FM

Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 13562 (11063458), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 da mencionada Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/08/2023, às 21:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11065824** e o código CRC **F1659162**.

Minutas e Anexos

Minuta de Portaria (11063460)

Minuta de Exposição de Motivos (11063462)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11065824



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Ofício Interno nº 40842/2023/MCOM

Brasília, 30 de agosto de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM (11063458)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM (11063458), a qual trata do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FAV** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em atendimento ao Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 30/08/2023, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11088927** e o código CRC **ED83D495**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11088927



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

COTA n. 00269/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.002736/2023-96

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

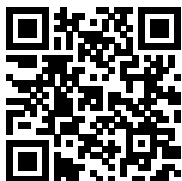
ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU** (Proc. Administrativo nº 00738.000278/2023-67), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de autorização para prestação do serviço radiodifusão comunitária.
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 11 de outubro de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115002736202396 e da chave de acesso flaf9848



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1307077343 e chave de acesso flaf9848 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-10-2023 10:49. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/tafeas/administrativo/minhas-tarefas/entrada/tarefa/191404183/processo/35973335/visualizar/latest>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para conhecimento da Cota nº 00269/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11161227), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 11/10/2023, às 16:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161270** e o código CRC **FF1ADF41**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11161270



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
[2027-6119/6915](tel:2027-61196915)

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária.



2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
(...)
5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

CONCLUSÃO



6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/443e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer **não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame os de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* e parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput*, §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para a obtenção da autorização de RadCom é a **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 06 de junho de 2023**.

26. No caso dos avisos de habilitação/edits publicados sob a égide da anterior **Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015**, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser luz do que dispõe a legislação supramencionada.



II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada, o Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que “*basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora*”.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo “*razão social*” constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio “*no original*”, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de **ausência completa** de qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazoável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de



47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a *"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação *"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da **inexistência de condenação** de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculos**, definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte rol **não** taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser **inabilitada** por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais o mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos **limites** do art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar *"impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta"* e deve elencar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize **consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <i>caput</i> e inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, <i>caput</i> e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/eyJ0ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

8.	Verificação da localização da sede da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) , disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa restar habilitada**, o Ministério analisará a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**.

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, tidas como todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade entre os sistemas irradiantes"*. Será direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; indireta, *"quando entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em comum"* (art. 258, inc. IV, alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção**, do qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução**, previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se *"após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a outorga do Poder concedente"*. Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento a **substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, quando, após a**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência da referida condenação**, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m01leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **xxx/xxxx-xx**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal xxx, cuja frequência é de xxx MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.



III – CONCLUSÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5101-4639-8905-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. [00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](#) e da chave de acesso ebb26469

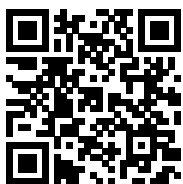
Notas

1. [^] ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas restrições ao funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área de execução do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de comprovação de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área.2. O Tribunal Regional da 3ª Região manteve a sentença de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema com o objetivo de afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.3. Com razão



o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[o]s dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida", **ou seja, basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora.** 4. Recurso especial provido. (REsp n. 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, DJe de 25/3/2022, g.n.).

2. [^] Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. § 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. [^] Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

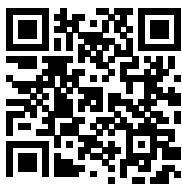
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

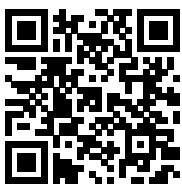
ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - CGU**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), **nexiste** restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

Brasília, 19 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174120** e o código CRC **46F3A966**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174120



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/04/2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO ROD BR 116	NÚMERO KM13	COMPLEMENTO *****
CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR		TELEFONE (71) 3500-7130
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/10/2023 às 15:12:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



CNPJ: **47.063.475/0001-90**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:13:04 do dia 19/10/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec.anatel.gov.br/Consulta/ConsultaGeral/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.063.475/0001-90
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDEN
Endereço: ROD BR 16 / ZONA RURAL / EUCLIDES DA CUNHA / BA / 48500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/10/2023 a 10/11/2023

Certificação Número: 2023101202385038731062

Informação obtida em 19/10/2023 15:13:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CNPJ: 47.063.475/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:25:59 do dia 16/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/02/2024.

Código de controle da certidão: **58E8.56BC.B596.2F26**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.063.475/0001-90

Certidão nº: 58063422/2023

Expedição: 19/10/2023, às 15:14:41

Validade: 16/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.063.475/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 19 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174150** e o código CRC **06C28D27**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174150



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

- ☒ Situação
-
- ☒ Tipo
-
- ☒ Tipo de inspeção
-
- ☒ Identificação da não Outorgada
-
-
-
-

Adicionar filtro Todos

> Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas


Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada

Adicionar filtro [Todos](#)

Opções

☒ Aplicar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Caio Carvalho Gama

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
-
- ☒ Tipo
-
- ☒ Tipo de inspeção
-
- ☒ Identificação da não Outorgada
-
-
-
-

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ CNPJ/CPF da Entidade

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

35010720582

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

06982477525

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

07561124864

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 19 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174255** e o código CRC **EC69F985**.

Minutas e Anexos

Consulta Fiscaliza (11174250)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CHECKLIST

Município/UF: EUCLIDES DA CUNHA/BA

Processo nº: **53115.002736/2023-96** CNPJ: 47063475000190

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**Nº do edital/ano: **172/2022 publicado no DOU de 01/12/2022**Prazo de inscrição: de **02/12/2022 a 30/01/2023**Canal e Frequência: **200 - 87,9 (10945905)**

1. Diretoria atual (10660420) para o período de 11/04/2022 a 10/04/2026

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima	018760640531 18/06/1965	José Dantas Lima Maria Conceição Macedo Lima	35010720582	Não
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama	156866390507 18/06/1999	José Carlos Costa da Gama Marinalva Barboza de Carvalho	06982477525	Não
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes	003126410523 16/10/1965	José Ribeiro de Moraes Alzira Dantas de Moraes	07561124864	Não

2. Certidões:

2.1. CNPJ: 11174146

2.2. Certidão FGTS: 11174146

2.3. Certidão PGFN: 11174146

2.4. Certidão CNDT: 11174146

2.5. Certidão CNDA: 11174146

3. Consulta ao CEIS: 11174120

4. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 11174150

5. Fiscaliza: 11174255

6. Minuta de Portaria: 11174287

7. Minuta de Exposição de Motivos: 11174290

OBSERVAÇÕES: PROCESSO INSTRUÍDO de acordo com Parecer Referencial 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117).Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174264** e o código CRC **1F8FB49E**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 11174264



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural na localidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 20/10/2023, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 25/10/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174287** e o código CRC **90F6BBD4**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Euclidense FM inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 20/10/2023, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/10/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174290** e o código CRC **C69B2638**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174290

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

1. Atendidos todos os requisitos previstos no Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/2023, constante do processo NUP nº 00738.000278/2023-67, que está anexado a este processo de Outorga (11174117), dispensando-se assim a análise individualizada prevista no art. 301, da Portaria de Consolidação nº 01, de 2023, e o cumprimento das diligências erigidas neste, conforme consta a seguir:

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se:

I.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ok - 11174146)

II.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963. (ok - 11174255)

2. Esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito e, dispensado o prévio envio à Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), deve o processo seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 20/10/2023, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/10/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174291** e o código CRC **2E26E5FD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11174287);
- Minuta de Exposição de Motivos (11174290).

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174291



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10868, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA**, **UFA**, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural na localidade de Euclides da Cunha, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193626** e o código CRC **C4E0E8C4**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11193626



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 31 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, inscrita CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10868, de 31 de outubro de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193627** e o código CRC **B4A29274**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11193627



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43437/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10868/2023(11193626) e Exposição de Motivos nº 373/2023 (11193627)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho_ DEPUB 11174291), encaminho a Portaria nº 10868/2023(11193626) e Exposição de Motivos nº 373/2023 (11193627), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 16/11/2023, às 19:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193629** e o código CRC **D0B52C4A**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11193629



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 22/11/2023 15:04:36
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9993594
Data prevista de publicação: 23/11/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21153772	ATO PORTARIA MCOM NA 10868.rtf	7d2b05c29fe673e9 5a86a30433cb0131	10,00	R\$ 389,20
21153773	ATO PORTARIA MCOM NA 10960.rtf	80822c401c4f7c84 12f90a60f1cbb1ba	10,00	R\$ 389,20
21153774	ATO PORTARIA MCOM NA 10968.rtf	cdff46a4e603f916 6a52a2aa4cbe8c5f	10,00	R\$ 389,20
21153775	ATO PORTARIA MCOM NA 10866.rtf	995331f2ea0c7660 bc6ab8767d13f9de	10,00	R\$ 389,20
21153776	ATO PORTARIA MCOM NA 10957.rtf	1a2c4c1b2358bbfd 6db44540563c2a59	10,00	R\$ 389,20
21153777	ATO PORTARIA MCOM NA 10952.rtf	89e72d596169da26 51eeeb4b98d3530f	9,00	R\$ 350,28
21153778	ATO PORTARIA MCOM NA 10949.rtf	146db27650f8c0ef 088755ddf88e8c3d	11,00	R\$ 428,12
21153779	ATO PORTARIA MCOM NA 10891.rtf	69cd42d6740946e7 a7a23f2d45e32a56	9,00	R\$ 350,28
21153780	ATO PORTARIA MCOM NA 11007.rtf	72c78c8dc87548af 32b7a0771c5f89b8	7,00	R\$ 272,44
21153781	ATO PORTARIA MCOM NA 11006.rtf	19830bcd6d255209 2ebb93343c28f4ce	7,00	R\$ 272,44
21153782	ATO PORTARIA MCOM NA 11051.rtf	9aa1663beaf3bb5e 8e26908b4df2dda0	9,00	R\$ 350,28
21153823	ATO PORTARIA MCOM NA 10869.rtf	5093a66d279d30de fb823e000dc9a0bb	10,00	R\$ 389,20
21153824	ATO PORTARIA MCOM NA 10964.rtf	6d48b8a16f6a2f76 a118667016d8e101	10,00	R\$ 389,20
21153825	ATO PORTARIA MCOM NA 10958.rtf	f3d1a1a7b29898b1 1545de39eab2a7b3	10,00	R\$ 389,20
21153826	ATO PORTARIA MCOM NA 10965.rtf	86f691a4bbbf1581 974c52b518665ee0	10,00	R\$ 389,20
21153827	ATO PORTARIA MCOM NA 10956.rtf	758312070f0694e1 bbabb85ad78338c6	10,00	R\$ 389,20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://gov.br/recibo.do?idof=9993594><http://gov.br/recibo.do?idof=9993594&url=assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

21153828	ATO PORTARIA MCOM NA 10961.rtf	d56362789cd3d1a34d20fac88a97dcd9	10,00	R\$ 389,20
21153829	ATO PORTARIA MCOM NA 10959.rtf	be68ff10a473beb0a81c9b4db4b7a963	10,00	R\$ 389,20
21153830	ATO PORTARIA MCOM NA 10955.rtf	c04b0daaeecb547d5026dd3d80051bd3	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			182,00	R\$ 7.083,44

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/11/2023 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 20
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.868, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural, na localidade de Euclides da Cunha, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/04/2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO ROD BR 116	NÚMERO KM13	COMPLEMENTO *****
CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR		TELEFONE (71) 3500-7130
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/11/2023 às 12:18:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637


[Menu Principal](#)
[SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> Geral](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	BA	Distrito:	
Município:	Euclides da Cunha	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Específico:	Nossa Senhora da Conceição
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM	CNPJ:	47.063.475/0001-90
Nome Fantasia:	EUCLIDENSE FM	Bairro:	Zona Rural
Logradouro:	Rodovia BR 116	Número:	KM 13
Telefone:	(71) 3500-7130	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	47063475000190	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	48500000	Logradouro:	Rodovia BR 116		
Número:	KM 13	Complemento:		Bairro:	Zona Rural
Município:	Euclides da Cunha	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	71 3500-7130				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53115002736202396	Fistel:	50446943126
Caixa:		Sequência:	

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	10868	Portaria	MC	31/10/2023	23/11/2023	Outorga	Jur.

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>
<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

23/11/2023

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44322/2023/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 373 (11193627)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10868/2023/SEI-MCOM (1230330), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 373 (11193627), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 23/11/2023, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11230972** e o código CRC **803C4AFF**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11230972



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Brasília, 24 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10.868, de 31 de outubro de 2023, publicada no DOU de 23 de novembro de 2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34893/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.002736/2023-96.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 27/11/2023, às 15:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11238886** e o código CRC **F92690DC**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11238886



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária Euclidense FM				
Nome Fantasia:	EUCLIDENSE FM	CNPJ:	47.063.475/0001-90		
Endereço de Sede:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Nome do representante legal:	Helder Macedo e Lima				
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	10° S 32' 32"			
	Longitude:	38° W 59' 49"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

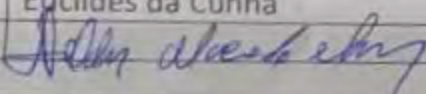
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

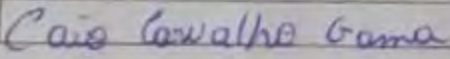
SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 1

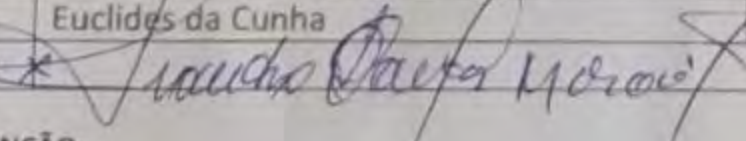
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Helder Macedo e Lima				
Cargo:	Diretor Geral		Tit. Eleitor:	018760640531	
RG/data de nascimento:	03.246.717-68 18/06/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	350.107.205-82
Endereço:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Caio Carvalho Gama				
Cargo:	Diretor Administrativo		Tit. Eleitor:	1568866390507	
RG/data de nascimento:	21.213.366-72 18/06/1999	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	069.824.775-25
Endereço:	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, Casa 170, Carnaíba				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Liandro Dantas de Moraes				
Cargo:	Diretor de Operações		Tit. Eleitor:	003126410523	
RG/data de nascimento:	18.275.730-4 16/10/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	075.611.248-64
Endereço:	Rua D. Pedro II, nº 795, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> El 53115 002736/2023-96 / pg. 2

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637


PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, Euclides da Cunha/BA, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, devidamente representada neste ato por seu Diretor Geral, **Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA.

OUTORGADOS: Dra. **Alice Lorena de Barros Santos**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 105.901 e no CPF sob nº 063.217.278-90, endereço eletrônico alicesantosadvogada@gmail.com, residente e domiciliada na Av. Bernardino de Campos, nº 534, Apto. 704, Centro, Amparo/SP, CEP 13900-400 e **Douglas Luiz da Silva**, engenheiro eletricista, inscrito no CREA/DF sob nº 22504/D-DF e no CPF sob nº 717.834.741-49, endereço eletrônico dccengenharia2@gmail.com e celular nº 61 98625-5102.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os profissionais acima qualificados, a quem confere(m) amplos poderes para representa-la junto ao **Ministério das Comunicações, Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, Casa Civil da Presidência da República e Congresso Nacional** para tratar de todo e qualquer assunto relacionado à **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, podendo pedir ou requerer vista processual, cópia de processo ou qualquer outro documento de interesse da Outorgante, solicitar a designação e representá-la em audiências ou reuniões, assinar qualquer manifestação da entidade, tais como ofícios, requerimentos, recursos, protocolar, peticionar e acessar os processos de interesse da Outorgada, através do sistema eletrônico **CADSEI, Gov.br** ou qualquer outro que venha a ser disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e/ou Anatel, e quaisquer outros atos permitidos pela legislação aplicável, para o fiel cumprimento do presente mandato, em especial para representá-la em processo de Outorga, a ser distribuído quando publicado Edital que inclua o município de **Euclides da Cunha/BA**.

Euclides da Cunha (BA), 10 de junho de 2022.


Helder Macedo e Lima
CPF nº 350.107.205-82



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLÁSTICA



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br>

Comprovante Maioridade (10660412)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS

SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Travilda Ul.º de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2006

SEI 53115 002736/2023-96 / pg. 4

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e73

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

<https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome>

Comprovante de autenticidade (10660412)

SEI53113:002736/2023-96 / pg. 5

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

PROVA NACIONAL DE IDENTIDADE
DO ESTADO DA BAHIA

NÃO PLÁSTICA



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e4>

CAPTURA DE IDENTIDADE

Prova Nacionalidade (10660413)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS

SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Travilda Ul.º de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2005

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 6

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e73

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-46b9-89b5-49529e731637414>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Faísilda M^a de Almeida fute

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 8

e43e10ac-5fb1-46b9-89b5-49529e7316

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://infoleg-autenticadocdca-sinagula/camara-leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Comprovante Maioridade (10660414)

SEI53113:002736/2023-96 / pg. 9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Facilda M. de Oliveira fute

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

Prova Nacionalidade (10660415) 3E153113:002736/2023-96 / pg. 11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

0101-6



POLEGAR DIREITO



Liandro Dantas de Moraes

ASSINATURA DO TITULAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/legislação/assinatura/44394691-495>

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Comprovante Maioridade (10660416)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

18.275.730-4

2ª via

DATA DE
EXPEDIÇÃO

11/02/2015

NOME

LIANDRO DANTAS DE MORAIS

FILIAÇÃO

JOSE RIBEIRO DE MORAIS
ALZIRA DANTAS DE MORAIS

NATURALIDADE

EUCLIDES DA CUNHA - BA

DATA DE NASCIMENTO

16/10/1965

DOC ORIGEM

RIBEIRA DO POMBAL-BA RIBEIRA DO POMBAL CC:LVº5B /FLS.71 /
Nº01941

GPF

075611248/64

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório TRGO.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 12

e43e10ar-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

Comprovante de autenticidade (10000416)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 13

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

0101-6

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



Liandro Dantas de Moraes

ASSINATURA DO TITULAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/legislação/lei-7116-83-495> Prova Nacionalidade (10660417)

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

18.275.730-4

2 via

DATA DE
EXPEDIÇÃO

11/02/2015

NOME

LIANDRO DANTAS DE MORAIS

FILIAÇÃO

JOSE RIBEIRO DE MORAIS
ALZIRA DANTAS DE MORAIS

NATURALIDADE

EUCLIDES DA CUNHA - BA

DATA DE NASCIMENTO

16/10/1965

DOC ORIGEM

RIBEIRA DO POMBAL-BA RIBEIRA DO POMBAL CC:LVº5B /FLS.71 /
Nº01941

GPF

075611248/64

Caetano Paulo Filho
Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório TRGO.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR

SE 53115.002736/2023-96 / nº 14

e43e10ar-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/eleitor-5fb1-4639-89b5-49529e731637/2023-96 / pg. 15

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, DE EUCLIDES DA CUNHA, BAHIA.

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, constituída conforme ata de Assembleia Geral de Fundação, realizada em 11 de abril de 2022, e será devidamente registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Euclides da Cunha/BA.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM utilizará como denominação fantasia “EUCLIDENSE FM”, reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas Leis vigentes no Território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, tem por objetivo promover a atenção e apoio à sociedade, na orientação para o encaminhamento de documentos e propostas, procurando dar apoio para a solução de seus problemas, de forma prática e objetiva, bem como executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e ainda:

I – Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais e culturais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para ao aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão

03/03
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Pessoas e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escritório Autorizado



dos associados.

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais, e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações, a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II – DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados de forma gratuita, as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido o formulário próprio na Sede da Associação, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, e aprovados em Assembleia Geral.

Art. 6º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores: formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II - Contribuintes ou Efetivos: todos os Associados admitidos na forma estatutária e que tenham sido aprovados em Assembleia Geral, pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas da área de execução do Serviço.
- III – Honorários: pessoas físicas ou jurídicas de notório valor e relevante atuação em prol da Associação, que forem aceitos como tais pela Assembleia Geral.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) direito às pessoas físicas, de votar e serem votados para os cargos de direção, quando em dia com suas obrigações associativas, desde que atendam ao disposto no § 2º do artigo 12, e às pessoas jurídicas, o direito de votar para os cargos diretivos, por meio de seu representante, quando em dia com suas obrigações associativas;
- b) direito de voz e voto a todos os associados nas instâncias deliberativas;
- c) dever de manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral;



- d) dever de cumprir todas as exigências previstas no Estatuto, bem como respeitar as deliberações da Assembleia Geral, zelando pelo patrimônio moral e material da Associação, colocando a Diretoria a par de situações que coloquem em risco a autonomia e bem-estar da Entidade;

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada, mediante requerimento dirigido à Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa e ao contraditório ao associado em questão e especial o disposto no parágrafo único do art. 57 do Código Civil Brasileiro

Parágrafo único – Será permitido o desligamento do associado da entidade por ato voluntário, não tendo mais qualquer compromisso com a Associação, a partir do protocolo.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, dia 15 de abril, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada 4 (quatro) anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Geral da Associação ou no mínimo por um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária, será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, e, a partir do início da execução do Serviço, no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário, e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias, durante a programação da emissora, devendo contar data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após, com



qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas disposições contidas no §1º.

§4º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis, ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações, filiados a pelo menos seis meses, respeitando as disposições do §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, órgão executivo e administrativo, será formada por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§1º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições do artigo 11 deste Estatuto, e poderá convocar novas eleições a partir de três meses anteriores ao vencimento do mandato

§2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e maiores de 18 (dezoito) anos, ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I – Da diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II – De cada Dirigente:

- a) Ao **Diretor Geral** compete: representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria, assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos, e participar das reuniões do Conselho Comunitário.
- b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e

José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



07/09

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escriturante

financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação, assinando conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Diretor Geral todos os documentos concernentes à vida financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à tesouraria, secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

- c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais e qualitativos, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações ao Serviço de Radiodifusão; promover a integração da comunidade com o Serviço prestado.

§1º – Em caso de ausência ou impedimento temporário de algum membro da Diretoria, a substituição será feita pelo Diretor Geral, quanto aos demais dirigentes, e pelo Diretor Administrativo, quanto ao Diretor Geral.

§2º - Em caso de vacância de qualquer dos cargos, por qualquer motivo, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária, no prazo de 90 (noventa) dias, para eleição para o cargo vago, em complementação do mandato em vigor.

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo 5 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu Regimento Interno, e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, com sua avaliação. Sua constituição será obrigatória antes do início da efetiva execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

IV – DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas se entregues até o início da Assembleia Geral de eleição, a qualquer membro da Diretoria, para apresentação aos Associados.

§1º - É vedada a participação de Associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração;

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos, por aclamação, ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



V – DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI – DA FONTE DE RECURSO, DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

Parágrafo único – Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes, em atendimento ao §1º do artigo 11 deste Estatuto.

Art. 19 - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade sem fins econômicos congênere, definida em Assembleia.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

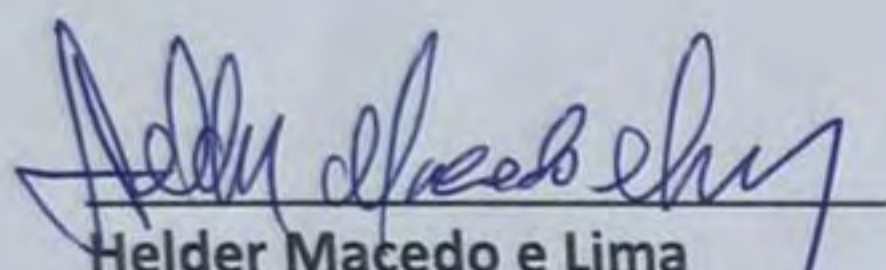
28/10/2023
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA - BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Representante Autorizada

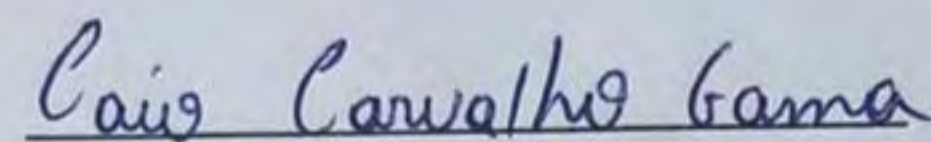


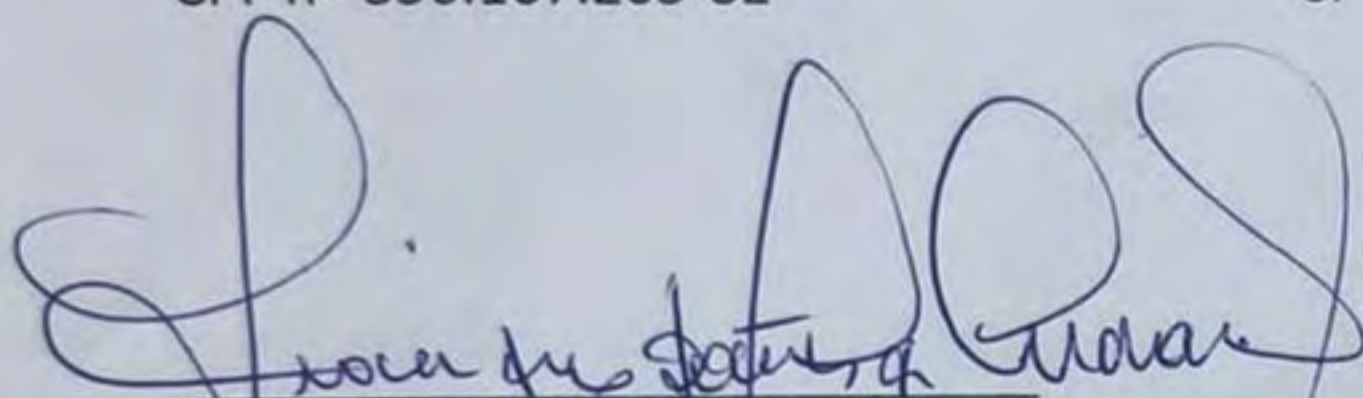
José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

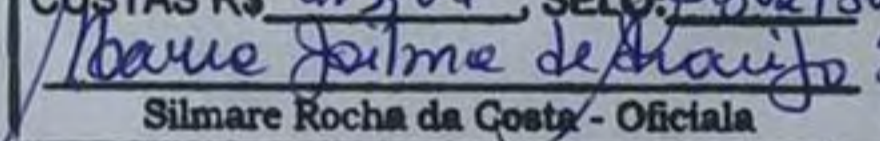
Art. 21 - O presente estatuto da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, elaborado de acordo com a Lei nº 9.612/1998, Portarias MCOM nº 4.334/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, e Código Civil Brasileiro, foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2022, e entra em vigor na data de sua averbação no registro de Pessoas Jurídicas.

Euclides da Cunha (BA), 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral
CPF nº 350.107.205-82


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo
CPF nº 069.824.775-25


Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações
CPF nº 075.611.248-64

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 17, fls 4048, sob nº 1754
E. DA CUNHA 25 DE abril DE 2022
CUSTAS R\$ 419,06, SELO: 88029808-3

Silmare Rocha da Costa - Oficiala

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,

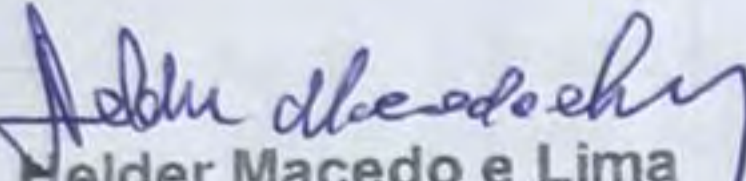
05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

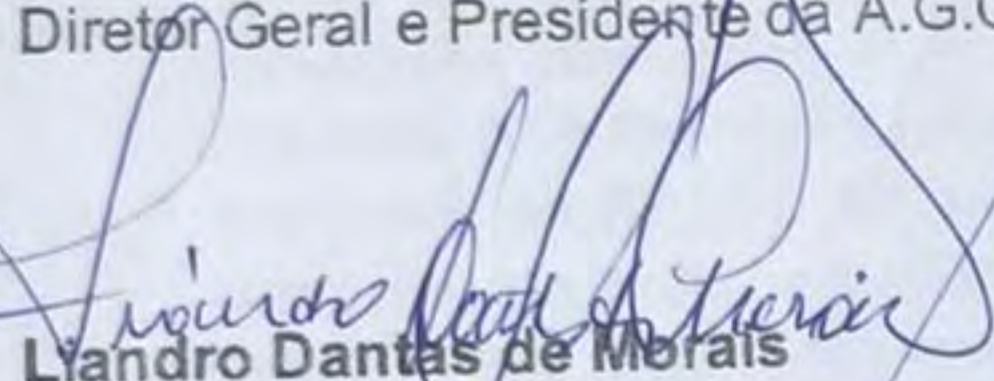
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

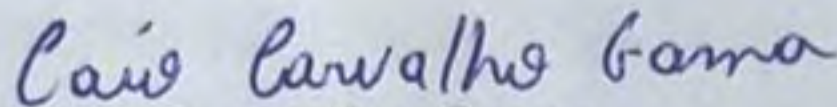


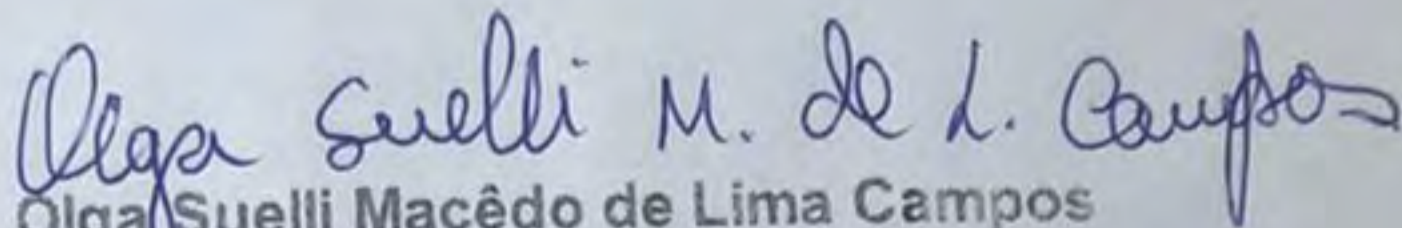
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.


Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

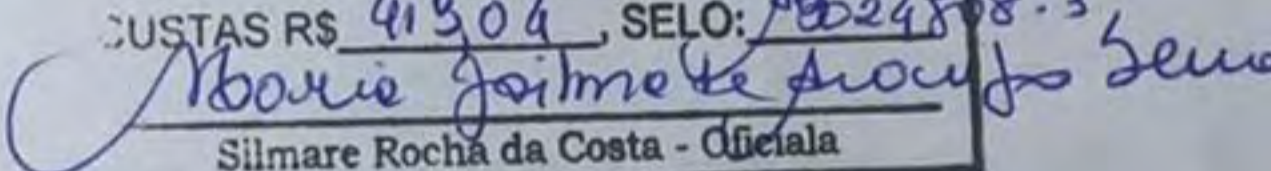

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo


Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

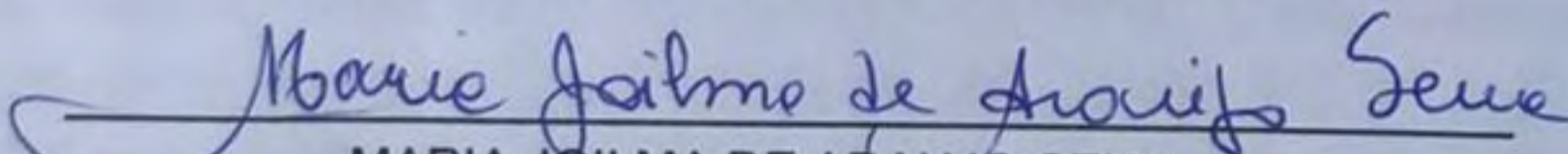
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,

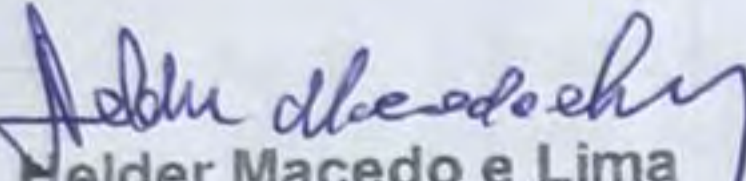
05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

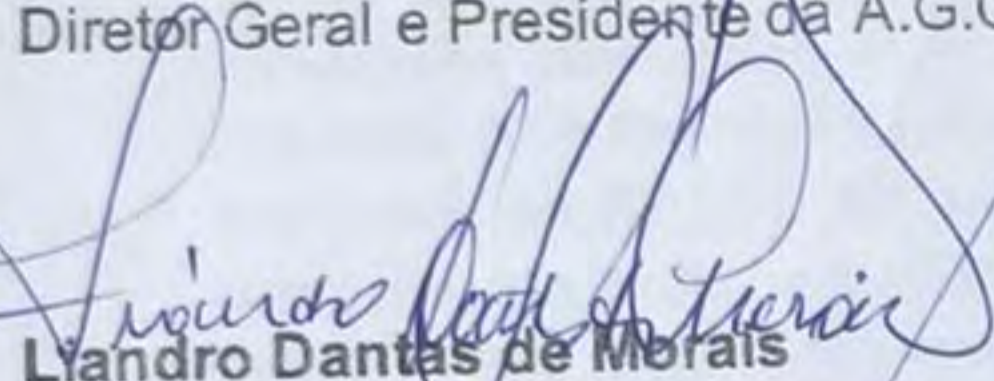
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

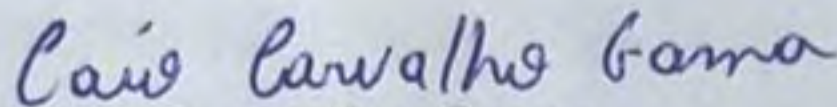


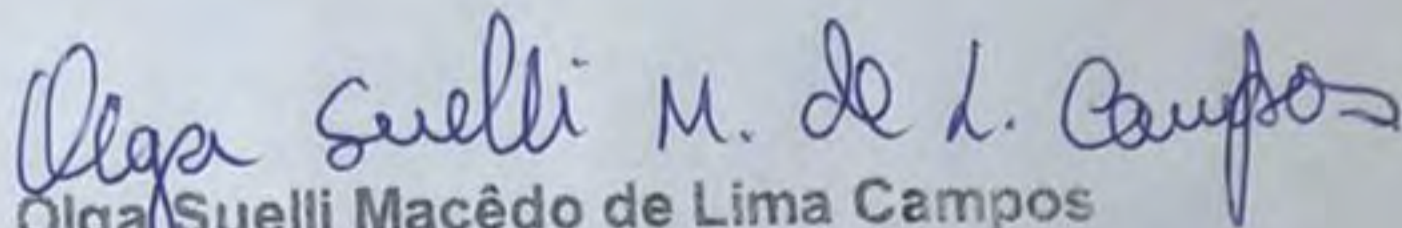
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.


Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

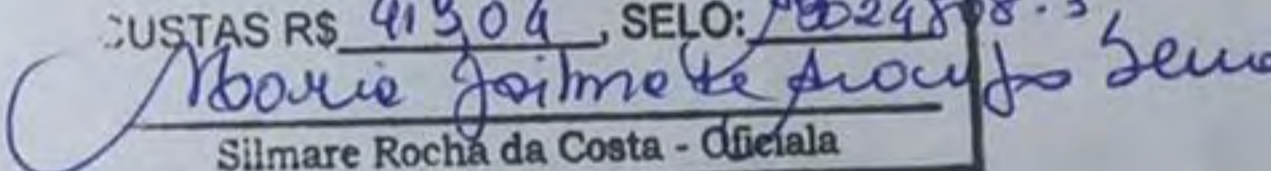

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo


Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

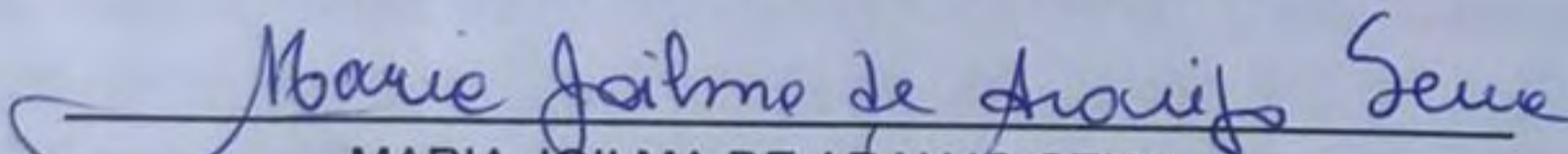
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade



José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.



MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0**SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE**

 MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Comprovante de pagamento (10660421)

SLF 55113.002736/2023-96 / pg. 29

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

23/01/2023
571819641

- BANCO DO BRASIL -

16:02:02
0480

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA
CLIENTE: MINERACAO ITAVERDE LTDA
AGENCIA: 4279-X CONTA: 00000077707-2
DOCUMENTO: 012303

Convenio	GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras	89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0
Data do pagamento	23/01/2023
NRO de Referencia	1722022
Competencia MM/AAAA	01/2023
Data de Vencimento	30/01/2023
CNPJ	47063475/0001-9
Valor Principal	100,00
Valor em Dinheiro	100,00
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	100,00

NR. AUTENTICACAO

B. 427. BCD. 63D. B24. BR 1



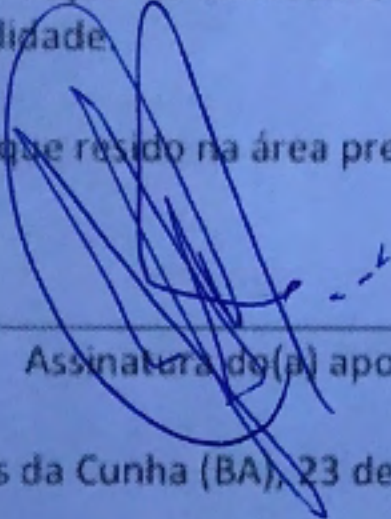
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	José Alberto de Macêdo Campos				
Endereço:	Povoado Araças, nº 2				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
RG:	0371913144	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	569.730.125-15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM CNPJ nº 47.063.475/0001-90**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura de(a) apoiador(a)

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03463633

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Lista manifestações PF (10660422)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 32

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

JOSÉ ALBERTO DE MACÊDO CAMPOS

FILIAÇÃO

MANOEL LIMA CAMPOS
OLGA DE MACEDO CAMPOS

NATURALIDADE

CIPÓ-BA

RG

0371913144 - SSP-BA

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO

04/04/1967

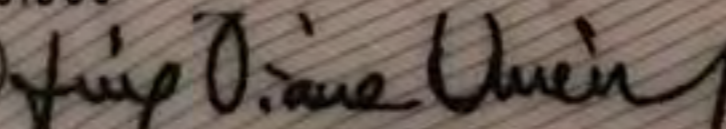
CPF

569.730.125-15

VIA

EXPEDIDO EM

01 05/09/2014


LUIZ VIANA QUEIROZ
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

18786



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://intelig-autenticidade.natura.camara.org.br/C43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Lista manifestações PF (10660422)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 33

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



www.naplanet.be - num. 02/20 99 88 11

Source: Bureau of Economic Analysis. July 1994. as reported.

1449046

33759347



Mit freundlichen Grüßen,
Ihre Frau, Ulrike
Hilke Hilke, geb. [Name]
[Adresse]
[Postleitzahl] [Ort]

17/01/2023

CLASSIFICATION BY RESIDENTIAL RENTALS

1990 by International City Group, Inc. All rights reserved.

Calculus is a course in the Mathematics Department at the University of California, Berkeley.

CLAYTON DE LITTLE

LETTING: 12/12/2022

ACCEPTED MANUSCRIPT
Date of acceptance: 16/01/2023

48-10000-0000 29

Downloaded from <https://www.cambridge.org/core>. 08/02/2023

[illegible][illegible]

ATENÇÃO! APÓS 31/01/2013, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Vencido	Dt. resgate	Valor	Vencido	Dt. resgate	Valor
18/12/22	16/01/23	51,59	18/11/22	12/12/22	51,40
18/10/22	18/11/22	58,07	29/10/22	29/10/22	83,23

Este comunicado NÃO substitui avisos de depósitos anteriores e NÃO contempla depósitos em andamento atuais. Caso a suspensão do funcionamento persista por dois ciclos de teste, o cliente poderá optar pelo cancelamento do contrato, sem custos adicionais. Para mais informações, consulte o site www.bancobrasil.com.br ou o telefone 0800 3033411241241241. Podem ocorrer alterações de conteúdo. Sem inclusão nos registros de reclamações de órgãos SPC e SERASA.

INFORMACOES IMPORTANTES

Foto: www.foto.com

Na data de lotaria a Fundação em vigor é a Lei nº 13.042, de 11/03/2014, com suas alterações.

□ **cliente** = consumidor quando faz negócio na comunidade individual ou de nível de tempo de consumo.

[illegible]

01/2023

CÓDIGO DO CLIENTE 33759347

Vancouver 17/01/2023

TOTAL REPAYING \$115

56.33

PRIMA CADASTRAR SUA CONTA EM DEBITO AUTOMATICO UTILIZANDO O CODIGO DO CLIENTE.

838300000004 563300300000 033759347219 019209457534



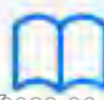
Fale com a gente! | Nossos Canais de Atendimento

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



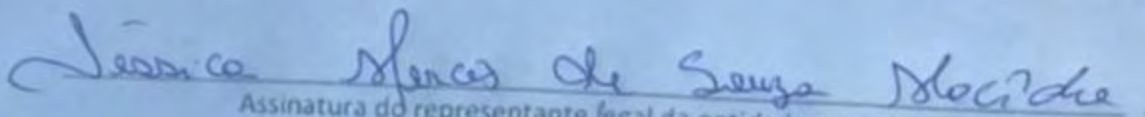
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

NEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	J M de Souza Macedo (empresário individual)			
Endereço:	Av. Ruy Barbosa, nº 18	CNPJ:	40.658.202/0001-40	
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP: 48500-000
Nome do representante legal:	Jéssica Mercês de Souza Macedo			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, CNPJ nº 47.063.475/0001-90, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:

Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no CNPJ, da ata de eleição, termo de posse ou contrato social da entidade, que indique o representante legal da declarante (em qualquer caso, deve estar válido e devidamente registrado). No caso de empresário individual, deve apresentar também documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 35

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.658.202/0001-40 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 01/02/2021</div>
<div>NOME EMPRESARIAL J M DE SOUZA MACEDO</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) J M DE SOUZA MACEDO</div>		<div>PORTE ME</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)</div>		
<div>LOGRADOURO AV RUY BARBOSA</div>	<div>NÚMERO 18</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 48.500-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA</div>
<div>UF BA</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JEL.LIMA@HOTMAIL.COM</div>		
<div>TELEFONE (75) 9115-1318/ (75) 9192-0291</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/01/2023 às 11:45:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Lista manifestações MEI (10660425)

SEI 55115-002736/2023-96 / pg. 36

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARRTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



BA

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1840585212

NOME
JESSICA MERCES DE SOUZA MACEDO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2152998251 SSP BA

CPF DATA NASCIMENTO
051.217.085-13 16/07/1991

FILIAÇÃO
AGENOR JOAO DE MACEDO

MARIA JUSSARA MERCES
DE SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
PERMISSÃO ☐ B

Nº REGISTRO
07310942918

VALIDADE
30/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
31/07/2019

OBSERVAÇÕES

A ;

Jessica Merces de Souza Macedo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FEIRA DE SANTANA, BA

DATA EMISSÃO
09/08/2019

Rodrigo Pimentel de Souza Lima
ASSINATURA DO EMISSOR

55470041968
BA710161550

BAHIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

10 32 32S 38 59 49W

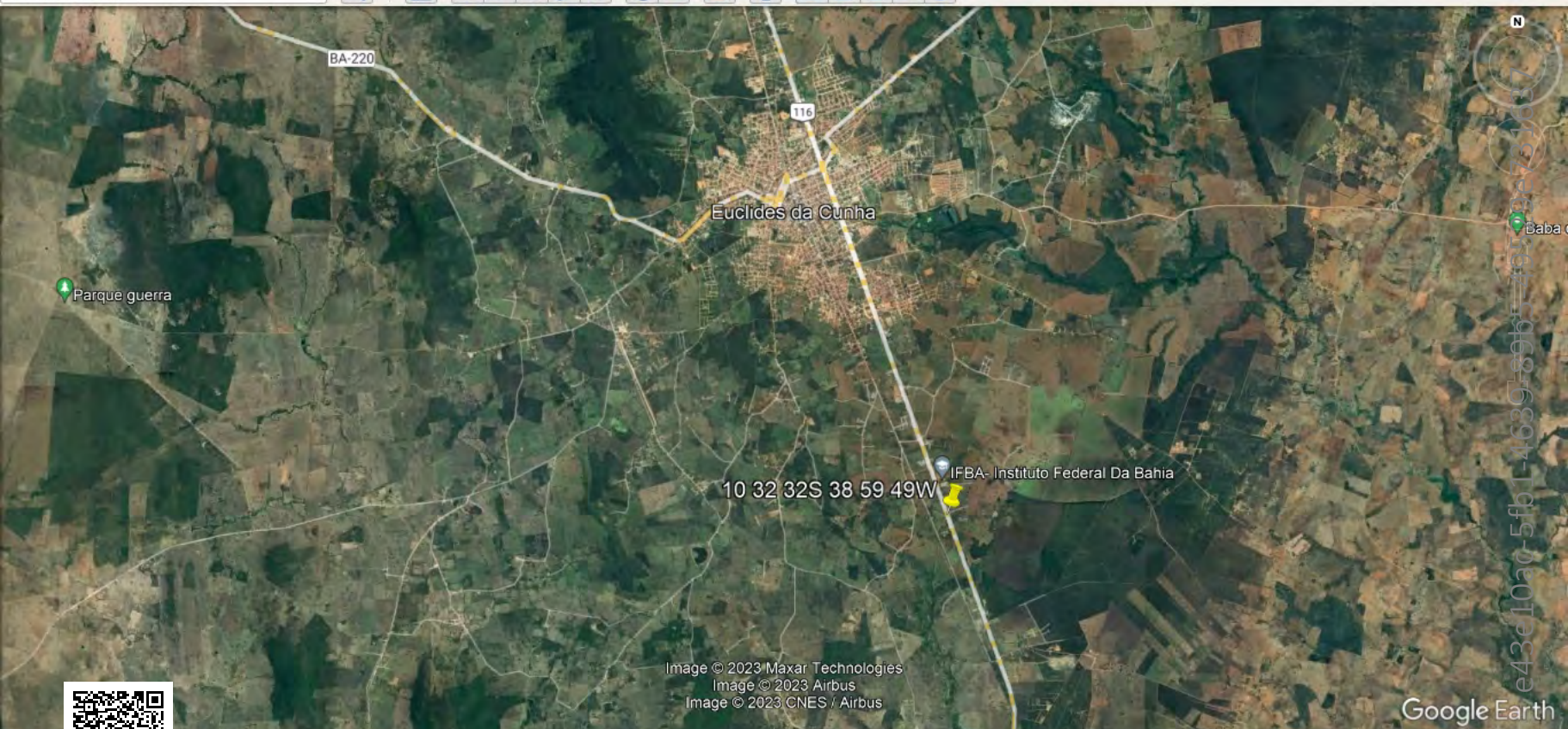


Image © 2023 Maxar Technologies
Image © 2023 Airbus
Image © 2023 CNES / Airbus

Google Earth

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Data das imagens: 10/7/2022

10°31'55,91"S

39°03'46,22"O

elev 427 m

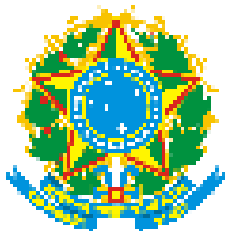
altitude do ponto de visão 17,65 km

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731687>

Anexo nº 15.002736/2023-96 / pg. 38



POR 21:46
PTB2 06/05/2023



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 172
Número do Processo: 531150027362023

5/6/23 10:11 PM

Página 1 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.002736/2023	172	10S3232	38W5949	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
2.14	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.000097/2001	0	10S3132	39W0024	RAQ	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE EUCLIDES DA CUNHA BA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.001442/1998	2	10S3031	39W0059	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53000.056648/2012	2	10S3031	39W0059	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
10.56	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.031883/2021	0	10S2650	38W5947	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ARACAS
22.09	PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	53000.019866/2004	0	10S2334	39W0747	ARQCD I	ASSOCIACAO VIDA NOVA
32.05	BA	QUIJINGUE	53640.001886/1998	4	10S4500	39W1200	ARQDE F	FUNDACAO PADRE FRANCA (F.P.F.)
32.85	BA	QUIJINGUE	53115.038435/2021	0	10S4513	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA TRIUNFO -ACT
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.016735/2005	0	10S4514	39W1224	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53900.019259/2015	0	10S4514	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.052657/2011	37	10S4514	39W1224	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
34.14	BA	QUIJINGUE	53000.058576/2008	0	10S4534	39W1263	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA TRIUNFO
---	BA	MONTE SANTO	53000.022241/2011	32	10S2619	39W1950	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA / MONTE SANTO -BA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

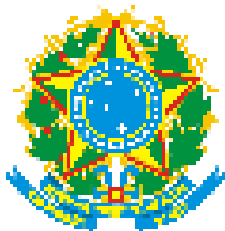
RadCom - Relatório de Vizinhos2

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 39

ANEXO RELATÓRIO DE VIZINHOS (10891069)

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 172
Número do Processo: 531150027362023

5/6/23 10:11 PM

Página 2 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
38.42	BA	MONTE SANTO	53115.002999/2021	0	10S2616	39W1954	ARQCD I	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO E CULTURA DE MONTE SANTO BAHIA - ACCMSBA
38.49	BA	MONTE SANTO	53115.010851/2021	0	10S2556	39W1950	CDI	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO E CULTURA DE MONTE SANTO BAHIA - ACCMSBA
38.53	BA	MONTE SANTO	53000.000867/2001	10	10S2616	39W1958	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA / MONTE SANTO -BA
38.53	BA	MONTE SANTO	53000.066287/2007	32	10S2616	39W1958	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA / MONTE SANTO -BA
38.56	BA	MONTE SANTO	53000.021111/2004	32	10S2629	39W2003	ARQDE F	ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA MONTESSANTENSE
38.62	BA	MONTE SANTO	53000.026891/2011	32	10S2610	39W1959	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ALTAR DO SERTAO
39.63	BA	MONTE SANTO	53640.000745/1999	10	10S2630	39W2040	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVOADO PEDRA VERMELHA
41.60	BA	CÍCERO DANTAS	53000.054529/2006	0	10S3300	38W3700	ARQCD I	NUCLEO DE PEQUENOS PRODUTORES DE SAO JOAO DA FORTALEZA
42.19	BA	BANZAE	53000.008554/2008	25	10S3447	38W3647	FLD	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE BANZAE/BAHIA
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 40

RadCom - Relatório de Vizinhos2

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96.

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM.

Assunto: FASE DE HABILITAÇÃO.

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução da fase de habilitação, relacionado ao requerimento de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM**, na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em razão do Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União em 01/12/2022, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, constatou-se que as coordenadas geográficas 10° S 32' 32" / 38° W 59' 49", indicadas pela interessada:

a) atendem ao disposto no § 1º, art. 22, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, consolidada pela Portaria nº 9.018/2023, pois estão situadas no município de **Euclides da Cunha/BA** (evento SEI nº 10891068) e, segundo declaração da interessada, atendem à padronização GPS-WGS84 (evento SEI nº 10886374); e

b) atendem ao disposto no art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, consolidada pela Portaria nº 9.018/2023, visto que guardam uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (evento SEI nº 10891070).

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de habilitação.

Brasília, 06 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 10/05/2023, às 19:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 11/05/2023, às 08:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Amaral do Amaral, Engenheiro**, em 11/05/2023, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10031970) SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 41

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10891070** e o código CRC **C8E0EBB9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10891070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10891070)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 42

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Escolher edital *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CPF
264359.0022965/2023 063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

☐ Edital de notificação? Data de publicação do edital 02/12/2022 Prazo de inscrição 30/01/2023

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal ID do edital selecionado Verifica se é edital de notificação
200 8

Qualificação da entidade

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Navegação

Navegação
Ir para a próxima etapa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264359.0022965/2023 (10929926)

SLI 55115.002736/2023-96 / pg. 43

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339:0022963/2023 (10929926)

SLI 33115:002736/2023-96 / pg. 44


PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, Euclides da Cunha/BA, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, devidamente representada neste ato por seu Diretor Geral, **Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA.

OUTORGADOS: Dra. **Alice Lorena de Barros Santos**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 105.901 e no CPF sob nº 063.217.278-90, endereço eletrônico alicesantosadvogada@gmail.com, residente e domiciliada na Av. Bernardino de Campos, nº 534, Apto. 704, Centro, Amparo/SP, CEP 13900-400 e **Douglas Luiz da Silva**, engenheiro eletricista, inscrito no CREA/DF sob nº 22504/D-DF e no CPF sob nº 717.834.741-49, endereço eletrônico dccengenharia2@gmail.com e celular nº 61 98625-5102.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os profissionais acima qualificados, a quem confere(m) amplos poderes para representa-la junto ao **Ministério das Comunicações, Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, Casa Civil da Presidência da República e Congresso Nacional** para tratar de todo e qualquer assunto relacionado à **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, podendo pedir ou requerer vista processual, cópia de processo ou qualquer outro documento de interesse da Outorgante, solicitar a designação e representá-la em audiências ou reuniões, assinar qualquer manifestação da entidade, tais como ofícios, requerimentos, recursos, protocolar, peticionar e acessar os processos de interesse da Outorgada, através do sistema eletrônico **CADSEI, Gov.br** ou qualquer outro que venha a ser disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e/ou Anatel, e quaisquer outros atos permitidos pela legislação aplicável, para o fiel cumprimento do presente mandato, em especial para representá-la em processo de Outorga, a ser distribuído quando publicado Edital que inclua o município de **Euclides da Cunha/BA**.

Euclides da Cunha (BA), 10 de junho de 2022.


Helder Macedo e Lima
CPF nº 350.107.205-82



Participar de edital de RADCOM
Aberto por **Cidadão**

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher dados da empresa *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Campo de resposta AJAX
Fistel

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

☐ Edital de notificação? Data de publicação do edital Prazo de inscrição
02/12/2022 30/01/2023

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal ID do edital selecionado Verifica se é edital de notificação
200 8

Qualificação da entidade

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia Telefone para contato
EUCLIDENSE FM (75) 99921-9987



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

E-mail
alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal
Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede
Não

CEP para correspondência
48500-000

Logradouro
Rua Joaquim Santana Lima

Número
161

Bairro
Centro

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Navegação

Navegação
Ir para a próxima etapa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339-0022963/2023 (10929926)

SLI 33113-002736/2023-96 / pg. 47

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264539:0022965/2023 (10929926)

SLI 35115:002736/2023-96 / pg. 48

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher quadro de diretores *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

☐ Edital de notificação? Data de publicação do edital 02/12/2022 Prazo de inscrição 30/01/2023

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal ID do edital selecionado Verifica se é edital de notificação
200 8

Qualificação da entidade

Dirigentes

Copiar dados do solicitante para este diretor

Nome do dirigente Helder Macedo e Lima
Cargo Diretor Geral
CPF 350.107.205-82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Copiar dados do solicitante para este diretor -

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339-0022965/2023 (10929926)

SLF35115:002736/2023-96 / pg. 50

Copiar dados do solicitante
para este diretor

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações
CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Retorno CPFLight

{"Logradouro":"BERNARDINO

DE

CAMPOS","NomeUnidadeAdministrativa":"AMPARO","DataAtualizacao":"20220311","Exerc

liberal ou autÃ nomo

sem vÃnculo de

emprego","SituacaoCadastral":0,"Estrangeiro":"N","Nome":"ALICE

LORENA DE BARROS

SANTOS","NomeMunicipioNaturalidade":"SAO

PAULO","UnidadeAdministrativa":812401,"OcupacaoPrincipal":241,"NumeroLogradouro":5

LORENA DE BARROS

SANTOS","UFMunicipioNaturalidade":"SP","Complemento":"APTO

704","Bairro":"CENTRO","Cep":13900400,"Municipio":"AMPARO","ResidenteExterior":5,"N

Número de dirigentes

3

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Navegação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264339:0022965/2023 (10929926)

SLF33115:002736/2023-96 / pg. 51

Navegação

Ir para a próxima etapa

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Exato 264539:0022965/2023 (10929926)

SLI 55115:002736/2023-96 / pg. 52

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

0101-6



POLEGAR DIREITO



Liandro Dantas de Moraes

ASSINATURA DO TITULAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/legislação/federação/44384691-4951-aio-264359.0022965/2023-10929926>

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

18.275.730-4

2ª via

DATA DE
EXPEDIÇÃO

11/02/2015

NOME

LIANDRO DANTAS DE MORAIS

FILIAÇÃO

JOSE RIBEIRO DE MORAIS
ALZIRA DANTAS DE MORAIS

NATURALIDADE

EUCLIDES DA CUNHA - BA

DATA DE NASCIMENTO

16/10/1965

DOC ORIGEM

RIBEIRA DO POMBAL-BA RIBEIRA DO POMBAL CC:LVº5B /FLS.71 /
Nº01941

GPF

075611248/64

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Divisório TRGO.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SEI 53115.002736/2023-96 / pg 53

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

Extrato 204359:0022905/2026 (10929926)

SEI53115:002736/2023-96 / pg. 54

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 003126410523

Eleitor: LIANDRO DANTAS DE MORAIS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0136

Local: ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULA

Endereço: POVOADO LAGOA DO GUEDES - ZONA RURAL - POVOADO LAGOA DO GUEDES

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637-Extrato-204359-0022905/2026-10929526

SEI53115:002736/2023-96 / pg. 56

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Facilda M. de Oliveira fute

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SEI 53115-002736/2023-96 / pg. 57

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://infoleg-autenticacao-de-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637-Extrao-204359-0022905/2026-10929526)

SEI53115:002736/2023-96 / pg. 58

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

RE-IDENTIFICAÇÃO
RECOMENDADA
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



Caio Carvalho Gama



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

21.213.366-72

29-07-2013

CAIO CARVALHO GAMA

JOSÉ CARLOS COSTA DA GAMA

MARINALVA BARBOZA DE CARVALHO

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1999

C.NAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS
SEDE LV 0088 FL 289 RT 0044819

069.824.775-25

Faísilda M^a de Oliveira Leite

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SEI 53115-002736/2023-96 / pg. 59

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 156866390507

Eleitor: CAIO CARVALHO GAMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0207

Local: CENTRO EDUCACIONAL DE CARNAÍBA

Endereço: POVOADO CARNAÍBA - ZONA RURAL - POVOADO CARNAÍBA

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome

Extrato 204359:0022905/2026 (10929926)

SEI 53115:002736/2023-96 / pg. 60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLÁSTICA



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.br>

Extraib 264359.0022965/2023 (10929926)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS

SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Travilda Ul.º de Oliveira fante

SEI 53115 002736/2023-96 / pg. 61

LEI Nº 7.116 DE 2006

19 / 73

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e73

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

Nova consulta

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

 Mapa do site



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

Extrato 204359:0022905/2026 (10929926)

SEI53115:002736/2023-96 / pg. 62

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

NÃO PLÁSTICA



Helder Macedo e Lima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.br>

Extraib 264359.0022965/2023 (10929926)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.246.717-68

26-12-2011

HELDER MACEDO E LIMA

JOSÉ DANTAS LIMA

MARIA CONCEIÇÃO MACEDO LIMA

EUCLIDES DA CUNHA BA

18-06-1965

C.CAS. CM EUCLIDES DA CUNHA BA DS

SEDE LV BAUX01 FL 73 RT 145

350.107.205-82

Travilda Ul.º de Oliveira fante

LEI Nº 7.118 DE 2006

SEI 53115 002736/2023-96 / pg. 63

21 / 73

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e73

Título e local de votação - Consulta por nome

ELEITOR/ELEITORA COM BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 018760640531

Eleitor: HELDER MACEDO E LIMA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2022 - 1º Turno (02/10/2022)

Zona: 102 Seção: 0028

Local: EDUCANDARIO OLIVEIRA BRITO

Endereço: RUA JOAQUIM SANTANA LIMA -ZONA URBANA - CENTRO

Município: EUCLIDES DA CUNHA - BA

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[Mapa do site](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[e.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome](https://tse.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome)

Extrato 204359:0022905/2020 (10929926)

SEI 53115:002736/2023-96 / pg. 64

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher documentos *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

☐ Edital de notificação? Data de publicação do edital 02/12/2022 Prazo de inscrição 30/01/2023

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal ID do edital selecionado Verifica se é edital de notificação
200 8

Qualificação da entidade

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Navegação

Navegação
Ir para a próxima etapa

Recurso



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339-0022963/2023 (10929926)

SEI 55115-002736/2023-96 / pg. 66

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339.0022963/2023 (10929926)

SLI 33115.002736/2023-96 / pg. 67

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, DE EUCLIDES DA CUNHA, BAHIA.

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, com sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, constituída conforme ata de Assembleia Geral de Fundação, realizada em 11 de abril de 2022, e será devidamente registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Euclides da Cunha/BA.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM utilizará como denominação fantasia “EUCLIDENSE FM”, reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas Leis vigentes no Território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, tem por objetivo promover a atenção e apoio à sociedade, na orientação para o encaminhamento de documentos e propostas, procurando dar apoio para a solução de seus problemas, de forma prática e objetiva, bem como executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e ainda:

I – Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais e culturais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para ao aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão

03/03
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Pessoas e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escritório Autorizado



dos associados.

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais, e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações, a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II – DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados de forma gratuita, as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido o formulário próprio na Sede da Associação, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, e aprovados em Assembleia Geral.

Art. 6º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores: formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II - Contribuintes ou Efetivos: todos os Associados admitidos na forma estatutária e que tenham sido aprovados em Assembleia Geral, pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas da área de execução do Serviço.
- III – Honorários: pessoas físicas ou jurídicas de notório valor e relevante atuação em prol da Associação, que forem aceitos como tais pela Assembleia Geral.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) direito às pessoas físicas, de votar e serem votados para os cargos de direção, quando em dia com suas obrigações associativas, desde que atendam ao disposto no § 2º do artigo 12, e às pessoas jurídicas, o direito de votar para os cargos diretivos, por meio de seu representante, quando em dia com suas obrigações associativas;
- b) direito de voz e voto a todos os associados nas instâncias deliberativas;
- c) dever de manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral;



- d) dever de cumprir todas as exigências previstas no Estatuto, bem como respeitar as deliberações da Assembleia Geral, zelando pelo patrimônio moral e material da Associação, colocando a Diretoria a par de situações que coloquem em risco a autonomia e bem-estar da Entidade;

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada, mediante requerimento dirigido à Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa e ao contraditório ao associado em questão e especial o disposto no parágrafo único do art. 57 do Código Civil Brasileiro

Parágrafo único – Será permitido o desligamento do associado da entidade por ato voluntário, não tendo mais qualquer compromisso com a Associação, a partir do protocolo.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, dia 15 de abril, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada 4 (quatro) anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Geral da Associação ou no mínimo por um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária, será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, e, a partir do início da execução do Serviço, no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário, e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias, durante a programação da emissora, devendo contar data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após, com



qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas disposições contidas no §1º.

§4º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis, ou extinção da entidade, deverá ser convocada com quinze dias de antecedência e deliberará conforme este Estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações, filiados a pelo menos seis meses, respeitando as disposições do §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, órgão executivo e administrativo, será formada por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§1º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições do artigo 11 deste Estatuto, e poderá convocar novas eleições a partir de três meses anteriores ao vencimento do mandato

§2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e maiores de 18 (dezoito) anos, ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I – Da diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II – De cada Dirigente:

- a) Ao **Diretor Geral** compete: representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria, assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da Associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos, e participar das reuniões do Conselho Comunitário.
- b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e

José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

- COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BR
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Mária Joilma de Araújo Sena
Escriturante



V – DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI – DA FONTE DE RECURSO, DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

Parágrafo único – Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes, em atendimento ao §1º do artigo 11 deste Estatuto.

Art. 19 - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade sem fins econômicos congênere, definida em Assembleia.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

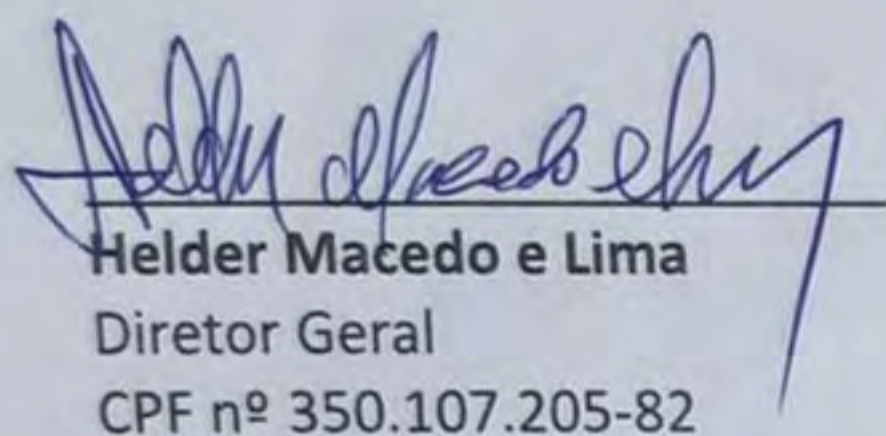
Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

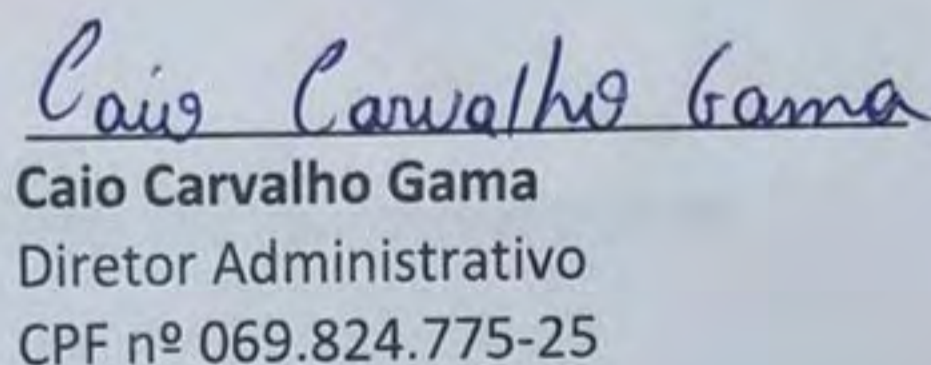
28/10/2023
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA - BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Representante Autorizada

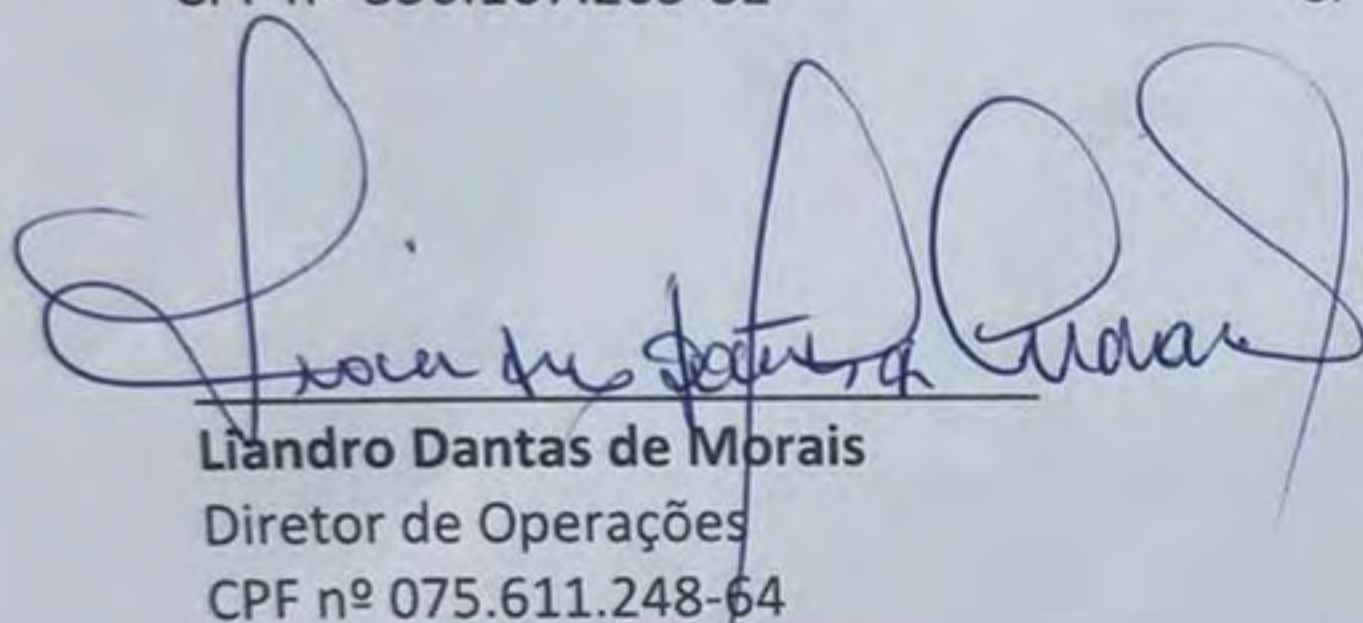


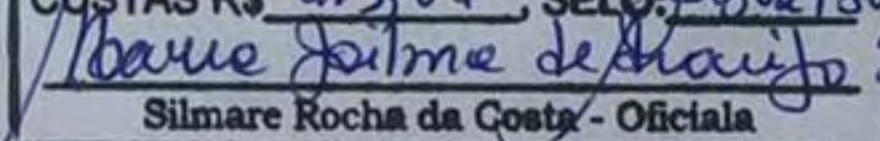
Art. 21 - O presente estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, elaborado de acordo com a Lei nº 9.612/1998, Portarias MCOM nº 4.334/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, e Código Civil Brasileiro, foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2022, e entra em vigor na data de sua averbação no registro de Pessoas Jurídicas.

Euclides da Cunha (BA), 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral
CPF nº 350.107.205-82


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo
CPF nº 069.824.775-25


Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações
CPF nº 075.611.248-64

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 17, fls 4048, sob nº 1754
E. DA CUNHA 25 DE abril DE 2022
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 88029808-3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,

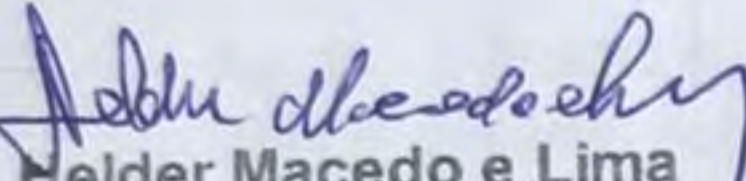
05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

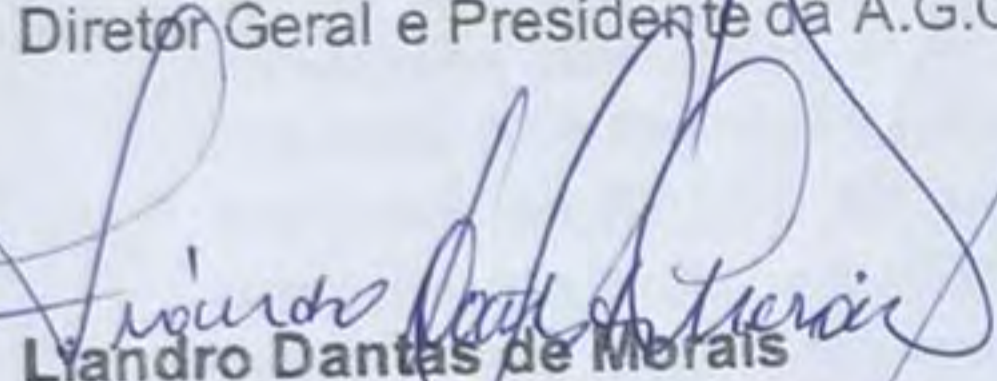
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

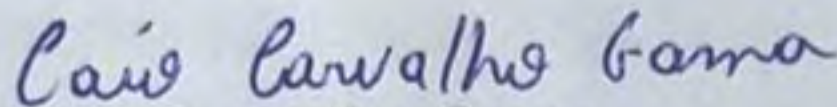


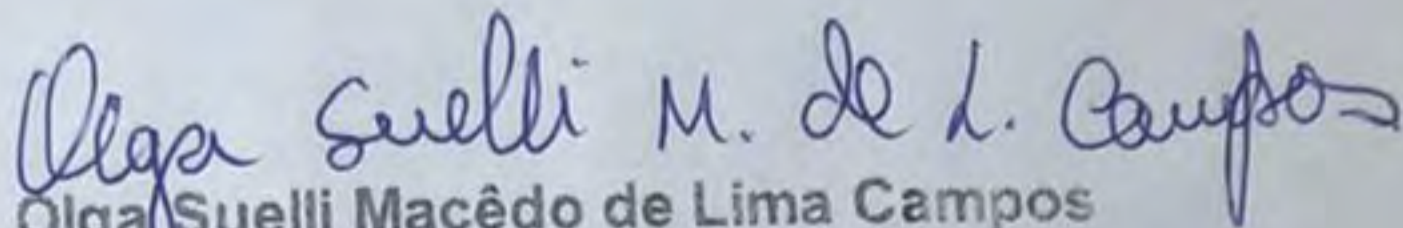
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.


Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

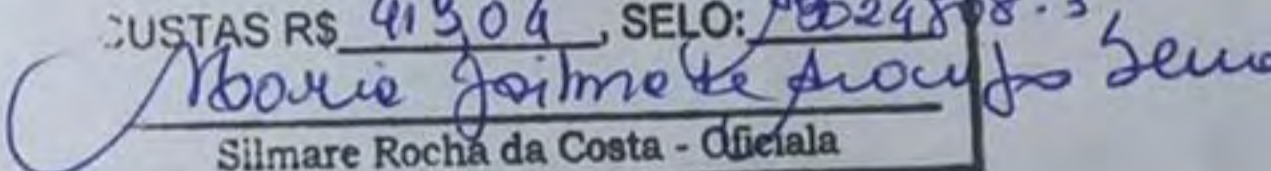

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo


Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

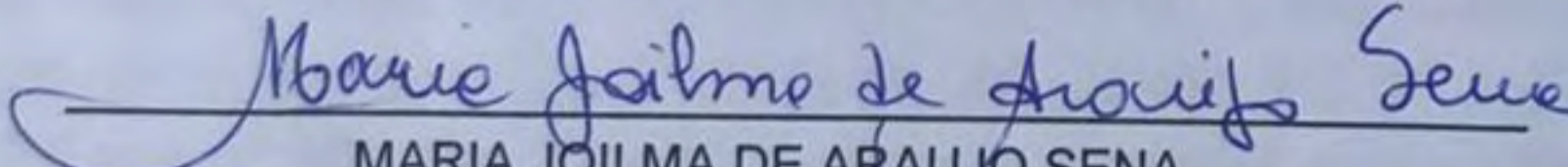
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade



José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada




 <p>MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
<p>Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.</p> <p>SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE</p>	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<p>GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]</p>	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0



SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

 <p>MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	1722022
	Competência	01/2023
	Vencimento	30/01/2023
Nome do Contribuinte / Recolhedor Assoc.Com. Cult. Euclidense FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	47.063.475/0001-90
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
<p>Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.</p> <p>SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE</p>	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<p>GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN0B6573EE6B2E516E1651C782D0617230]</p>	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89910000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20491824325-0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Extrato 20491824325-0/2023 (10929926)

SEI 55115.002736/2023-96 / pg. 78

23/01/2023
571819641

- BANCO DO BRASIL -

16:02:02
0480

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA
CLIENTE: MINERACAO ITAVERDE LTDA
AGENCIA: 4279-X CONTA: 00000077707-2
DOCUMENTO: 012303

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89910000001-0 00000001010-3
95523161882-9 20491824325-0
Data do pagamento 23/01/2023
NRQ de Referencia 1722022
Competencia MM/AAAA 01/2023
Data de Vencimento 30/01/2023
CNPJ 47063475/0001-9
Valor Principal 100,00
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR. AUTENTICACAO

B. 427. BCD. 63D. B24. BR 1



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, COM SEDE EM EUCLIDES DA CUNHA/BA.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às 18:00(dezoito) horas, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, desta cidade de Euclides da Cunha/BA,, os membros idealizadores, juntamente com demais convidados que compareceram, **Francisco de Assis Dornella da Silva, Olga Suelli Macêdo de Lima Campos, José Carlos Costa da Gama e Williams Santos da Silva**, conforme Edital de convocação 01/2022, para aprovar a fundação de uma Associação Comunitária, tendo em vista a publicação de Plano Nacional de Outorgas pelo Ministério das Comunicações, e a intenção de participar da Seleção, para proporcionar à nossa Comunidade o serviço de uma rádio comunitária, obedecendo os princípios constantes da Lei nº 9612/1998, e demais legislação que tratam do assunto. Iniciando os trabalhos, foi escolhido o Sr. **Hélder Macedo e Lima** para presidir a Assembleia, convidando a mim, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos**, para fazer os trabalhos de Secretária. O Presidente da A.G.O. expôs aos presentes sobre o objetivo da Associação, assim como, após a aprovação de sua fundação, a confirmação da sugestão de uma denominação que, após debates, foi aprovada por unanimidade como "**Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**", com prazo indeterminado de duração, e que terá início de suas atividades a partir da data de registro de seu estatuto social, prosseguindo com a escolha dos membros da primeira Diretoria, terá sua sede na BR 116, km 13, Nossa Senhora da Conceição, CEP 48500-000, desta cidade de Euclides da Cunha/BA. Foi então entregue aos presentes a minuta de estatuto social, elaborado de acordo com a legislação atual de rádio comunitária, e foram colocados em debate e votação os seguintes itens: a) **aprovação do estatuto social**; b) **eleição e posse da Diretoria**. Dando prosseguimento aos trabalhos, quanto ao primeiro item da pauta, foi aprovado por unanimidade o Estatuto Social, contendo 21 (vinte e um) artigos, que assim como a presente ata, deverá ser levado ao registro no Cartório de Pessoas Jurídicas de Euclides da Cunha/BA. Em seguida, quanto ao segundo item, como somente uma chapa foi apresentada, deu-se por aclamação a eleição e posse dos seguintes dirigentes, para o mandato de 11/04/2022 a 10/04/2026: **DIRETOR GERAL: Helder Macedo e Lima**, brasileiro, casado, pecuarista, portador de Cédula de Identidade RG nº 03.246.717-68-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 350.107.205-82, residente na Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA; **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Caio Carvalho Gama**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 21.213.366-72-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 069.824.775-25, residente e domiciliado na Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, casa 170, Distrito de Carnaíba, Zona Rural, 48500-000, Euclides da Cunha/BA e **DIRETOR DE OPERAÇÕES: Liandro Dantas de Moraes**, brasileiro, casado, autônomo, portador de Cédula de Identidade RG nº 18.275.730-4-SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 075.611.248-64, residente na Rua D. Pedro II, nº 794, Centro, 48500-000, Euclides da Cunha/BA. Após, o Diretor Geral eleito **Helder Macedo e Lima** fez uso da palavra, agradecendo primeiramente a Deus, pedindo forças e união aos eleitos e a todos os associados, agradecendo também a todos os presentes pela confiança depositada, e em seguida deixou a palavra livre, e como não houve manifestação por parte dos presentes,

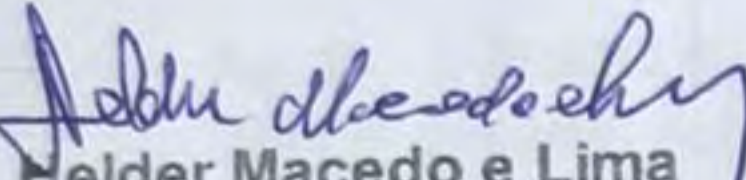
05/09
COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena

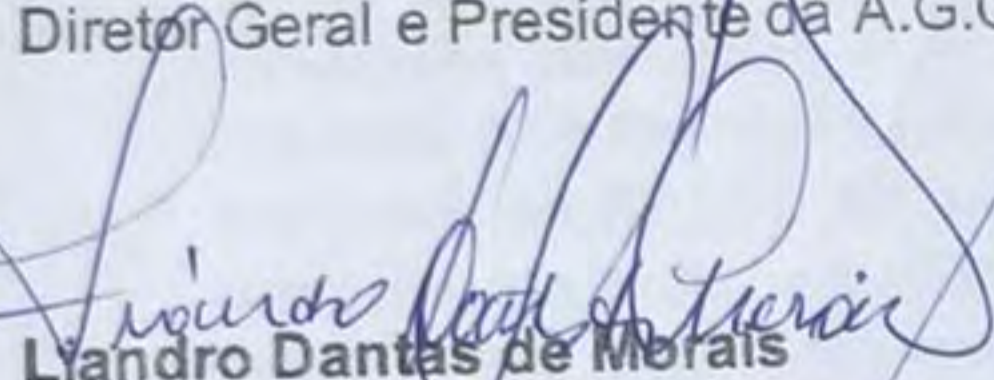
José Alberto de M. Campos
18.786 0AB/BA

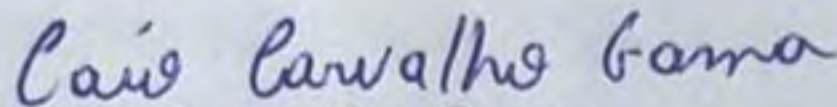


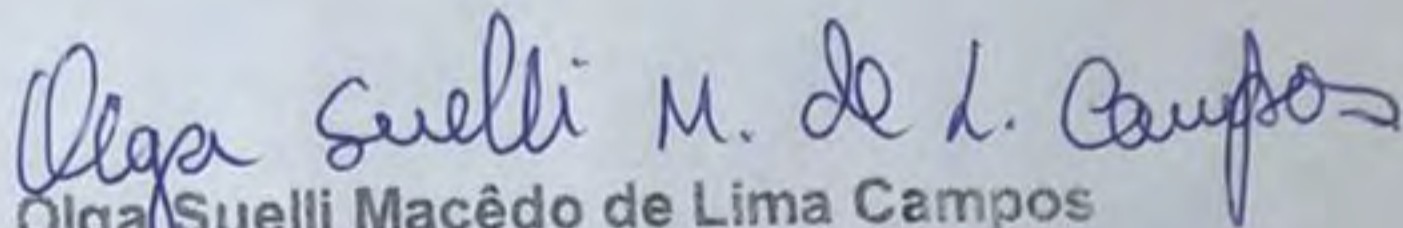
os trabalhos foram suspensos para que fosse feita a lavratura desta Ata, o que eu, **Olga Suelli Macêdo de Lima Campos** fiz como Secretária da Assembleia, e após reaberta para leitura, foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor, e segue assinada por mim, pelo Diretor Geral, Diretor Administrativo e pelo Diretor de Operações, eleitos a primeira Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**.


Euclides da Cunha/BA, 11 de abril de 2022.


Helder Macedo e Lima
Diretor Geral e Presidente da A.G.O.

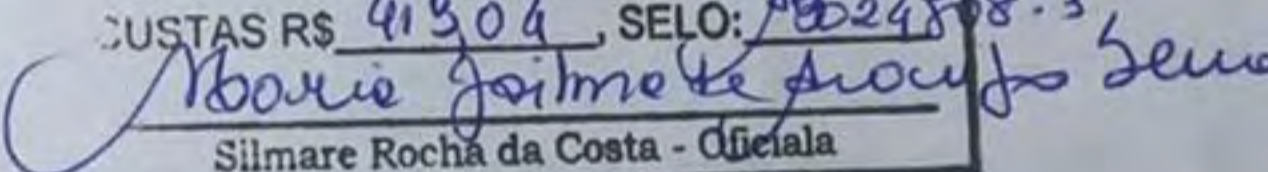

Liandro Dantas de Moraes
Diretor de Operações


Caio Carvalho Gama
Diretor Administrativo


Olga Suelli Macêdo de Lima Campos
Secretária da A.G.O.

22/03

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada

(Esta folha é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Ordinária de fundação e eleição e posse da primeira diretoria da Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, realizada em 11/04/2022, e contém as assinaturas de dirigentes e da secretária da A.G.O., só produzindo efeitos quando acompanhada do inteiro teor de referida ata, que é rubricada por todas as pessoas aqui indicadas)

MARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
1º OFÍCIO
Protocolado no Liv. 1A, fls. 01, sob nº 1169
Certifico que o presente documento foi registrado
hoje no Livro 47, fls. 1048 sob nº 1754
E. DA CUNHA, 25 DE abril DE 20 22
CUSTAS R\$ 419,04, SELO: 1024808.3

Silmare Rocha da Costa - Oficial

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipoteca
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA



CARTORIO ROCHA COSTA DE PESSOA JURIDICA DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA / BA
Rua Oliveira Brito, 691

Silmare Rocha da Costa
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. 1169 LIVRO : 01 Pag: 01 em 18/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 1754 ,no LIVRO A:07 Pag: 40 conforme segue: DAJE Nº: 2066 002 016991

Apresentante.....: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Valor Base.....: R\$ 419,04

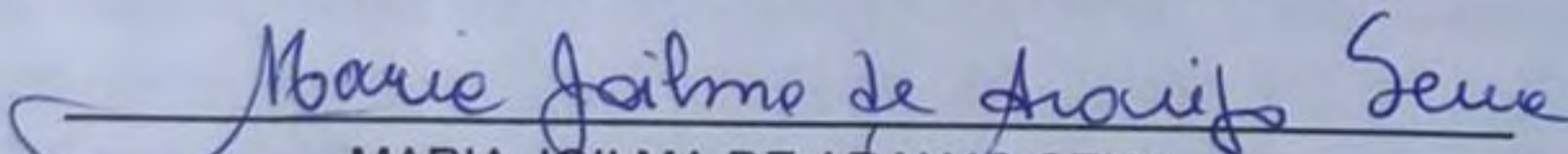
Natureza do Título.....: ESTATUTO/ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
2066.AB024808-3
NVABGRS5PT
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade


José Alberto de M. Campos
18.786 OAB/BA

EUCLIDES DA CUNHA, 25 de Abril de 2022.


MARIA JOILMA DE ARAÚJO SENA
ESCREVENTE

COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas
Maria Joilma de Araújo Sena
Escrevente Autorizada



Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Preencher manifestações *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

☐ Edital de notificação? Data de publicação do edital 02/12/2022 Prazo de inscrição 30/01/2023

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Canal ID do edital selecionado Verifica se é edital de notificação
200 8

Qualificação da entidade

Dirigentes

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264359.0022965/2023 (10929926)

SLF 55115.002736/2023-96 / pg. 83

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Navegação

Ir para a próxima etapa

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339:0022963/2023 (10929926)

SLI 33115:002736/2023-96 / pg. 84

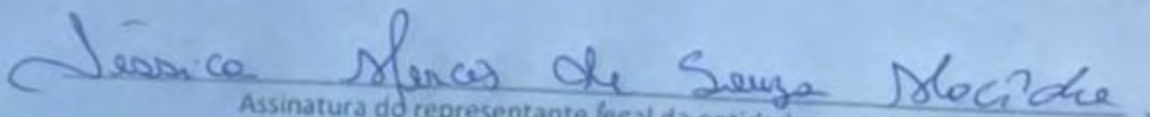
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

NEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	J M de Souza Macedo (empresário individual)			
Endereço:	Av. Ruy Barbosa, nº 18	CNPJ:	40.658.202/0001-40	
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP: 48500-000
Nome do representante legal:	Jéssica Mercês de Souza Macedo			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM**, CNPJ nº 47.063.475/0001-90, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:

Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no CNPJ, da ata de eleição, termo de posse ou contrato social da entidade, que indique o representante legal da declarante (em qualquer caso, deve estar válido e devidamente registrado). No caso de empresário individual, deve apresentar também documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637/36/2023-96> / pg. 85



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 40.658.202/0001-40 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 01/02/2021</div>
<div>NOME EMPRESARIAL J M DE SOUZA MACEDO</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) J M DE SOUZA MACEDO</div>		<div>PORTE ME</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)</div>		
<div>LOGRADOURO AV RUY BARBOSA</div>	<div>NÚMERO 18</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 48.500-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA</div>
<div>UF BA</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JEL.LIMA@HOTMAIL.COM</div>		
<div>TELEFONE (75) 9115-1318/ (75) 9192-0291</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/01/2023 às 11:45:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Extrato 204339-0022965/2023 (10929926)

SLF 33113-002736/2023-96 / pg. 86



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO



BA

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1840585212

NOME
JESSICA MERCES DE SOUZA MACEDO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2152998251 SSP BA

CPF DATA NASCIMENTO
051.217.085-13 16/07/1991

FILIAÇÃO
AGENOR JOAO DE MACEDO

MARIA JUSSARA MERCES
DE SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
PERMISSÃO ☐ B

Nº REGISTRO
07310942918

VALIDADE
30/07/2020

1ª HABILITAÇÃO
31/07/2019

OBSERVAÇÕES

A ;

Jessica Merces de Souza Macedo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FEIRA DE SANTANA, BA

DATA EMISSÃO
09/08/2019

Rodrigo Pimentel de Souza Lima
ASSINATURA DO EMISSOR

55470041968
BA710161550

BAHIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

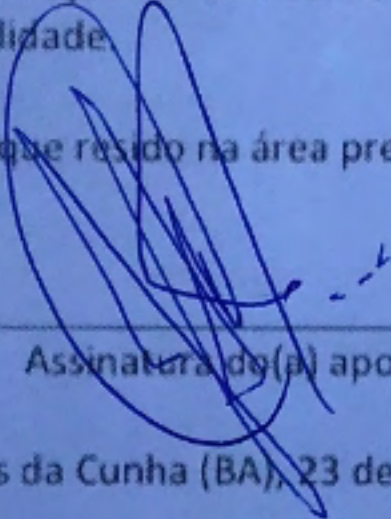
e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	José Alberto de Macêdo Campos				
Endereço:	Povoado Araças, nº 2				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
RG:	0371913144	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	569.730.125-15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **Associação Comunitária Cultural Euclidense FM CNPJ nº 47.063.475/0001-90**, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura de(a) apoiador(a)

Euclides da Cunha (BA), 23 de janeiro de 2023.

ATENÇÃO:
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03463633

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264539.0022965/2023 (10929926)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 89

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

JOSÉ ALBERTO DE MACÊDO CAMPOS

FILIAÇÃO

MANOEL LIMA CAMPOS
OLGA DE MACEDO CAMPOS

NATURALIDADE

CIPÓ-BA

RG

0371913144 - SSP-BA

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO

04/04/1967

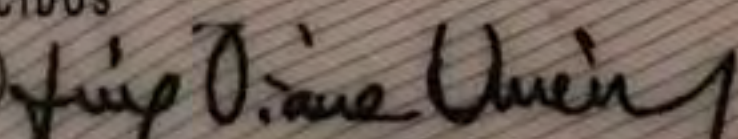
CPF

569.730.125-15

VIA

EXPEDIDO EM

01 05/09/2014


LUIZ VIANA QUEIROZ
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

18786



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://intelig-autenticidade.oabmatura.camara.org.br/c43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264359.0022965/2023 (10929926)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 90

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Cidadão

Status Processo
Aprovado 023.151

Revisar solicitação *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Protocolo CNPJ
264359.0022965/2023 47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Campo de resposta AJAX
Fistel
{"dadosArray":[""]}

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

	Data de publicação do edital	Prazo de inscrição
<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	02/12/2022	30/01/2023

Canal	ID do edital selecionado	Verifica se é edital de notificação
200	8	

Requerimento de outorga
Requerimento_de_outorga2869306051106853267.pdf

Requerimento de outorga assinado
1 - Requerimento Outorga.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637
Extrato 264359.0022965/2023 (10929926) - SLEI 55115.002736/2023-96 / pg. 92

Endereço de acesso ao
edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>

Qualificação da entidade

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia	Telefone para contato
EUCLIDENSE FM	(75) 99921-9987

E-mail
alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal
Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede
Não

CEP para correspondência
48500-000

Logradouro
Rua Joaquim Santana Lima

Número
161

Bairro
Centro

UF
BA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264339:0022965/2023 (10929926)

SLI 33115:002736/2023-96 / pg. 93

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Dirigentes

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82
Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01



Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações
CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
Comprovação de nacionalidade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Número de dirigentes
3

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339-0022965/2023 (10929926)

SLI 33115-002736/2023-96 / pg. 95

UF
BA

Município
Euclides da Cunha

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Manifestações de MEIs
I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas
F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Navegação
Enviar para análise

Recurso

Análise



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339-0022963/2023 (10929926)

SLI 33115-002736/2023-96 / pg. 96

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204559.0022965/2023 (10929926)

SLI 55115.002736/2023-96 / pg. 97

Qualificação da Entidade					
Razão Social:	Associação Comunitária Euclidense FM				
Nome Fantasia	EUCLIDENSE FM	CNPJ	47.063.475/0001-90		
Endereço da sede:	BR-116, km 13, nº s/nº				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Nome do Representante Legal	Helder Macedo e Lima				
Endereço eletrônico (email)	alicesantosadvogada@gmail.com				
Endereço de correspondência	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço de correspondência	BR-116, km 13, nº s/nº				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS-84)	Latitude: GGº MM" SS' (N/S)			10º 32' 32" S	
	Longitude: GGº MM" SS' (W/E)			038º 59' 49" W	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de , relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 264339-0022963/2023 (10929926)

SEI 55115-002736/2023-96 / pg. 98

comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Helder Macedo e Lima				
Cargo:	Diretor Geral		Título de eleitor:	0187 6064 0531	
RG:	03.246.717-68	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	350.107.205-82
Endereço	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Caio Carvalho Gama				
Cargo:	Diretor Administrativo		Título de eleitor:	1568 6639 0507	
RG:	21.213.366-72	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	069.824.775-25
Endereço	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, nº s/nº				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Liandro Dantas de Moraes				
Cargo:	Diretor de Operações		Título de eleitor:	0031 2641 0523	
RG:	18.275.730-4	Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	075.611.248-64
Assinatura:	Rua D. Pedro II, nº 795				



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204339-0022963/2023 (10329926)

SEI 55115-002736/2023-96 / pg. 99

Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204559:0022969/2028 (10929926)

SEI 55113:002736/2023-96 / pg. 100

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária Euclidense FM				
Nome Fantasia:	EUCLIDENSE FM	CNPJ:	47.063.475/0001-90		
Endereço de Sede:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Nome do representante legal:	Helder Macedo e Lima				
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	BR-116, km 13, Nossa Senhora da Conceição				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	10° S 32' 32"			
	Longitude:	38° W 59' 49"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

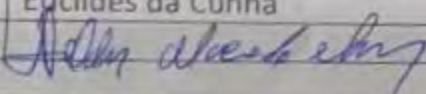


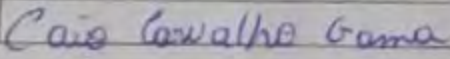
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

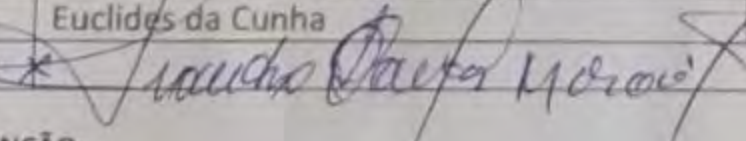
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Helder Macedo e Lima				
Cargo:	Diretor Geral		Tit. Eleitor:	018760640531	
RG/data de nascimento:	03.246.717-68 18/06/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	350.107.205-82
Endereço:	Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Caio Carvalho Gama				
Cargo:	Diretor Administrativo		Tit. Eleitor:	1568866390507	
RG/data de nascimento:	21.213.366-72 18/06/1999	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	069.824.775-25
Endereço:	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01, Casa 170, Carnaíba				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Liandro Dantas de Moraes				
Cargo:	Diretor de Operações		Tit. Eleitor:	003126410523	
RG/data de nascimento:	18.275.730-4 16/10/1965	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	075.611.248-64
Endereço:	Rua D. Pedro II, nº 795, Centro				
Município:	Euclides da Cunha	UF:	BA	CEP:	48500-000
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

2736/2023-96 / pg. 102

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Participar de edital de RADCOM
Aberto por Tarefa Automática

Status Processo
Aprovado 023.151

Gerar processo no SEI *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

SOLICITAÇÃO COM AJUSTES REALIZADOS

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Protocolo Nº Processo SEI
264359.0022965/2023 53115002736202396

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Ajustes solicitados

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Requerimento de outorga assinado
1 - Requerimento Outorga.pdf

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodag-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>
Extrato 264359.0022965/2023 (10929926) SEI 531150027362023-96 / pg. 103

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Qualificação da entidade

CNPJ

47.063.475/0001-90

Razão Social

Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia

EUCLIDENSE FM

Telefone para contato

(75) 99921-9987

E-mail

alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal

Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP

48500-000

Logradouro

BR-116, km 13

Número

s/nº

Bairro

Nossa Senhora da Conceição

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede

Não

CEP para correspondência

48500-000

Logradouro

Rua Joaquim Santana Lima

Número

161

Bairro

Centro

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Dirigentes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204355-0022965/2023 (10329926)

SEI 55115-002736/2023-96 / pg. 104

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82
Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022993/2023 (10929926)

SEI 35113-002736/2023-96 / pg. 105

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022963/2023 (10329926)

SEI 55113-002736/2023-96 / pg. 106

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Recurso

Análise

Retorno com o erro de
geração do processo SEI

Resposta ao solicitante

Ajustes necessários

Resposta ao solicitante
(recurso)

Aprovações

Comunicação interna

Comentários internos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022993/2023 (10329926)

SEI 55113-002736/2023-96 / pg. 107

Participar de edital de RADCOM
Aberto por **Tarefa Automática**

Status Processo
Aprovado 023.151

Represar solicitações *Ciclo: 1*

Aberto em
30/01/2023

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Nº Processo SEI
53115002736202396

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Editais de participação

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Prazo de inscrição 30/01/2023	Canal 200
ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação	Endereço de acesso ao edital https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020

Qualificação da entidade

Nome fantasia
EUCLIDENSE FM

Dirigentes

Data de Nascimento	18/06/1965
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Data de Nascimento	18/06/1999
CEP	48500-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodag-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353:0022963/2023 (10929926)

SEI 53115:002736/2023-96 / pg. 108

Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Data de Nascimento	16/10/1965
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Localização do sistema irradiante

Documentos

Manifestações

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Recurso

Análise

Aprovações

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022963/2023 (10929926)

SEI 55113-002736/2023-96 / pg. 109

Participar de edital de RADCOM
Aberto por **Rosiane Caixeta da Silva**

Status Processo
Aprovado 023.151

Cadastrar processo no RADCOM Web *Ciclo: 1*

Aberto em
31/01/2023

REQUERIMENTO DE OUTORGA

SOLICITAÇÃO COM AJUSTES REALIZADOS

EMPRESA TEM OU JÁ TEVE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO

Protocolo Nº Processo SEI
264359.0022965/2023 53115.002736/2023-96

CNPJ
47.063.475/0001-90

Razão Social
Associação Comunitária Euclidense FM

CPF
063.217.278-90

Nome do solicitante
ALICE LORENA DE BARROS SANTOS

Ajustes solicitados

Solicitante é procurador?
Sim

Anexar Procuração
1 - Procuração.pdf

Edital de participação

Localidade desejada
Euclides da Cunha/BA

Edital
172/2022

<input type="checkbox"/> Edital de notificação?	Data de publicação do edital 02/12/2022	Prazo de inscrição 30/01/2023
---	--	----------------------------------

Canal 200	ID do edital selecionado 8	Verifica se é edital de notificação
--------------	-------------------------------	-------------------------------------

Requerimento de outorga assinado
1 - Requerimento Outorga.pdf

Endereço de acesso ao edital
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-172-de-25-de-novembro-de-2022-447108020>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodag-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>
Extrato 264359.0022965/2023 (10929926) SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 110

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Qualificação da entidade

CNPJ

47.063.475/0001-90

Razão Social

Associação Comunitária Euclidense FM

Nome fantasia

EUCLIDENSE FM

Telefone para contato

(75) 99921-9987

E-mail

alicesantosadvogada@gmail.com

Nome do representante legal

Helder Macedo e Lima

ENDEREÇO DA SEDE

CEP

48500-000

Logradouro

BR-116, km 13

Número

s/nº

Bairro

Nossa Senhora da Conceição

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Endereço de correspondência é o mesmo da sede

Não

CEP para correspondência

48500-000

Logradouro

Rua Joaquim Santana Lima

Número

161

Bairro

Centro

UF

BA

Município

Euclides da Cunha

Dirigentes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353:0022963/2023 (10329926)

SEI 55113:002736/2023-96 / pg. 111

Nome do dirigente	Helder Macedo e Lima
Cargo	Diretor Geral
CPF	350.107.205-82
Data de Nascimento	18/06/1965
RG	03.246.717-68
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	26/12/2011
Título de eleitor	0187 6064 0531
Zona	102
Seção	0028
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Helder Macedo e Lima.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua Joaquim Santana Lima
Número	161
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Caio Carvalho Gama
Cargo	Diretor Administrativo
CPF	069.824.775-25
Data de Nascimento	18/06/1999
RG	21.213.366-72
Orgão Emissor	SSP/BA
Data de emissão	29/07/2013
Título de eleitor	1568 6639 0507
Zona	102
Seção	0207
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Caio Carvalho Gama.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Estrada Carnaíba a Gameleira, km 01
Número	s/nº
Complemento	Casa 170
Bairro	Carnaíba
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Nome do dirigente	Liandro Dantas de Moraes
Cargo	Diretor de Operações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodag-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022993/2023 (10929926)

SEI 35113-002736/2023-96 / pg. 112

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CPF	075.611.248-64
Data de Nascimento	16/10/1965
RG	18.275.730-4
Orgão Emissor	SSP/SP
Data de emissão	11/02/2015
Título de eleitor	0031 2641 0523
Zona	102
Seção	0136
Comprovação de maioridade	1 - RG CPF TSE Liandro Dantas de Moraes.pdf
CEP	48500-000
Logradouro	Rua D. Pedro II
Número	795
Complemento	-
Bairro	Centro
UF	BA
Município	Euclides da Cunha

Localização do sistema irradiante

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

CEP
48500-000

Logradouro
BR-116, km 13

Número
s/nº

Bairro
Nossa Senhora da Conceição

UF
BA

Município
Euclides da Cunha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022993/2023 (10929926)

SEI 55113-002736/2023-96 / pg. 113

Coordenadas (Padrão
GPS-WGS 84)

Utilize o padrão GPS
WGS-84 no formato
GGº MM" SS', não
colocando valores
acima de 59 para os
minutos e segundos e
usando notações NS
(norte/sul) para latitude
e EW (East/West -
Leste/Oeste) para
longitude.

Latitude
10º 32' 32" S

Longitude
038º 59' 49" W

Documentos

Tipo de documento	Estatuto social da entidade atualizado
Arquivo	3 - Estatuto social.pdf

Tipo de documento	Ata de constituição da entidade
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Ata de eleição dos atuais dirigentes
Arquivo	2 - Ata fundação e eleição 14.04.2022.pdf

Tipo de documento	Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento
Arquivo	4 - GRU BB.pdf

Manifestações

Manifestações de MEIs

I - JM de Souza Macedo.pdf

Manifestações de pessoas físicas

F - José Alberto M Campos.pdf

Navegação

Recurso

Análise

Aprovações

Analista da COSID responsável pelo cadastro
Rosiane Caixeta da Silva

Comunicação interna



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Extrato 204353-0022993/2023 (10929926)

SEI 95113-002736/2023-96 / pg. 114

Comentários internos
processo cadastrado no
radcomweb



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>
Extrato 204559:0022969/2023 (10929926)

SEI 55113:002736/2023-96 / pg. 115

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização

Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas

Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96

Referência: 264359.0022965/2023 (gov.br)

Interessado: Associação Comunitária Euclidense FM

Assunto: Inserção de documentos no SEI

Certifico que o documento Requerimento de Outorga Assinado (SEI nº 10886374) foi inserido no processo, manualmente, na data de 03/05/2023, mas foi entregue pelo solicitante, na data 30/01/2023, conforme Extrato 264359.0022965/2023 (SEI nº 10929926). A inserção manual, posterior, foi necessária por ter ocorrido falha na integração da plataforma Gov.br com o SEI-MCOM, fato que impediu que o citado documento fosse inserido no processo, de forma automática.

Brasília, 29 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ricardo Gomes Igino**, Assistente Técnico, em 29/05/2023, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10929929** e o código CRC **AD9A73B1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10929929




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10929929)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 116

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa

Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento

Gerência de Licitação

Data/Hora: 07/06/2023 13:38:54

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	BA	Município:	Euclides da Cunha
Município		Canal	Frequência
Euclides da Cunha		200	87,9

Usuário: - Data: 07/06/2023 Hora: 13:38:54

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 25/04/2022</div>
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO ROD BR 116</div>	<div>NÚMERO KM13</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 48.500-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL</div>	<div>MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA</div>
<div>UF BA</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (71) 3500-7130</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2023 às 13:36:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta CNPJ e Certidões - 07/06/2023 (10546152)

SEI-53115.002736/2023-96 / pg. 118

**CNPJ:****47.063.475/0001-90****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 14:51:37 do dia 07/06/2023 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec.anatel.gov.br/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Consulta CNPJ e Certidões - 07/06/2023 (14:51:37) - SLP33115.002736/2023-96 / pg. 119



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.063.475/0001-90
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDEN
Endereço: ROD BR 16 / ZONA RURAL / EUCLIDES DA CUNHA / BA / 48500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/06/2023 a 30/06/2023

Certificação Número: 2023060102584578256136

Informação obtida em 07/06/2023 14:52:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certidões - 07/06/2023 (16546152)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 121

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CNPJ: 47.063.475/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 22:00:36 do dia 22/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/08/2023.

Código de controle da certidão: **6F81.6EC5.48FA.BA2B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta CNPJ e Certidões - 07/08/2023 (10546152)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 122

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.063.475/0001-90

Certidão nº: 25626975/2023

Expedição: 07/06/2023, às 14:54:02

Validade: 04/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.063.475/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta CNPJ e Certidões - 07/06/2023 (10546152) - SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 123

e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’.**

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10946152).

Brasília, 07 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/06/2023, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946262** e o código CRC **3EC9E900**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10946262)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 124

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10946262



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10946262)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 125

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos

igual a

contém

contém
- Atividade de Inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTU

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém


Helder Macedo e Lima


Adicionar filtro Campo

Todos

Opções


☒ Aplicar

 Limpar


 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta Fiscaliza - 07/06/2023 (10946300)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 127

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Caio Carvalho Gama

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liandro Dantas de Moraes

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade

Adicionar filtro [Todos](#)

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta Fiscaliza - 07/06/2023 (10946300)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 130

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade
- todos

igual a

contém

todos

igual a
- Atividade de Inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- 35010720582

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

06982477525

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas


Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade

Adicionar filtro [Todos](#)

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta Fiscaliza - 07/06/2023 (10946300)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 133

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 103232

Lon: 385949

Raio: Raio (km)

Adicionar filtro

Campo

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar paraAtomCSVPDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 07 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/06/2023, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946265** e o código CRC **B357A2A4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10946265



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 135

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible][illegible][illegible]

FABRICANTE DA ANTENA	

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

					dBd			,	m			,	m							,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	---	---

[illegible][illegible]

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \text{____} - 20 \log \text{____} = \text{____} \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidadeassinatura.camara-leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

CHECKLIST

Município/UF: EUCLIDES DA CUNHA/BA

Processo nº: **53115.002736/2023-96** CNPJ: 47063475000190

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**Nº do edital/ano: **172/2022 publicado no DOU de 01/12/2022****Prazo de inscrição: de 02/12/2022 a 30/01/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10945905)**

1. Data de postagem/SEI: 30/01/2023
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10886374)
4. Estatuto Social: (10660418) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10660419) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (10660420) para o período de 11/04/2022 a 10/04/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10660412) (10660414) (10660416)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima	018760640531 18/06/1965	José Dantas Lima Maria Conceição Macedo Lima	35010720582	Não
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama	156866390507 18/06/1999	José Carlos Costa da Gama Marinalva Barboza de Carvalho	06982477525	Não
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes	003126410523 16/10/1965	José Ribeiro de Moraes Alzira Dantas de Moraes	07561124864	Não

8. Manifestações em apoio: (10660422) (10660423)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10660421)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10946152) e Fiscaliza (10946265)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10946262)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes):
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10946152)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10946152)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10946152)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Checklist (10946076)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 140

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

OBSERVAÇÕES:

07/06/2023 - A documentação da fase de habilitação está completa. Convocar a Entidade para a fase de instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8º, alínea "b"**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8º, alínea "a"**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (pg. 1 - 10946152)
- 2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 10946152)
- 2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 10946152)
- 2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 10946152)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10946262)

uissa Anatel (pgs. 2/3 - 10946152) e **Fiscaliza** (10946265)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 141

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. Anexo 6/ART: **Solicitar.**

OBSERVAÇÕES:

07/06/2023 - A Entidade não tem concorrência direta na localidade, neste Edital, e deverá ser convocada à fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/06/2023, às 15:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946070** e o código CRC **A13DC9D1**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 10946070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 142

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 15654/2023/MCOM

Brasília, 07 de junho de 2023.

Ao Senhor
HELDER MACEDO E LIMA
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** (CNPJ nº 47.063.475/0001-90)
Rua Joaquim Santana Lima, nº 161, Centro
48.500-000 - Euclides da Cunha/BA

Assunto: PROCESSO nº 53115.002736/2023-96. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em razão do Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.
2. Conforme arts. 278 e 279 da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.
3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 280, parágrafo único da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023.
4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

Tendo em vista as disposições da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Ofício 15654-100946505

SEI 53115-002736/2023-96 / pg. 143

e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637

publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023, de acordo com os artigos 289 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

5.1. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (10946269).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 290, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Anexo XLIV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV da mesma Portaria (art. 290, § 2º).

6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 292, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 292. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM n. 01, de 1º de junho de 2023, publicada no D.O.U. de 5 de junho de 2023.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informamos ainda, que a comunicação por esta plataforma está se encerrando aqui, e que a partir deste momento as solicitações feitas por este ministério serão tratadas diretamente no SUPER, por correspondência eletrônica, **para os e-mails informados no ato do cadastro da petição** e as comunicações de resposta deverão ser efetuadas diretamente pelo Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/>>> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Código 15654 (10946269)

SEI-35119-002736/2023-96 / pg. 144

e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/06/2023, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10946305** e o código CRC **125CEB3B**.

Anexos:

- Anexo 6 da Portaria - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (10946269).

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10946305



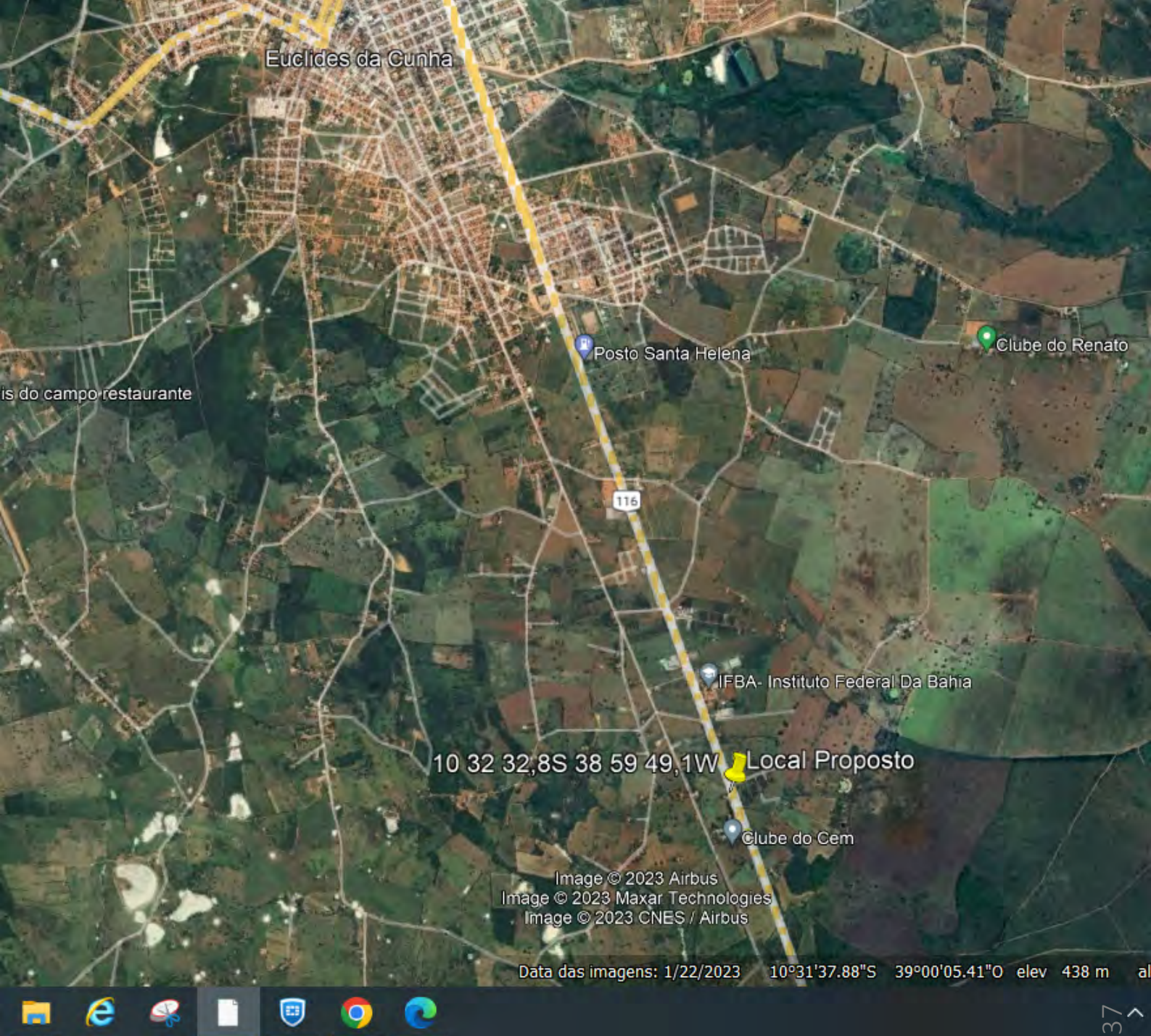
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Ofício 15654 (10946305)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 145

e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637 >



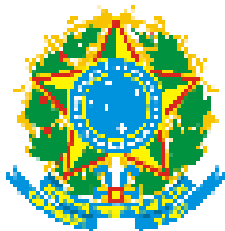
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 172
Número do Processo: 531150027362023

7/5/23 2:25 PM

Página 1 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.002736/2023	172	10S3232	38W5949	EXINST	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
2.14	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.000097/2001	0	10S3132	39W0024	RAQ	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE EUCLIDES DA CUNHA BA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53640.001442/1998	2	10S3031	39W0059	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
4.30	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53000.056648/2012	2	10S3031	39W0059	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE EUCLIDES DA CUNHA
10.56	BA	EUCLIDES DA CUNHA	53115.031883/2021	0	10S2650	38W5947	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ARACAS
22.09	PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	53000.019866/2004	0	10S2334	39W0747	ARQCD I	ASSOCIACAO VIDA NOVA
32.05	BA	QUIJINGUE	53640.001886/1998	4	10S4500	39W1200	ARQDE F	FUNDACAO PADRE FRANCA (F.P.F.)
32.85	BA	QUIJINGUE	53115.038435/2021	0	10S4513	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA TRIUNFO -ACT
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.016735/2005	0	10S4514	39W1224	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53900.019259/2015	0	10S4514	39W1224	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
32.87	BA	QUIJINGUE	53000.052657/2011	37	10S4514	39W1224	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO DE QUIJINGUE - A.C.R.Q
34.14	BA	QUIJINGUE	53000.058576/2008	0	10S4534	39W1263	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA TRIUNFO
---	BA	MONTE SANTO	53115.012909/2023	208	10S2641	39W1947	EMA	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO, EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E FOMENTO A RADIOFUSAO DO SERTAO - ADC SERTAO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RadCom - Relatório de Vizinhos2

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 148

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96.

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM.

Assunto: OFÍCIO Nº 15654/2023/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 10946305)

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM**, na localidade de **EUCLIDES DA CUNHA/BA**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	10970679, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a conta do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	10970679, pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10950679)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 149

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	10970679, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	10970679, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	10970679, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	10970679, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	10970679, pág. 03	X		
4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	10970680 10970681	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação , em anexo.	10970679 10996975 10996971	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	10970679 10996975 10996971			X

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 150

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Brasília, 05 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/07/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 06/07/2023, às 08:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 06/07/2023, às 08:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10996979** e o código CRC **BDBF4169**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 10996979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (10996979)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 151

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

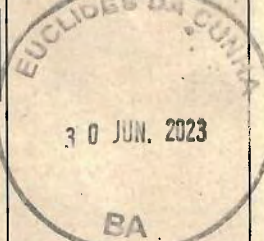
**Correios AR****AVISO DE
RECEBIMENTO**VIA POSTAL
12/06/2023**DESTINATÁRIO**ASS COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
HELDER MACEDO E LIMA
RUA JOAQUIM SANTANA LIMA, 161 CENTRO
48500-000 - EUCLIDES DA CUNHA - BA

YJ470108742BR



53115002736/2023-96 OF 15654 COREC/CGAJ

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPOU CGOU COREC MCOM
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA DF**TENTATIVA DE ENTREGA**

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO(OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> 5 RECUSADO |
| <input type="checkbox"/> 2 ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> 6 NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> 3 NÃO EXISTE O NÚMERO | <input type="checkbox"/> 7 AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> 4 DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> 8 FALECIDO |
| <input type="checkbox"/> 9 OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
8921872P

() Informação Prestada pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR**DATA DA ENTREGA**

20/06/23

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**Nº DOC. DE IDENTIDADE**

1/230534



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camaradeleg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Aviso de Recebimento (AR) OF: 15654/2023 (11015433) SER 53115.002736/2023-96 / pg. 152

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/04/2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD BR 116	NÚMERO KM13	COMPLEMENTO *****	
CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR		TELEFONE (71) 3500-7130	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/08/2023** às **08:20:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta CNPJ e Certidos - 16/08/2023 (11063345) - SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 153



CNPJ: **47.063.475/0001-90**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 08:25:03 do dia 16/08/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Consulta CNPJ e Certidões - 16/08/2023 (11083345)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 154



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.063.475/0001-90
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDEN
Endereço: ROD BR 16 / ZONA RURAL / EUCLIDES DA CUNHA / BA / 48500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/08/2023 a 14/09/2023

Certificação Número: 2023081606311513134166

Informação obtida em 16/08/2023 08:25:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certificados - 16/08/2023 (11063345)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 156



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CNPJ: 47.063.475/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:25:59 do dia 16/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/02/2024.

Código de controle da certidão: **58E8.56BC.B596.2F26**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta CNPJ e Certidões - 16/08/2023 (11063349)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 157

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.063.475/0001-90

Certidão nº: 41422216/2023

Expedição: 16/08/2023, às 08:28:11

Validade: 12/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.063.475/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta CNPJ e Certidões - 16/08/2023 (11063345)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 158

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’.**

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11063345).

Brasília, 16 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 09:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063348** e o código CRC **59127D8A**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (11063348)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 159

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063348



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (11063348)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 160

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTU

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas


Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada

Adicionar filtro [Todos](#)

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 162

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Caio Carvalho Gama

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liandro Dantas de Moraes

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

47063475000190

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

35010720582

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

- ☒ Situação ▾
- ☒ Tipo ▾ ▾ +
- ☒ Tipo de inspeção ▾
- ☒ Identificação da não Outorgada ▾
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade ▾

Adicionar filtro Todos

> Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta Fiscaliza - 10/06/2023 (11063372)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 167

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

07561124864


Adicionar filtro


Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 103232

Lon: 385949

Raio: Raio (km)

Adicionar filtro

Campo

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 16 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063373** e o código CRC **41B783B8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063373



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 170

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CHECKLIST

Município/UF: EUCLIDES DA CUNHA/BA

Processo nº: **53115.002736/2023-96** CNPJ: 47063475000190

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**Nº do edital/ano: **172/2022 publicado no DOU de 01/12/2022****Prazo de inscrição: de 02/12/2022 a 30/01/2023****Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10945905)**

1. Data de postagem/SEI: 30/01/2023
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10886374)
4. Estatuto Social: (10660418) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10660419) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (10660420) para o período de 11/04/2022 a 10/04/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10660412) (10660414) (10660416)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima	018760640531 18/06/1965	José Dantas Lima Maria Conceição Macedo Lima	35010720582	Não
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama	156866390507 18/06/1999	José Carlos Costa da Gama Marinalva Barboza de Carvalho	06982477525	Não
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes	003126410523 16/10/1965	José Ribeiro de Moraes Alzira Dantas de Moraes	07561124864	Não

8. Manifestações em apoio: (10660422) (10660423)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10660421)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10946152) e Fiscaliza (10946265)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10946262)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes):
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10946152)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10946152)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10946152)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Checklist (11083376)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 171

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

OBSERVAÇÕES:

07/06/2023 - A documentação da fase de habilitação está completa. Convocar a Entidade para a fase de instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8º, alínea "b"**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8º, alínea "a"**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (pg. 1 - 11063345)
- 2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 11063345)
- 2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 11063345)
- 2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 11063345)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11063348)

uissa Anatel (pgs. 2/3 - 11063345) e **Fiscaliza** (11063373)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocamara.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 172

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. Anexo 6/ART: (10970679)

OBSERVAÇÕES:

07/06/2023 - A Entidade não tem concorrência direta na localidade, neste Edital, e deverá ser convocada à fase de instrução.

16/08/2023 - Processo instruído. Encaminhar para a Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 09:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063376** e o código CRC **3B4C19F9**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 11063376



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> Checklist (11063376) SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 173

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

NOTA TÉCNICA Nº 13562/2023/SEI-MCOM
Processo nº: **53115.002736/2023-96**.
Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em atendimento ao Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 30/01/2023 (processo público gerado), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: BR 116, KM 13 - Nossa Senhora da Conceição
Coordenadas geográficas: 10°32'32"S de latitude e 38°59'49"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: BR 116, KM 13 - Nossa Senhora da Conceição

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 31/01/2023.



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10886374)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10660418)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10660419)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10660420)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10660412) (10660414) (10660416)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(10660422) (10660423)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(10660421)
8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10970679) Despacho (10996979)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(pg. 1 - 11063345)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(pgs. 2/3 - 11063345)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Nota Técnica 13562 (11066436)

SEI 53115-002736/2023-96 / pg. 175

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(pg. 4 - 11063345)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(pg. 5 - 11063345)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(pg. 6 - 11063345)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(11063373) (11063372)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (10996979), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10996975).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme o Despacho (11063348).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 13:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063458** e o código CRC **C1F53117**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11063460)
- Minuta de Exposição de Motivos (11063462)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063458



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Nota Técnica 13562 (11063458)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 177

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

MINUTA

MINUTA
PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural, na localidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/08/2023, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Portaria (11665466)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 178

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063460** e o código CRC **95481E44**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063460

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Portaria (11063460)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 179

MINUTA

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Exposição de Motivos (11669462)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 180

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/08/2023, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063462** e o código CRC **2C38B4C4**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063462



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Exposição de Motivos (11063462)

SEI 53115-002736/2023-96 / pg. 181

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

DESPACHO

Processo nº: 53115.002736/2023-96
Interessado: Associação Comunitária Euclidense FM
Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 13562 (11063458), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 da mencionada Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/08/2023, às 21:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11065824** e o código CRC **F1659162**.

Minutas e Anexos

Minuta de Portaria (11063460)

Minuta de Exposição de Motivos (11063462)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11065824



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>
Despacho DEP-OB (11065824) SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 182

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Ofício Interno nº 40842/2023/MCOM

Brasília, 30 de agosto de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM (11063458)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM (11063458), a qual trata do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em atendimento ao Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 30/08/2023, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11088927** e o código CRC **ED83D495**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11088927



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Ofício Interno 40842 (11088927)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 183

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

COTA n. 00269/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.002736/2023-96

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

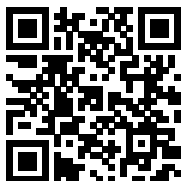
ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU** (Proc. Administrativo nº 00738.000278/2023-67), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de autorização para prestação do serviço radiodifusão comunitária.
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 11 de outubro de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115002736202396 e da chave de acesso flaf9848



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1307077343 e chave de acesso flaf9848 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-10-2023 10:49. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/tafeas/administrativo/minhas-tarefas/entrada/tarefa/191404183/processo/35973335/visualizar/latest

Cota n. 00269/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11-10-2023) - SEP 53115.002736/2023-96 / pg. 184



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para conhecimento da Cota nº 00269/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11161227), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 11/10/2023, às 16:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161270** e o código CRC **FF1ADF41**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11161270



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Despacho (11161270)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 185

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
[2027-6119/6915](tel:2027-61196915)

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
(...)
5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0009/2023/CONJUR-MCM/CGU-AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer **não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONJUR-MGCM/CGU-AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* e parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput*, §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para a obtenção da autorização de RadCom é a **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 06 de junho de 2023**.

26. No caso dos avisos de habilitação/edits publicados sob a égide da anterior **Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015**, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser luz do que dispõe a legislação supramencionada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 09/10/2023 15:34, assinado eletronicamente em 09/10/23 (11174117)

II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada, o Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONSERV-MCOM/CCUR-AGS, firmado em 09/10/23 (11174117)

00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que “*basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora*”.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo “*razão social*” constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio “*no original*”, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de **ausência completa** de qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazoável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

ar 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a *"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação *"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da **inexistência de condenação** de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculos**, definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte rol **não** taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser **inabilitada** por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais o mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565, firmado em 09/10/2023 (11174117)

administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos **limites** do art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar *"impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta"* e deve elencar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize **consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <i>caput</i> e inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, <i>caput</i> e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONJUR-MCOW/CCJ-AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 19

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

8.	Verificação da localização da sede da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) , disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa restar habilitada**, o Ministério analisará a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023/CONSERVADORIA-GERAL-DA-UNIAO, assinado em 09/10/23 (11174117)

58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**.

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, tidas como todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade entre os sistemas irradiantes"*. Será direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; indireta, *"quando entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em comum"* (art. 258, inc. IV, alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção**, do qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução**, previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se *"após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a outorga do Poder concedente"*. Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento a **substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, quando, após a**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONJER-MC/M/CC/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 19

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência da referida condenação**, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

ar 0005/2023/CONJUR-MC/M/CCJ/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).
84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).
85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).
87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).
88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.
89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **xxx/xxxx-xx**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal xxx, cuja frequência é de xxx MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.



III – CONCLUSÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0005/2023/CONJUR-MCOM/CCJ-AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. [00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](#) e da chave de acesso ebb26469

Notas

1. [^] *ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas restrições ao funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área de execução do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de comprovação de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área.2. O Tribunal Regional Regional da 3ª Região manteve a sentença de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema com o objetivo de afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.3. Com razão*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

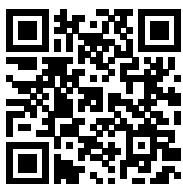
[00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#), firmado em 09/10/2023 (11174117)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 20

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[o]s dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida", **ou seja, basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora.** 4. Recurso especial provido. (REsp n. 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, DJe de 25/3/2022, g.n.).

2. [^] Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. § 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. [^] Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>

at 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

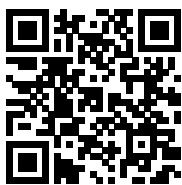
ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946294-1306089757](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946294-1306089757)

at 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - CGU**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), **inexiste** restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

Brasília, 19 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174120** e o código CRC **46F3A966**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174120



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 207

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 25/04/2022</div>
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO ROD BR 116</div>	<div>NÚMERO KM13</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 48.500-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL</div>	<div>MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA</div>
<div>UF BA</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (71) 3500-7130</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/10/2023 às 15:12:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



CNPJ: **47.063.475/0001-90**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:13:04 do dia 19/10/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anatel.sigec/Consultas/Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Consulta Certidões Atualizadas (11/11/2023) - SERPIS-002736/2023-96 / pg. 209



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec.anatel.gov.br/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 47.063.475/0001-90
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDEN
Endereço: ROD BR 16 / ZONA RURAL / EUCLIDES DA CUNHA / BA / 48500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/10/2023 a 10/11/2023

Certificação Número: 2023101202385038731062

Informação obtida em 19/10/2023 15:13:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta Certificados Atualizados (11/11/2023) - SLF55115:002736/2023-96 / pg. 211

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CNPJ: 47.063.475/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:25:59 do dia 16/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/02/2024.

Código de controle da certidão: **58E8.56BC.B596.2F26**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta Certidos Atualizadas (11/11/2023)

SEI 55115.002736/2023-96 / pg. 212

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 47.063.475/0001-90

Certidão nº: 58063422/2023

Expedição: 19/10/2023, às 15:14:41

Validade: 16/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **47.063.475/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Consulta Certidos Atualizadas (11/11/2023)

SLF53115:002736/2023-96 / pg. 213

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 19 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174150** e o código CRC **06C28D27**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174150



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 214

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTU

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Helder Macedo e Lima

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Caio Carvalho Gama

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liandro Dantas de Moraes

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

47063475000190

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

35010720582

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

06982477525

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

07561124864

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.002736/2023-96, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM**, na localidade de Euclides da Cunha/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 19 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174255** e o código CRC **EC69F985**.

Minutas e Anexos

Consulta Fiscaliza (11174250)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 223

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

CHECKLIST

Município/UF: EUCLIDES DA CUNHA/BA

Processo nº: 53115.002736/2023-96 CNPJ: 47063475000190

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM

Nº do edital/ano: 172/2022 publicado no DOU de 01/12/2022

Prazo de inscrição: de 02/12/2022 a 30/01/2023

Canal e Frequência: 200 - 87,9 (10945905)

1. Diretoria atual (10660420) para o período de 11/04/2022 a 10/04/2026

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima	018760640531 18/06/1965	José Dantas Lima Maria Conceição Macedo Lima	35010720582	Não
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama	156866390507 18/06/1999	José Carlos Costa da Gama Marinalva Barboza de Carvalho	06982477525	Não
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Morais	003126410523 16/10/1965	José Ribeiro de Moraes Alzira Dantas de Moraes	07561124864	Não

2. Certidões:

2.1. CNPJ: 11174146

2.2. Certidão FGTS: 11174146

2.3. Certidão PGFN: 11174146

2.4. Certidão CNDT: 11174146

2.5. Certidão CNDA: 11174146

3. Consulta ao CEIS: 11174120

4. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 11174150

5. Fiscaliza: 11174255

6. Minuta de Portaria: 11174287

7. Minuta de Exposição de Motivos: 11174290

OBSERVAÇÕES: PROCESSO INSTRUÍDO de acordo com Parecer Referencial 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11174117).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Checklist de Revisão Final (11174204)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 224

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174264** e o código CRC **1F8FB49E**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 11174264

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Checklist de Revisão Final (11174264)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 225



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**MINUTA
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural, na localidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Portaria (11774267)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 226

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 20/10/2023, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/10/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174287** e o código CRC **90F6BBD4**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174287



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Miranda de Pontana (11174287)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 227

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Exposição de Motivos (11174250)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 228

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 20/10/2023, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/10/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174290** e o código CRC **C69B2638**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174290



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Minuta de Exposição de Motivos (11174290)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 229

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.002736/2023-96.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

1. Atendidos todos os requisitos previstos no Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/2023, constante do processo NUP nº 00738.000278/2023-67, que está anexado a este processo de Outorga (11174117), dispensando-se assim a análise individualizada prevista no art. 301, da Portaria de Consolidação nº 01, de 2023, e o cumprimento das diligências erigidas neste, conforme consta a seguir:

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se:

I.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ok - 11174146)

II.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963. (ok - 11174255)

2. Esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito e, dispensado o prévio envio à Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), deve o processo seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 20/10/2023, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/10/2023, às 18:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 230

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174291** e o código CRC **2E26E5FD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11174287);
- Minuta de Exposição de Motivos (11174290).

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11174291



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637> / pg. 231

Despacho (11174291)

SEI 53115.002736/2023-96

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10868, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA**, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural, na localidade de Euclides da Cunha, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193626** e o código CRC **C4E0E8C4**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11193626



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal10868-outorga-mcom.gov.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Portaria 10868 Outorga MCom (11193626)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 232

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 31 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10868, de 31 de outubro de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 21/11/2023, às 20:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Exposição de Motivos nº 375 Outorga RadCom (1155627) - SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 233

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193627** e o código CRC **B4A29274**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11193627



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopag-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Exposição de Motivos nº 5 Outorga - FladCom (11193627) - SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 234

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43437/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10868/2023(11193626) e Exposição de Motivos nº 373/2023 (11193627)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho_ DEPub (11174291), encaminho a Portaria nº 10868/2023(11193626) e Exposição de Motivos nº 373/2023 (11193627), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 16/11/2023, às 19:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193629** e o código CRC **D0B52C4A**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11193629



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Ofício Interno 43437 (11193629)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 235

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 22/11/2023 15:04:36
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9993594
Data prevista de publicação: 23/11/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21153772	ATO PORTARIA MCOM NA 10868.rtf	7d2b05c29fe673e9 5a86a30433cb0131	10,00	R\$ 389,20
21153773	ATO PORTARIA MCOM NA 10960.rtf	80822c401c4f7c84 12f90a60f1cbb1ba	10,00	R\$ 389,20
21153774	ATO PORTARIA MCOM NA 10968.rtf	cdff46a4e603f916 6a52a2aa4cbe8c5f	10,00	R\$ 389,20
21153775	ATO PORTARIA MCOM NA 10866.rtf	995331f2ea0c7660 bc6ab8767d13f9de	10,00	R\$ 389,20
21153776	ATO PORTARIA MCOM NA 10957.rtf	1a2c4c1b2358bbfd 6db44540563c2a59	10,00	R\$ 389,20
21153777	ATO PORTARIA MCOM NA 10952.rtf	89e72d596169da26 51eeeb4b98d3530f	9,00	R\$ 350,28
21153778	ATO PORTARIA MCOM NA 10949.rtf	146db27650f8c0ef 088755ddf88e8c3d	11,00	R\$ 428,12
21153779	ATO PORTARIA MCOM NA 10891.rtf	69cd42d6740946e7 a7a23f2d45e32a56	9,00	R\$ 350,28
21153780	ATO PORTARIA MCOM NA 11007.rtf	72c78c8dc87548af 32b7a0771c5f89b8	7,00	R\$ 272,44
21153781	ATO PORTARIA MCOM NA 11006.rtf	19830bcd6d255209 2ebb93343c28f4ce	7,00	R\$ 272,44
21153782	ATO PORTARIA MCOM NA 11051.rtf	9aa1663beaf3bb5e 8e26908b4df2dda0	9,00	R\$ 350,28
21153823	ATO PORTARIA MCOM NA 10869.rtf	5093a66d279d30de fb823e000dc9a0bb	10,00	R\$ 389,20
21153824	ATO PORTARIA MCOM NA 10964.rtf	6d48b8a16f6a2f76 a118667016d8e101	10,00	R\$ 389,20
21153825	ATO PORTARIA MCOM NA 10958.rtf	f3d1a1a7b29898b1 1545de39eab2a7b3	10,00	R\$ 389,20
21153826	ATO PORTARIA MCOM NA 10965.rtf	86f691a4bbb1581 974c52b518665ee0	10,00	R\$ 389,20
21153827	ATO PORTARIA MCOM NA 10956.rtf	758312070f0694e1 bbabb85ad78338c6	10,00	R\$ 389,20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9993594

Comprovante Envio Portaria nº 10868 (11229132) - SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 236

21153828	ATO PORTARIA MCOM NA 10961.rtf	d56362789cd3d1a34d20fac88a97dcd9	10,00	R\$ 389,20
21153829	ATO PORTARIA MCOM NA 10959.rtf	be68ff10a473beb0a81c9b4db4b7a963	10,00	R\$ 389,20
21153830	ATO PORTARIA MCOM NA 10955.rtf	c04b0daaeecb547d5026dd3d80051bd3	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			182,00	R\$ 7.083,44

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[n.gov.br/recibo-do?idof=9993594](https://www.gov.br/recibo-do?idof=9993594)

Comprovante Envio Portaria nº 10866 (11229132) - SLP 53119:002736/2023-96 / pg. 237

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/11/2023 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 20
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.868, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural, na localidade de Euclides da Cunha, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.063.475/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/04/2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EUCLIDENSE FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO ROD BR 116	NÚMERO KM13	COMPLEMENTO *****
CEP 48.500-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO EUCLIDES DA CUNHA
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIA@VALORESCONTABEIS.COM.BR		TELEFONE (71) 3500-7130
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/11/2023 às 12:18:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Annexo CNPJ - Receita Federal (11230955)

SEI 95115.002736/2023-96 / pg. 239


[Menu Principal](#)

 SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	BA	Distrito:	
Município:	Euclides da Cunha	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Específico:	Nossa Senhora da Conceição
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM	CNPJ:	47.063.475/0001-90
Nome Fantasia:	EUCLIDENSE FM	Bairro:	Zona Rural
Logradouro:	Rodovia BR 116	Número:	KM 13
Telefone:	(71) 3500-7130	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	47063475000190	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	48500000	Logradouro:	Rodovia BR 116		
Número:	KM 13	Complemento:		Bairro:	Zona Rural
Município:	Euclides da Cunha	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	71 3500-7130				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53115002736202396	Fistel:	50446943126
Caixa:		Sequência:	

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	10868	Portaria	MC	31/10/2023	23/11/2023	Outorga	Jur.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>
<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 240

23/11/2023

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44322/2023/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 373 (11193627)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10868/2023/SEI-MCOM (11230330), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 373 (11193627), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 23/11/2023, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11230972** e o código CRC **803C4AFF**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11230972



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Ofício Interno 44322 (11230972)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 241

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Anexo plus (11231960)

SEI 55119-002730/2023-96 / pg. 242

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Brasília, 24 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10.868, de 31 de outubro de 2023, publicada no DOU de 23 de novembro de 2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Exposição de Motivos nº 00694/2023 (MOCM nº 11235507) - SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 244

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34893/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.002736/2023-96.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/11/2023, às 15:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11238886** e o código CRC **F92690DC**.

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11238886



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Ofício 34893 (11238886)

SEI 53115-002736/2023-96 / pg. 245

e43e10ac5fb1-4639-89b5-49529e731637

Brasília, 24 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.002736/2023-96, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10868, de 31 de outubro de 2023, publicada no DOU de 23 de novembro de 2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/11/2023 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.868, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.002736/2023-96, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, cuja sede se situa na Rodovia BR 116 - KM 13 - Zona Rural, na localidade de Euclides da Cunha, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://m01e-g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
(...)
5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

CONCLUSÃO



6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m01e-g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer **não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame os de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* e parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput*, §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para o obtenção da autorização de RadCom é a **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 06 de junho de 2023**.

26. No caso dos avisos de habilitação/edital publicados sob a égide da anterior **Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015**, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

27. Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser feita à luz do que dispõe a legislação supramencionada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada, o Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado em julgado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que “*basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora*”.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo “*razão social*” constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio “*no original*”, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de **ausência completa** de qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de



47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a *"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação *"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da **inexistência de condenação** de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculos**, definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte rol **não** taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser **inabilitada** por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos **limites** do art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar "*impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta*" e deve elencar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize **consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <i>caput</i> e inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, <i>caput</i> e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Verificação da localização da sede da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) , disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa restar habilitada**, o Ministério analisará a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**.

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, tidas como todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade entre os sistemas irradiantes"*. Será direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; indireta, *"quando entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em comum"* (art. 258, inc. IV, alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção**, do qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução**, previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se *"após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a outorga do Poder concedente"*. Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento *"substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, quando, após a*



fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência da referida condenação**, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **XXXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **XXX/XXXX-XX**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/eyJ0ac-Sib1-4639-89b5-49529e731637

federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal xxx, cuja frequência é de xxx MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. [00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565) e da chave de acesso ebb26469

Notas

1. [^] *ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas restrições ao funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área de execução do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de comprovação de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área.2. O Tribunal Regional Regional da 3ª Região manteve a sentença de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema com o objetivo de afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.3. Com razão*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[o]s dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida", **ou seja, basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora**.4. Recurso especial provido. (REsp n. 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, DJe de 25/3/2022, g.n.).

2. [^] Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. § 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. [^] Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

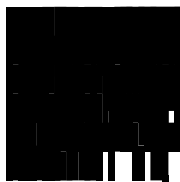
ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA
FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



NOTA TÉCNICA Nº 13562/2023/SEI-MCOM
Processo nº: **53115.002736/2023-96**.
Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Euclides da Cunha/BA**, em atendimento ao Edital nº 172/2022, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2022.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 30/01/2023 (processo público gerado), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral: Helder Macedo e Lima
Diretor Administrativo: Caio Carvalho Gama
Diretor de Operações: Liandro Dantas de Moraes
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: BR 116, KM 13 - Nossa Senhora da Conceição
Coordenadas geográficas: 10°32'32"S de latitude e 38°59'49"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: BR 116, KM 13 - Nossa Senhora da Conceição

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 31/01/2023.



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10886374)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10660418)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10660419)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10660420)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10660412) (10660414) (10660416)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(10660422) (10660423)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(10660421)
8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10970679) Despacho (10996979)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(pg. 1 - 11063345)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(pgs. 2/3 - 11063345)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(pg. 4 - 11063345)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(pg. 5 - 11063345)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(pg. 6 - 11063345)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(11063373) (11063372)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (10996979), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10996975).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Euclides da Cunha/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme o Despacho (11063348).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/08/2023, às 13:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Nota Técnica 13502 (11063345)

SEI 95115.062756/2023-96 / pg. 3

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 16/08/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11063458** e o código CRC **C1F53117**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11063460)
- Minuta de Exposição de Motivos (11063462)

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

Documento nº 11063458



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

Nota Técnica 13502 (11063458)

SEI 53115.002736/2023-96 / pg. 4

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 29 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de autorização, pelo prazo de dez anos, a concessão outorgada à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, inscrita no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, para executar o serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz, na localidade de Euclides da Cunha, estado da Bahia.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 694 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 29/11/2023, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4782259** e o código CRC **2E268966** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SUPER nº 4782259

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4669/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 694/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 694/2023 (4782249), do Ministério das Comunicações, referente à Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE F inscrite no CNPJ sob nº 47.063.475/0001-90, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Euclides da Cunha/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 29/11/2023, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4782784** e o código CRC **6BC44DBC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.002736/2023-96

SUPER nº 4782784

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 694/2023 MCOM (4782249) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Assunto: Processo nº 53115.002736/2023-96, referente à outorga de autorização para que a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA EUCLIDENSE FM explore o serviço de radiodifusão comunitária em Euclides da Cunha/BA.

Trâmites: Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4782259) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PB/FICIO Nº 4669/2023/GM/CC/PR (4782784) para a SE/CC/PR.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 30/11/2023, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4788853** e o código CRC **97E811AA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SUPER nº 4788853



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 860/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.002736/2023-96.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00694/2023 MCOM, de 24 de novembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Euclides da Cunha/BA.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00694/2023 MCOM (4779617), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.002736/2023-96, acompanhado da [Portaria MCOM nº 10.868, de 31 de outubro de 2023](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de Euclides da Cunha, estado da Bahia, sem direito à exclusividade, para a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL EUCLIDENSE inscrita no CNPJ sob o nº 47.063.475/0001-90, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada rege-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Nota Técnica nº 13562/2023/SEI-MCOM, de 16/08/2023 (4782258), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM) que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 09/10/2023 (4779598), que informa que a análise individualizada dos pedidos de outorga de autorização dos serviços de radiodifusão comunitária pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica referencial (MJR).
 - Despacho, de 20/10/2023 (4779607), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que atesta, de forma expressa, que o caso em tela dispensa a análise jurídica individualizada, mencionando o parecer jurídico referencial.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)^[2], da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (4779614).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 47.063.475/0001-90
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL EUCLIDENSE FM
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: HELDER MACEDO E LIMA
Qualificação: 10-Diretor

Nome/Nome Empresarial: LIANDRO DANTAS DE MORAIS
Qualificação: 10-Diretor

Nome/Nome Empresarial: CAIO CARVALHO GAMA
Qualificação: 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 24/09/2024 às 14:18 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3].

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)



rovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

[2] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 09/10/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 09/10/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 09/10/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6093887** e o código CRC **761A9EC0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 6093887

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.002736/2023-96

Nota SAJ - Radiodifusão nº 813 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM
Assunto:	Serviço de Radiodifusão
	Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	53115.002736/2023-96

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.002736/2023-96, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 10.868/2023**, para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EUCLIDENSE FM**, CNPJ nº 47.063.475/0001-90, na localidade de **Euclides da Cunha/BA**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.002736/2023-96, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 08/10/2024, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 09/10/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 09/10/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 09/10/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6111793** e o código CRC **281E3013** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 1.257

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.868, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Brasília, 10 de outubro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>



e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 11 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6152677) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 11/10/2024, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6152680** e o código CRC **6B0F80BA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 6152680



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.868, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.257, de 10 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 10.868, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 11/10/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 11/10/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6154648** e o código CRC **6432F015** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1375/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.868, de 31 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Euclidense FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/10/2024, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6156555** e o código CRC **D0AC2866** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.002736/2023-96

SEI nº 6156555

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637>

e43e10ac-5fb1-4639-89b5-49529e731637